OLAVO DE CARVALHO

Apoteose da Vigarice

Cartas de um Terráqueo ao Planeta Brasil

VOLUME I



VIDE EDITORIAL

OLAVO DE CARVALHO

Apoteose da Vigarice

Cartas de um Terráqueo ao Planeta Brasil

VOLUME I



VIDE EDITORIAL

Sumário

Capa
Folha de Rosto
Nota do editor
Cartas de um Terráqueo ao Planeta Brasil
A China no Walmart
Revolução Judicial nos EUA
Robin Hoods ao contrário
A CIA que ninguém conhece
Museu de iniqüidades
Automacumba semântica
Obviedades temíveis
Da ignorância à maldade
Miséria intelectual sem fim
Absurdo monumental
Marxismo já!
Amantes do furacão

O malvado Bush contra a infeliz Lousiana
Doença moral hedionda
Lula, réu confesso
Por trás do escândalo De Lay
A miséria no mundo
Aids, Brasil e Uganda
A origem das opiniões dominantes
Loucura visível
Direita e esquerda, origem e fim
Os iluminados
Mentalidade criminosa
O milagre idiota da utopia invertida
Alquimia da islamização
Mais sábios que Deus
A apoteose da vigarice
Papai Noel em depressão
Consciências deformadas
Lá vem encrenca
Uma descrição que fala por si
O direito de insultar
Feliz Ano Novo? Que cinismo!
Seis dificuldades

Créditos
Sobre a obra

NOTA DO EDITOR

Olavo de Carvalho é correspondente do *Diário do Comércio* nos EUA desde 2005 e publica semanalmente a coluna *Mundo Real,* onde encontramos não apenas o noticiário faltante em nossa imprensa sobre o que acontece naquele país, mas longas análises da situação política brasileira, da conjuntura internacional e não raras lições de filosofia e ciências humanas.

A militância jornalística de Olavo de Carvalho é intensa, mas não se confunde com o mero comentário opinioso das notícias do dia. Pelo contrário, seu trabalho como jornalista é a expressão mais superficial de uma profunda e longa investigação filosófica, que se desenvolve

longe da agitação cotidiana, no silêncio meditativo em que o filósofo se guarda não somente para observar os fatos, mas também para contemplar os princípios e conceitos que lhes dão inteligibilidade.

Olavo de Carvalho elaborou ao longo de duas décadas, apesar de uma vida agitada de jornalista, escritor, conferencista e professor, uma sofisticada filosofia política, cuja aplicação prática encontramos em seus artigos para o *Diário do Comércio* que a VIDE Editorial reuniu nessas *Cartas de um terráqueo ao planeta Brasil*.

Neste primeiro volume, *Apoteose da vigarice*, apresentamos todos os artigos e editoriais publicados entre junho e dezembro de 2005, acrescidos de uma introdução preparada para o número especial do *Digesto Econômico* de março de 2007, que fora dedicado ao autor. Mas fique sabendo o leitor que a correspondência desse terráqueo com os habitantes deste estranho planeta

Brasil é extensa e outros volumes virão. Aguarde!

Cartas de um Terráqueo ao Planeta Brasil[1]

Estou muito feliz com a publicação desta coletânea e agradeço à Associação Comercial de São Paulo, principalmente nas pessoas de Guilherme Afif Domingos, Marcel Solimeo e Moisés Rabinovici, o reconhecimento público da utilidade do esforço que venho desenvolvendo na coluna *Mundo Real* do *Diário do Comércio*. Num país onde tantos vêm me bajular em privado para depois sair negando que me conhecem, essa homenagem supõe uma quota nada desprezível de bravura e honradez. O que

mais me agrada nela é que seus benefícios se estendem para muito além da pessoa do homenageado, contribuindo decisivamente para ampliar e consolidar os efeitos que ele vem buscando alcançar com o seu trabalho. Esses efeitos são três:

1 – Conscientizar os brasileiros quanto ao fenômeno da existência, atuação e periculosidade do Foro de São Paulo, evidenciando o caráter intrinsecamente criminoso de uma entidade em que políticos, terroristas e narcotraficantes, a salvo dos olhos do público, fazem planos em comum para a conquista do poder total no continente.

2 – Alertar os leitores quanto à fraude jornalística geral e persistente que por dezesseis anos ocultou esse fenômeno e, uma vez furada a cortina de silêncio, se dedica agora a tentar minimizá-lo *ex post facto* para

atenuar o escândalo da sua própria cumplicidade com o crime.

3 – Colocar à disposição dos leitores novos conceitos de filosofia política apropriados à compreensão desses dois fenômenos no quadro do poder mundial em formação.

Passo a analisar brevemente esses três pontos.

1. O governo secreto

Reunindo os partidos legais de esquerda com organizações terroristas e quadrilhas de narcotraficantes de todos os países da América Latina, o Foro de São Paulo é a organização política mais poderosa que já existiu no continente. Ao longo da história latino-americana, nenhuma outra entidade jamais congregou tantos líderes, chefes de Estado, *capomafiosi* e comandantes guerrilheiros num esforço comum de tomada do poder em escala continental. Só uma das

entidades envolvidas – as Farc, Fuerzas Armadas Latino-Americanas de Colombia – chegou a ter recursos econômicos e bélicos superiores a todas as forças armadas da região.

Em termos de lógica e bom senso, qualquer tentativa de negar ou questionar a importância essencial dessa entidade para a decisão dos rumos da história continental é loucura completa ou mentira interesseira. Não creio que seja admissível qualquer discussão quanto a esse ponto.

Também não vejo como negar, por meios racionais, o caráter intrinsecamente criminoso do empreendimento. O caso das Farc ilustra-o com eloqüência gritante. Enquanto vinham à tona as provas de que a narcoguerrilha colombiana abastecia o mercado nacional com duzentas toneladas anuais de cocaína, o então candidato presidencial Luís Inácio Lula da Silva se

reunia discretamente com os chefes dessa quadrilha para tratar de interesses estratégicos comuns e ainda assinava manifestos em favor dos delinqüentes. Empossado na presidência, ele continuou a participar dos encontros através de seu assessor Gilberto Carvalho, trocando gentilezas e favores com os megadelinqüentes, montando com eles um esquema de poder de dimensões continentais, ao mesmo tempo que a polícia brasileira denunciava a presença de agentes das Farc nas quadrilhas de criminosos que espalhavam o terror nas ruas de São Paulo e do Rio.

2. A fabricação do segredo

Em qualquer país normal, os políticos envolvidos nesse conluio macabro seriam denunciados, expostos à execração pública,

presos, julgados e condenados. O problema foi que esses políticos eram muitos – e precisamente aqueles nos quais a mídia havia apostado a sorte do país como portadores ungidos da redenção nacional. Se os fatos fossem divulgados, se os crimes fossem julgados segundo a sua gravidade objetiva, a decepção nacional com os partidos de esquerda seria muito mais do que o foi ante a simples revelação de casos de corrupção vulgar, ainda que em escala mastodôntica. Seria o fim da esquerda brasileira. Mas àquela altura já não havia nenhuma direita organizada capaz de ocupar o lugar dela, e os poucos direitistas isolados que ainda sobreviviam no cenário nacional eram os célebres "filhotes da ditadura", que a mídia em peso odiava mais que à peste. Ante a perspectiva abominável de um "retorno da direita", os gerentes autonomeados da opinião pública concluíram que era melhor fazer de conta que não tinham visto nada e

desviar o foco de todas as discussões para assuntos laterais e secundários. Foi nesse momento que o Brasil abdicou, definitivamente, de ser um país normal. Optou pela negação psicótica da realidade, mergulhando de cabeça na alienação e na desconversa.

Por caridade, nem pensem em me sugerir que essa formidável articulação de silêncios foi coincidência, mera coincidência. Não é humanamente concebível que tantos diretores de jornais, revistas e canais de TV, tantos chefes de redação, tantos repórteres ávidos de escândalos, tantos comentaristas políticos iluminados tenham cochilado em uníssono ao longo de dezesseis anos, com inocência de bebês recém-nascidos, malgrado todos os avisos e provas que eu ia espalhando na mídia, malgrado tantos alertas e furiosas mensagens de protesto que lhes enviei durante esse tempo.

Essa monumental gafe coletiva, essa formidável conjunção de distrações teria constituído a mais vasta epidemia de inépcia já observada na história do jornalismo universal. Por si, ela bastaria para desmoralizar totalmente a classe jornalística brasileira, para eliminar qualquer vestígio de credibilidade que lhe restasse, para suprimir qualquer pretexto, por mais mínimo, que o público ainda tivesse para acreditar na mídia nacional.

Mas não foi isso o que aconteceu. A mídia brasileira não pecou por uma dose cavalar de incompetência, mas por uma quota ainda maior de mendacidade e cinismo. Busquem na História, e não encontrarão caso similar de amputação política do noticiário em tão vastas proporções e por período tão longo em nenhum país democrático do mundo. Encontrarão alguns, é claro, nos regimes totalitários da URSS, da China e da Alemanha nazista. Imitá-los em regime

democrático, um feito quase impossível, é uma glória que ninguém pode negar ao jornalismo brasileiro.

3. Compreendendo a situação

Fenômenos tão monstruosamente anormais não sucedem apenas por suceder, apenas porque sim. Refletem correntes profundas do acontecer histórico, que neles se manifestam de maneira parcial e fragmentária, sem que o público, pela pura visão das novidades de superfície, consiga atinar com a unidade do processo subjacente.

A dificuldade aí é dupla. De um lado, podem faltar as informações essenciais. Sob uma enxurrada de notícias vistosas, os fatos verdadeiramente importantes escapam à visão da mídia diária, que é a principal fonte de informações mesmo para as camadas cultas da população. De outro lado, faltam os

conceitos articuladores que possam colocar essas informações numa perspectiva inteligível. Faltam porque as chaves explicativas mais usuais em circulação no debate nacional estão todas viciadas: umas foram concebidas para situações anteriores e mais esquemáticas, outras são estereótipos sem o menor alcance cognitivo, outras, ainda, são meros slogans de propaganda eleitoral. Nunca a situação do país foi mais complexa, e nunca os instrumentos intelectuais usados para discuti-la foram mais simplórios.

O desnível entre a inteligência nacional e os novos problemas colocados pelas transformações histórico-culturais, políticas e econômicas do mundo nos últimos trinta anos foi ainda ampliado pelo fato de que, justamente nesse período, a conquista da hegemonia cultural e jornalística pela esquerda em ascensão reduziu as instituições de cultura a centros de formação de

militantes, destruindo toda possibilidade de vida intelectual. Não é preciso dizer que até mesmo os conservadores e liberais foram afetados por esse processo, na medida em que, disputando num terreno previamente demarcado pelo adversário, consentiram em limitar o debate nacional à esfera dos assuntos econômicos imediatos que lhes eram designados pela própria esquerda. O prejuízo que tiveram com isso foi duplo: de um lado, entregaram à esquerda o monopólio do temário cultural e moral de maior interesse público; de outro, limitaram dramaticamente o seu próprio horizonte intelectual, bloqueando o acesso a uma compreensão das transformações maiores no cenário do mundo.

Era, enfim, toda uma cultura – pré-moldada pela hegemonia esquerdista – que se opunha ao trabalho da inteligência para alcançar uma visão adequada do

presente estado de coisas no país e dos fatores internacionais que o determinavam.

Elevar os homens acima das limitações da cultura ambiente é a tarefa por excelência da filosofia. Não tem nada a ver com "crítica cultural", uma frescura inventada pela escola de Frankfurt. A crítica cultural consiste em solapar as bases de uma cultura, mas proclamando ao mesmo tempo que o ser humano não pode se libertar dela nunca, só restando portanto estimular tudo quanto nela exista de negativo, de maldoso, de criminoso, para transformá-la numa cultura de ódio a si mesma, numa contracultura. É a idéia hegeliana do "trabalho do negativo" transformada em ativismo cultural. Um dos seus procedimentos mais característicos é depreciar a cultura vigente por meio de comparações pejorativas com outras culturas, concedendo a estas últimas o benefício do relativismo e espremendo aquela entre as exigências drásticas do

moralismo absoluto. A crítica cultural inventou e disseminou a “guerra assimétrica”.

A análise filosófica, ao contrário, acredita que qualquer indivíduo pode transcender as limitações da sua cultura, pois se não fosse assim toda comparação entre culturas seria impossível. O teatro grego, antepassado imediato da filosofia, já escolhia de vez em quando um estrangeiro como herói do enredo trágico, para ensinar à platéia que a compaixão era universal, não limitada por fronteiras nacionais ou culturais. A negação fácil da possibilidade de conhecer verdades universais, a sujeição completa do homem ao condicionamento cultural, já é um crime contra a inteligência. A crítica cultural agrava esse crime, ao jogar a cultura contra si mesma e aprisionar os homens num emaranhado insuportável de conflitos do qual buscarão alívio em explosões revolucionárias perfeitamente vãs.

Uma vez, uma cretiníssima apresentadora de televisão, querendo me fazer ciúme, disse que o melhor crítico cultural brasileiro era o Sérgio Augusto. Concordei. Não sou nem jamais serei um crítico cultural. Para isso serve qualquer Sérgio Augusto. Meu negócio não é transformar a cultura numa ratoeira. É fazer com que os homens enxerguem para além da sua cultura, mostrar-lhes que a ratoeira não existe exceto como ilusão hipnótica.

Para despertá-los do sono hipnótico da cultura brasileira recente, era preciso reconstruir de alto a baixo uma visão da história infectada de cacoetes marxistas inconscientes.

O trabalho teórico que desenvolvi para isso está registrado em gravações e apostilas de cursos e conferências proferidos no Centro Universitário da Cidade do Rio de Janeiro na década de 90 e sobretudo na PUC do Paraná entre 2001 e 2005. Os artigos que publiquei

no *Diário do Comércio*, e que constituem o miolo desta edição do *Digesto Econômico*, são a ilustração prática dos conceitos e métodos ali expostos. É claro que podem ser lidos e compreendidos sem essa retaguarda teórica. Se estou avisando que ela existe, é para fazer notar que nada naqueles artigos é opinião solta, efusão momentânea de impressões pessoais. Tudo, neles – exceto, evidentemente, algum lapso devido à pressa da redação jornalística ou a desatenções do autor –, tem razões de ser, nem sempre declaradas, que recuam até os fundamentos últimos do problema abordado, o que quer dizer que, em princípio, para cada afirmação ali vertida há toda uma retaguarda de provas lógicas e documentais que não são apresentadas por extenso no corpo do texto, mas que, na maior parte dos casos, já foram desenvolvidas oralmente em cursos, debates e conferências e podem sê-lo novamente em caso de necessidade.

No que diz respeito aos fundamentos teóricos, os de maior importância prática para as breves análises expostas nesses artigos são o *atomismo histórico-sociológico*, *a teoria do sujeito da História*, *a teoria das castas* e *a teoria dos quatro discursos*.

O primeiro é um preceito metodológico segundo o qual toda generalização histórico-sociológica que não possa ser decomposta analiticamente até os mínimos atos e personagens individuais cuja somatória a compõe não passa de uma figura de linguagem, enganadora no mais das vezes. Se, por exemplo, acompanhando o consenso historiográfico vigente (criado pelos marxistas), dizemos que na Revolução Francesa de 1789 “a burguesia tomou o poder”, essa sentença só faz sentido se pudermos apontar, entre os líderes desse movimento, um número significativo de empreendedores capitalistas. O fato é que

não havia ali praticamente nenhum. A Revolução Francesa foi um movimento anticapitalista e antiburguês, determinando a longo prazo o rumo acentuadamente estatizante e socializante tomado pela economia francesa e provocando inevitavelmente com isso a decadência do país que era o mais rico e poderoso do mundo. O mito da "revolução burguesa" é talvez o fantasma mais assombroso que já se apossou da mente dos sociólogos e historiadores brasileiros, infundindo nela uma infinidade de erros letais na interpretação do nosso passado e presente.

A *teoria do sujeito da História* diz que nenhum grupo, comunidade ou entidade de qualquer natureza pode ser o agente da transformação histórica se não atende a três condições: (1) tem de possuir uma unidade real e não apenas simbólica e analógica; (2) essa unidade tem de ser forte o bastante para determinar por si os valores, preferências e

escolhas dos indivíduos que as compõem; (3) tem de continuar existindo por tempo suficiente para garantir uma continuidade de ação para além do prazo de vida desses indivíduos. Essas condições, embora escapem quase sempre à visão dos intérpretes sociológicos da História, são óbvias tão logo enunciadas. Na verdade elas são o único conteúdo identificável do conceito mesmo de ação histórica. Basta um exame superficial para evidenciar que os usuais "sujeitos da história" – as classes, as nações, os Estados, as raças, as culturas – não atendem de maneira alguma às três juntas, isto é, não são verdadeiros sujeitos da história, mas sombras projetadas pelos verdadeiros agentes. Sujeitos da História, em sentido estrito, são somente os seguintes: (a) as igrejas e seitas religiosas; (b) as sociedades místicas, iniciáticas e esotéricas; (c) as dinastias aristocráticas e oligárquicas; (d) os movimentos políticos organizados

como seitas religiosas ou sociedades esotéricas. Não existe um quinto agente histórico (o estudo dos fatores históricos extra-humanos, naturais ou sobrenaturais, é um tema em separado, que seria longo explicar aqui). As nações, classes, Estados etc., são cenários, locais ou objetos da ação, nunca agentes. A História contada com esses falsos agentes como focos produz continuidades e encadeamentos causais simbólicos e ilusórios, como o das figuras de animais formadas pelas nuvens em movimento. Por trás desses nexos aparentes, sempre se encontrará, escavando um pouco, a mão dos verdadeiros agentes. Muitas das análises que apresentei no *Diário do Comércio* não são senão exemplos de aplicação desse método.

A *teoria das castas*, que adaptei da tradição hindu, visa a descobrir a verdade por trás da falsa identidade histórica das classes sociais e sobretudo por trás do mito

da “ideologia de classe”. Todas as supostas “ideologias de classe” foram inventadas por uma só classe: os intelectuais. E destinam-se tão-somente a encobrir a manipulação política das demais classes pelos intelectuais. Mas estes não são, em nenhum sentido socio-econômico identificável, uma classe. São uma casta. As castas são tipos psicológicos (em geral distribuídos pelas várias classes) e por isso são determinantes diretos da conduta humana. Não são propriamente agentes da história, mas são o molde estrutural onde esses agentes nascem e se definem. Por isso, toda e qualquer ação histórica leva uma marca de casta. As quatro castas têm existência permanente, independentemente das variações da estrutura socio-econômica. Perceber a identidade de casta dos agentes históricos é essencial para compreender a lógica de suas ações.

A *teoria dos quatro discursos* – a única, das aqui mencionadas, que circula em formato de livro[2] – é um estudo dos meios essenciais de persuasão, portanto dos meios de influência do homem sobre o homem. Ela ajuda a realizar a distinção entre o discurso dos agentes do processo e o discurso explicativo do observador analítico – distinção que, segundo Aristóteles, é o começo da ciência política. Essa distinção desemboca numa outra, de alto valor prático imediato. Todo discurso de agente contém, de maneira compactada e indistinta, dois elementos: os dados verdadeiros ou falsos que ele possui sobre a situação e as ações que pretende desencadear com o seu discurso. A força da sua influência sobre os ouvintes depende, muitas vezes, de que esses dois elementos permaneçam mesclados. Por isso mesmo há em toda ação histórica um componente de mistificação, que pode chegar à completa automistificação. A

análise decompõe esses fatores, tornando inteligível o processo na mesma medida em que fornece os meios de neutralizar, se preciso, a força agente. Muitos dos artigos que publiquei no Diário do Comércio não são senão aplicações dessa distinção, cuja importância vai muito além do puro interesse científico.

Meus alunos – e os poucos leitores de meus livros e apostilas – percebem claramente que esses artigos, como quaisquer outros publicados por mim, são apenas portas de entrada para toda uma rede de conexões subterrâneas. Para os demais leitores, essa rede permanece invisível, mas basta um pouquinho de imaginação para suspeitar que ela existe, e basta um pouquinho de sanidade intelectual para despertar o desejo de buscá-la, ou pelo menos de abster-se de opinar até a posse de maiores conhecimentos. Como imaginação e sanidade intelectual faltam quase por

completo aos formadores de opinião midiática e universitária, praticamente tudo o que esses senhores escreveram ou disseram sobre o meu pensamento político (para nada dizer das opiniões abalizadíssimas de estudantes semi-analfabetos que superlotam as listas de discussão na internet) é pura fantasia construída em cima de fragmentos isolados. Nunca esperei deles outra coisa.

Numa vida anormalmente agitada de jornalista, conferencista itinerante, editor de textos alheios, micro-empresário, ongueiro virtual e agora correspondente no Exterior, não tive tempo de organizar para publicação as gravações e transcrições de minhas aulas, que no mais modesto dos cálculos sobem a vinte mil páginas de texto. Nem mesmo artigos de jornal pude coligir e publicar em livro desde o segundo volume de *O Imbecil Coletivo*. Vocês podem portanto imaginar a minha alegria quando a Associação

Comercial de São Paulo sugeriu a publicação desta coletânea. Ela é o primeiro passo para que, aos poucos, a unidade do meu pensamento político – e da elaboração filosófica por baixo dele – comece a se tornar visível fora do meu círculo de alunos.3

Quanto ao título, creio que não preciso explicá-lo muito. Fisicamente, o Brasil parece continuar ancorado no solo, mas, psicologicamente, está vagando em algum lugar da estratosfera. Sem a menor idéia do que se passa no mundo, tem opiniões sobre tudo e as emite com uma paixão, com um furor, que já prova serem frutos da autopersuasão imaginária, sempre mais emocionante do que a mera observação dos fatos. Daí a necessidade destas cartas de um terráqueo, modestas tentativas de trazer de volta ao nosso velho planeta uma nação perdida no espaço.

Olavo de Carvalho

Richmond, Virginia, 17 de janeiro de 2007.

1 Introdução do autor à coletânea Mundo Real: Cartas de um Terráqueo ao Planeta Brasil, publicada como número especial de O Digesto Econômico, pela Associação Comercial de São Paulo, em março de 2007. O texto é reproduzido aqui com a intenção de ser uma Introdução Geral a toda a coleção de artigos do autor publicados no Diário do Comércio.

2 Aristóteles em Nova Perspectiva, Campinas, VIDE Editorial, 2013.

3 Fora umas poucas palavras substituídas por motivo estilístico e uma ou outra informação errada cuja correção devo a gentis leitores, os artigos aqui publicados reproduzem integralmente os textos publicados na minha coluna Mundo Real. Se houver neles ainda algum erro ou imprecisão grave, cabalmente demonstráveis, e se alguém me avisar disso em tempo, com prazer os corrigirei numa próxima edição.

A China no Walmart

Para saber quanto a *intelligentzia* brasileira está por fora do que se passa no mundo, basta uma visita ao Walmart em qualquer cidadezinha americana.

Setenta por cento dos produtos aí vendidos são chineses. Os dados são da revista *China Business Weekly*. "Se o Walmart fosse um país" – escreve Ted C. Fishman no seu recente livro *China, Inc.*, "seria o quinto maior mercado exportador da China, acima da Alemanha e da Inglaterra".

E não é só no Walmart: em todos os supermercados populares dos EUA, é difícil

encontrar algum móvel ou eletrodoméstico barato, com marca americana, que não seja fabricado na China.

Nenhum cidadão americano ignora o que isso significa: 2.900.000 vagas perdidas nas fábricas e a atrofia das velhas cidades industriais como Detroit, Cleveland, Allentown, Bethlehem e Pittsburgh. Alguns estudiosos de estratégia militar, como Jeffrey Nyquist – um dos homens mais inteligentes da América – vão um pouco além: sabem que os fregueses da rede mais barateira de supermercados da América estão financiando o crescimento da máquina de guerra chinesa, cujo objetivo explícito, já reiterado mil vezes em publicações militares da República Popular da China, é a destruição dos EUA (explicarei mais sobre isto nas próximas semanas). Essa máquina aumenta dia a dia seu estoque de bombas atômicas, num ritmo jamais conhecido pelos EUA e pela URSS durante a Guerra Fria, e

investe maciçamente na produção de armas biológicas cujo estoque atual já seria suficiente para infectar toda a população americana em questão de horas. E, quando os estrategistas advertem que o gasto americano com produtos chineses fomenta o crescimento de um inimigo potencial, eles não se referem apenas ao ganho implícito que as forças armadas de qualquer país têm quando a economia nacional cresce. O Exército é o principal capitalista da China: ele lucra diretamente com a venda de cada TV, tocador de CD ou telefone celular que as fábricas chinesas vendem no exterior. E ganha em dobro, pois ao lucro se soma a verba que o governo chinês recolhe em impostos e repassa às forças armadas. Em dobro, não: em triplo, porque, quanto mais os produtos chineses fazem sucesso nos EUA, mais investimentos americanos vão para as empresas chinesas, isto é, para o Exército chinês.

É sobretudo graças à ajuda americana que a China cresce num ritmo capaz de fazer dela em 2012 a maior potência industrial e em 2050 a maior economia do mundo.

Nada disso, é claro, resulta em benefício considerável para o povo chinês. Em volta de cinco cidades que prosperam em ritmo alucinante, estende-se um continente de misérias que o público ocidental mal pode imaginar. O salário de um trabalhador na China é cinco vezes menor que no México. E não pensem que os serviços públicos – a desculpa máxima do socialismo – equilibrem a baixa remuneração. Os hospitais chineses, todos do governo, não fazem um parto, não engessam um braço, não arrancam um dente sem enviar a conta no fim do mês. A rede de água e esgotos é péssima em todo o interior, e a dificuldade de sobrevivência para as famílias camponesas é tanta que o governo se torna cúmplice delas na chamada "guerra contra as meninas": o hábito de jogar as

recém-nascidas aos porcos (e depois comer os porcos, é claro). A prosperidade chinesa não se assenta só na cegueira americana, é claro, mas na polícia política onipresente, no trabalho escravo, na esterilização forçada de milhões de mulheres e na perseguição maciça das minorias, especialmente religiosas (o número de cristãos assassinados pelo governo chega a vinte mil por ano). À violência e à crueldade de um Estado policial soma-se a sem-vergonhice institucionalizada: dos lucros da indústria chinesa, 50 bilhões de dólares anuais são em produtos falsificados.

Também não caiam na esparrela de imaginar que toda essa quantidade monumental de sofrimento humano tenha servido ao menos para preservar uma cultura milenar. A "Revolução Cultural" de Mao Tsé-tung devastou a cultura tradicional da China mais do que poderia tê-lo feito uma ocupação estrangeira. E o que sobrou foi

totalmente deformado pelas reinterpretações oficiais que, incrivelmente, trataram de dar um sentido materialista aos clássicos da espiritualidade chinesa. Hoje, nas universidades de Pequim, é impossível encontrar um estudioso que compreenda o sentido do taoísmo ou o simbolismo do I-Ching. Se estudiosos ocidentais como René Guénon e Marcel Granet não tivessem preservado esses conhecimentos, o tesouro espiritual chinês estaria irremediavelmente perdido para a humanidade.

Ciência e tecnologia também não ganham nada com o investimento americano na China. A maior parte dos conhecimentos chineses nessa área é simplesmente comprada em Nova York ou na Flórida e copiada com a maior cara-de-pau. O que não se pode comprar em loja obtém-se por espionagem – às vezes sob a proteção do próprio governo americano, como aconteceu no caso do laboratório nuclear de Los

Alamos, onde o presidente Clinton em pessoa mandou bloquear as investigações (nada mais lógico, aliás, uma vez que empresas estatais chinesas tinham contribuído substantivamente para a sua campanha eleitoral).

Como foi possível que tanto dinheiro americano fluísse para alimentar essa monstruosidade?

O nome do culpado é "globalização". E é olhando as coisas desse ponto de vista que se percebe a total alienação da mídia brasileira e principalmente dos intelectuais iluminados que a freqüentam com suas lições de sabedoria. "Globalização", para essa gente, é sinônimo de Império Americano. Nos nossos debates públicos, o triunfo da doutrina do livre mercado na década de 90 é apresentado invariavelmente como um artifício maquiavélico inventado por estrategistas de Wall Street para implantar no mundo o *american way of life*. Alguns desses

estrategistas, de fato, alegavam que a abertura das fronteiras comerciais espalharia a democracia americana no mundo. Mas outros alertavam que a simples liberdade econômica não poderia operar essa mágica, sobretudo se adotada no ar, em abstrato, fora de um enfoque geopolítico que levasse em conta, para além da concorrência empresarial, a concorrência estratégica entre os Estados. A abertura econômica da China, diziam, era perfeitamente compatível com a continuidade da ditadura comunista e de uma política exterior agressiva, militarista e expansionista. Este lado do debate americano foi inteiramente ignorado pela nossa mídia: raciocinando exclusivamente na base do estereótipo Estado *versus* mercado, que se tornou o fetiche máximo do pensamento esquerdista nacional, ela identificou *a priori* o dogma do livre mercado com o interesse nacional americano, vendo uma convergência

justamente onde os melhores analistas americanos viam uma contradição. A relação entre liberdade de mercado e interesse nacional é ambígua, para dizer o mínimo, e se torna altamente problemática quando não há reciprocidade suficiente na abertura dos mercados de parte a parte, isto é, quando um dos Estados aposta tudo na liberdade econômica e o outro no crescimento do poder nacional, usando como arma a abertura oferecida pelo outro. A abertura econômica é fórmula boa para as relações entre povos comerciantes. Mas, entre o comerciante e o guerreiro, a vantagem a favor deste último é esmagadora. No romance de Flaubert, *Salammbo*, dois mercenários conversam sobre o que planejam fazer quando a guerra entre Roma e Cartago acabar. Um deles sonha comprar uma fazenda e um arado, para enriquecer no comércio de alimentos. O outro responde que não precisa de nada disso para

enriquecer. Mostrando a espada, diz: “Este é o meu arado.” Tal é a diferença entre americanos e chineses: os primeiros apostam no sucesso de um sistema econômico; os segundos usam esse sucesso como meio provisório para crescer e vencer no campo das armas. Os americanos querem apenas dinheiro, e se iludem pensando que os chineses querem o mesmo. Os chineses alimentam essa ilusão, apostando que ela os ajudará a obter o que querem: o dinheiro e tudo o mais – a completa destruição cultural, política, militar e econômica do inimigo. No começo, as apologias abstratas do livre mercado tendiam a encobrir essa diferença. Hoje ela é patente aos olhos de todos, e é nela, exclusivamente nela, que reside a causa do crescimento inusitado da China, paralelamente ao enfraquecimento da indústria americana.

As relações entre ideologia e poder são obviamente mais complexas do que as

concebe a vã filosofia das classes falantes brasileiras. O que um observador atento aprende no Walmart é que a doutrina do capitalismo liberal pode ajudar a liquidar o capitalismo liberal, fomentando o crescimento de uma ditadura comunista tão agressiva, pelo menos, quanto a antiga URSS.

20 de junho de 2005.

Revolução Judicial nos EUA

No Brasil ninguém está prestando atenção nisso, mas o acontecimento da semana nos EUA foi a sentença da Suprema Corte que, quinta-feira passada, permitiu aos governos locais desapropriar moradias e fazendas em favor de projetos de desenvolvimento *privados*.

A importância da medida, destinada a ter dentro e em torno dos EUA conseqüências histórico-sociais imensas se levada à prática em toda a sua extensão, reside em que ela modifica radicalmente o sentido da Quinta Emenda constitucional, a qual condicionava

o direito de desapropriação ao “uso público” da terra desapropriada. Agora, esse direito beneficiará qualquer grande projeto de desenvolvimento apresentado por empresa privada que prometa gerar por meio dele algum “benefício social”, especialmente, é claro, impostos.

Entendam bem a diferença: não se trata de privatizar uma prerrogativa estatal. Ao contrário: é a prerrogativa estatal de arrancar dinheiro do contribuinte que se sobrepõe brutalmente ao direito de propriedade, arrogando-se o poder de beneficiar um interesse privado em detrimento de outro, e, pior ainda, de fazê-lo em nome da simples promessa dos ganhos fiscais decorrentes e não de uma concreta e imediata “utilidade pública”. Quando o governo desapropria casas para criar uma praça ou hospital, a praça e o hospital são postos diretamente a serviço do povo. A propriedade privada é sacrificada em favor

de um ganho social direto. Agora, não é preciso mais isso. O ganho imediato, se vier, será do Estado somente. Para a população, restará a mera expectativa de ganhos indiretos, e em nome dessa expectativa os direitos de propriedade serão sacrificados.

A coiça começou quando um grupo de proprietários residenciais num bairro operário de New London, Connecticut, recorreu à justiça contra empresários que, com o apoio da prefeitura, queriam derrubar suas casas para dar espaço a um hotel, a um SPA e a um conjunto de escritórios – tudo isso privado, naturalmente. Quando o caso chegou à Suprema Corte, a maioria dos juízes deu ganho de causa aos empresários. O voto vencedor foi subscrito por John Paul Stevens, John Anthony Kennedy, David H. Souter, Ruth Bader Ginsburg e Stephen G. Breyer – a fina flor do esquerdismo judicial supremo.

A Juíza Sandra Day O'Connor, uma conservadora nominal que vive flertando com as causas esquerdistas, desta vez defendeu com firmeza o voto dissidente e continuou lutando contra a decisão depois de aprovada. "Qualquer propriedade pode agora ser tomada em benefício de outra parte privada, mas as conseqüências disso não serão randômicas", escreveu ela: "Os beneficiários, mais provavelmente, estarão entre aqueles cidadãos que têm mais influência e poder no processo político, especialmente as grandes corporações e as empresas de desenvolvimento". Os conservadores genuínos – William H. Rhenquist, Anthonin Scalia e Clarence Thomas – acompanharam o voto vencido da dra. O'Connor.

O caso basta para ilustrar como é falso o estereótipo – no Brasil, um dogma – que identifica a esquerda com as "causas populares" e a direita com os "interesses da

elite". Não é à toa que nos EUA o povão vota com os conservadores, o *beautiful people* com os esquerdistas. Também não é por acaso que as fundações bilionárias – Ford, Rockefeller, MacArthur e *tutti quanti* – despejam dinheiro nas organizações esquerdistas, inclusive na América Latina, ao passo que não dão um tostão a qualquer projeto que seja ou pareça conservador, pró-cristão, pró-Israel, etc.

A decisão de quinta-feira passada vai contra todas as tradições americanas, mas, quando mega-interesses empresariais se unem à fome de poder estatal dos esquerdistas contra os direitos consagrados, não há tradição que agüente.

"É um tanto chocante acreditar que você pode perder sua casa neste país", disse Bill Von Winkle, um dos proprietários lesados. Mas Bill vai resistir: diz que não sairá da casa nem quando os tratores aparecerem. "Não vou a parte alguma", assegura ele: "Essa

sentença, definitivamente, não é a última palavra".

E não é mesmo. No complexo sistema federativo americano, essa decisão da Suprema Corte não obriga em nada os tribunais superiores estaduais, onde a briga vai prosseguir agora, podendo acontecer que o novo critério seja adotado em uns Estados e rejeitado em outros.

Mas o sentido histórico, social e cultural da medida é evidente. Mais que um ataque a determinado direito de propriedade, ela é uma mutação completa dos fundamentos gerais desse direito. A troca do conceito de "uso público" para o de "benefício social" como critério de desapropriação é uma revolução judicial comparável às aberrações propostas no Brasil pelo chamado "direito alternativo". Funda-se inteiramente na lógica socialista de que os méritos hipotéticos do futuro, bastando ser alegados, tornam-se *ipso facto* justificativa bastante

para a supressão ou modificação dos direitos presentes.

***

O episódio exemplifica, mais uma vez, o abismo que se abriu entre o Brasil e os EUA, países antigamente tão próximos. A imagem dos EUA na opinião pública brasileira chega hoje à completa inversão. A novela "América", por exemplo, mostra como traços típicos da cultura americana justamente aquelas práticas que foram introduzidas pela esquerda "politicamente correta" para destruir essa cultura. Aqui ninguém ignora que a onda de intromissão estatal na vida privada dos cidadãos é uma novidade criada pelos "liberals" ("liberal" nos EUA significa esquerdista; o que no Brasil é "liberal" chama-se "conservative", conservador) para implantar o socialismo pela via anestésica da legislação progressiva e do ativismo judicial.

Jornais, revistas e livros conservadores denunciam isso dia e noite, mas, para o público brasileiro, a culpa não é dos esquerdistas: é da América.

Um dos mais gostosos privilégios da esquerda internacional é justamente o de ser internacional, enquanto as direitas são locais e sem nenhuma conexão no estrangeiro. Isso permite que, num país, ela explore em vantagem própria a denúncia dos crimes e desvarios que ela mesma praticou em outro.

Uma sociedade em que os pais têm medo de que o Estado tome seus filhos ao menor deslize é mesmo uma monstruosidade. A esquerda americana tem se esforçado muito para que os EUA se transformem precisamente nisso, segura de que, aos olhos do mundo, os resultados deprimentes não serão atribuídos a ela, mas ao país que ela deformou. Se, amputados da identidade do autor, os feitos malignos da esquerda americana podem ser usados para fomentar

o anti-americanismo brasileiro, por que não fazê-lo?

Do mesmo modo, o Plano Colômbia de Bill Clinton, obviamente concebido para desmantelar as organizações paramilitares de direita e transferir às FARC o poder dos antigos cartéis, pode ser apresentado aos bocós do Terceiro Mundo como um odioso empreendimento anti-esquerdista do imperialismo americano. A esquerda ganha dinheiro e poder, com a vantagem adicional de aparecer como vítima.

Contribui para dar credibilidade à intrujice a aberrante crença popular brasileira de que nos EUA "não existe esquerda" – quando, na verdade, a esquerda dominou toda a história política e cultural americana do século XX e só a partir da década de 50 surgiu um movimento conservador, raquítico no começo, depois crescendo aos poucos até alcançar sua primeira vitória significativa na eleição de Ronald Reagan. Contarei a

história desse movimento numa das próximas colunas.

Por enquanto, só o que falta é a mídia brasileira apresentar a decisão dos esquerdistas da Suprema Corte como prova da maldade dos conservadores americanos.

***

Nestas semanas em que tudo no país está dando errado, está na hora de ler "O Brasil Que Deu Certo", de José Monir Nasser e Gilberto Zancopé. Publicado pela Editora Tríade do Paraná, já deve estar em todas as livrarias de São Paulo e do Rio. Baseado numa exaustiva pesquisa, escrito com elegância e brilho como raros livros nacionais hoje em dia, conta a história de um sucesso majestoso, a epopéia dos plantadores de soja no Oeste brasileiro. A lição que encerra não é nova, mas vem ilustrada com uma profusão de fatos que a

tornam mais clara e didática do que nunca: para o Brasil dar certo, é preciso que os empresários desistam de viver da proteção do Estado e o Estado desista de manter os empresários de joelhos.

27 de junho de 2005.

Robin Hoods ao contrário

Continua dando encrenca a decisão da Suprema Corte americana que na semana passada permitiu desapropriar residências em favor de grandes projetos de desenvolvimento encabeçados por empresas privadas. Os juízes que a aprovaram estão sendo chamados de “Robin Hoods ao contrário”, porque tiraram os bens dos pobres para dá-los à aliança do Estado voraz com empresas oportunistas, e por toda parte ganha apoio a campanha “Tire as Mãos da Minha Casa”, lançada pela ONG Institute for Justice. Uma advogada do grupo, Dana

Berliner, disse: “O povo americano está furioso com essa sentença, mas ainda tem meios de fazer alguma coisa contra ela”.

Coincidência ou não, a juíza Sandra Day O’Connor, que votou contra a decisão, pediu aposentadoria justamente quinta-feira passada. A essa altura, pode parecer estranho, mas os conservadores estão festejando. Numa entrevista coletiva sexta-feira à noite, Tony Perkins, presidente do Family Research Council, um influente *think-tank* empenhado na defesa dos valores americanos tradicionais, explicou que a saída da dra. O’Connor dá ao presidente Bush a oportunidade de começar a cumprir sua promessa de nomear juízes mais afinados com os conservadores. Foi com intenção idêntica que Ronald Reagan nomeou a dra. O’Connor em 1981, mas ela acabou namorando com os *liberals* e só se redimiu na semana passada, quando tomou posição firme a favor da propriedade privada.

Não é possível entender nada da política americana sem tirar da cabeça os estereótipos consagrados da mídia brasileira que identificam os conservadores com o grande capital e os "progressistas" do Partido Democrata com as causas populares. Para saber a quem um partido serve, é preciso descobrir quem o sustenta. No Partido Democrata, três quartos do dinheiro de campanha vêm de milionários, só o quarto restante dos pequenos contribuintes. A proporção é exatamente inversa no Partido Republicano. O símbolo mais eloqüente dessa diferença é que na Suprema Corte os dois representantes máximos do conservadorismo são justamente Clarence Thomas e Anthony Scalia, um negro e um filho de imigrantes italianos, enquanto os herdeiros das famílias tradicionais de Nova York e da Filadélfia se alinham com a esquerda politicamente correta.

Além disso, a linha divisória de esquerda e direita nos EUA tem menos a ver com economia do que com cultura e moral (questões como o aborto, o casamento homossexual, o ensino da religião, o anti-americanismo acadêmico, etc.). Nesse sentido, a população americana é decididamente conservadora, e está cada vez mais irritada com o fenômeno do "ativismo judicial" – a capciosa estratégia esquerdista de revolucionar a sociedade sem precisar mudar as leis, apenas invertendo o sentido delas por meio de sentenças dos tribunais (o "direito alternativo" brasileiro não é senão a macaqueação terceiromundista dessa moda infame). O próprio presidente Bush aludiu a isso no seu último discurso sobre o Estado da União, quando disse que os juízes devem limitar-se a aplicar as leis em vez de usurpar as atribuições do Legislativo.

Já antes da sentença desastrada, a Suprema Corte havia se tornado alvo de

suspeita ao ordenar que as inscrições com os Dez Mandamentos fossem retiradas de todos os tribunais americanos. As pesquisas de opinião mostraram que 65 por cento da população desaprovaram totalmente essa medida e 14 por cento só a aceitavam com reservas. Na semana seguinte, a pilhagem das casas de New London em favor do Estado comedor de impostos transformou o desagrado geral num sentimento que fica entre o desprezo e a revolta.

Um comentarista afirmou que a decisão tinha sido "o maior insulto à América desde o processo Roe *versus* Wade". Nesse processo, que pela primera vez nos EUA legalizou o aborto-a-pedido, a decisão baseou-se no testemunho da vítima, que dizia ter engravidado num estupro. Decorridas três décadas, a própria testemunha pediu a revisão do processo, confessando que não sofrera estupro nenhum mas fôra subornada pelo

movimento abortista para mentir no tribunal. A Suprema Corte não quis reabrir o processo: foi a pressão popular que a obrigou a fazê-lo. A má-vontade que tenta sufocar até a verdade tardia ilustra, mais uma vez, o verso de Murilo Mendes que contrasta "as velozes hélices do mal e as lentas sandálias do bem".

Nenhum cidadão americano ignora que a Suprema Corte já se tornou há muito tempo a fortaleza do ativismo judicial. Há quem goste e quem deteste isso, mas o fato ninguém nega. Há muitos livros a respeito; o mais famoso é *Men in Black. How The Supreme Court Is Destroying America*, de Mark R. Levin. Como no Brasil ninguém leu esses livros, nada mais natural do que a reação do leitor Ivanilson Zanin à minha coluna da semana passada: "Faltou apenas que esse jornal dissesse que os juízes norte americanos, no caso 'a fina flor do esquerdismo judicial supremo', como

afirmam vocês, são filiados ao Partido dos Trabalhadores, lembrando aquele episódio dantesco no qual Paulo Maluf disse que o promotor suíço que investiga suas contas bancárias na Suiça era petista". A dificuldade de discutir com brasileiros, hoje em dia, é essa. Opiniões baseiam-se em premissas factuais. Quando um indivíduo desconhece os fatos, só lhe resta concebê-los à imagem e semelhança da sua fantasia. Quando milhões de pessoas desconhecem os fatos, a fantasia coletiva que os substitui adquire uma espécie de autoridade, e cada indivíduo que se apóia nela acredita-se firmemente instalado na realidade. Daí a segurança, o ar de superioridade quase divina com que zomba daquilo que ignora, sem saber que não faz de palhaço senão a si próprio. Mas o sr. Zanin acrescenta à zombaria a insinuação maliciosa: "Gostaria de sugerir um *slogan* para este jornal: *Diário do Comércio* – um jornal a serviço do PSDB". Isso é mais

ridículo ainda, embora o sr. Zanin seja o último a percebê-lo. A defesa incondicional da propriedade privada, que é a tônica do *Diário do Comércio*, não poderia fazer dele o porta-voz apropriado de um partido filiado à Internacional Socialista.

O teste final

Congregando mais de cem partidos e uma dúzia de gangues de narcotraficantes e seqüestradores milionários, o Foro de São Paulo é a organização política mais poderosa que já existiu na América Latina. Há uma década e meia, no Brasil, na Argentina, no Equador, na Venezuela, em Cuba, no Uruguai, na Bolívia e em outros países do continente, não se vota uma lei, não se lança um programa, não se inaugura uma campanha social que não esteja dentro dos cânones aprovados pelo Foro.

Tal é a entidade cujo conhecimento a mídia brasileira, criminosamente, tem sonegado ao público, e cuja existência alguns deformadores de opinião, como aquele patético sr. Luis Felipe de Alencastro, da *Veja*, chegaram a negar até data muito recente.

O Foro foi fundado em 1990 por Lula e Fidel Castro. Sem a afinação estratégica entre os partidos de esquerda, que ali se aperfeiçoa em reuniões mais ou menos anuais, a ditadura Chávez ou a ascensão eleitoral de Lula teriam sido impossíveis. O próprio Lula reconheceu isso, ao afirmar, no seu discurso de posse, que devia sua eleição "não só a brasileiros mas a outros latino-americanos" (por incrível que pareça, essa confissão explícita da influência estrangeira nas eleições nacionais não suscitou escândalo nem curiosidade entre nossos jornalistas). Quanto à aliança Lula-Castro-Chávez, que está na base de

tudo isso, o próprio Lula, com exemplar cara-de-pau, disse ao entrevistador Boris Casoy que ela era apenas invencionice de "um picareta de Miami", alusão desrespeitosa ao escritor cubano Armando Valladares, recordista mundial de permanência na cadeia, sob torturas, por delito de opinião.

Mas a história não era invencionice, nem havia começado com Valladares.

No Brasil, muito antes disso, o primeiro a denunciar a existência do Foro, bem como sua submissão estratégica aos ditames da esquerda chique norte-americana, (os Clintons e *tutti quanti*), foi o advogado paulista José Carlos Graça Wagner, que havia reunido uma impressionante documentação a respeito mas foi impedido, por doença grave, de prosseguir seu trabalho de investigação.

Nunca um jornal brasileiro ou programa de TV deu espaço ao dr. Graça Wagner para

expor o que sabia do Foro de São Paulo. Quando tive uma breve oportunidade de acesso aos documentos, passei a escrever sobre o assunto na *Zero Hora* de Porto Alegre, no *Globo*, na *Folha de S. Paulo*, no jornal eletrônico *Mídia Sem Máscara* e em duas revistas americanas, sendo em seguida reforçado pela colaboração de Graça Salgueiro, Carlos Azambuja, Heitor de Paola e outros comentaristas marginalizados pela grande mídia. As reações que encontramos variaram entre o silêncio covarde, as explosões de ódio e as desconversas cínicas que apresentavam o Foro como uma inofensiva arena de debates sem poder decisório.

Mais tarde, o dr. Constantine Menges, analista estratégico do Hudson Institute em Washington DC, escreveu a respeito do Foro vários artigos, que os luminares da mídia brasileira, numa lição medonha de antijornalismo, trataram de desmentir sem

publicá-los, espalhando as histórias mais escabrosas sobre a pessoa do autor e tapando antecipadamente a boca do acusado.

Agora, nada mais fácil do que averiguar quem disse a verdade e quem mentiu. Chegou a hora do teste final. Como o filósofo que andando provava o movimento, a décima-segunda assembléia do Foro inexistente, celebrando seus quinze anos de atividade jamais realizada, está reunida em São Paulo desde sexta-feira até hoje, na sede do Parlatino, na Barra Funda, à av. Auro Soares de Moura Andrade, 564. Quem não quiser ir até lá pode tirar a dúvida lendo o programa dos debates no *site* do próprio PT.

Desse modo, não apenas caem por terra quinze anos de negações mentirosas, mas vai para o brejo também a desconversa acima mencionada, já que, à imitação do que vinha fazendo em todas as suas assembléias, o Foro já anunciou – para hoje – o seu momento culminante: a redação das

Resoluções que orientarão por um ano os partidos filiados. Mostra assim que não existe só para discutir à toa, mas para decidir e ser obedecido.

Significativamente, as FARC e o MIR chileno, as duas organizações criminosas tão ativas nos encontros anteriores, e cuja colaboração com o PT no quadro do Foro os apologistas do petismo negavam contra toda evidência, abstiveram-se de comparecer à festa. Honroso sacrifício! Sua presença, nesta hora em que toneladas de sujeira petista estão vindo à tona, teria sido mesmo uma inconveniência. Algum jornalista, cansado de ser bom menino, poderia até mesmo ceder à tentação abominável de fazer perguntas.

Festa

Vou hoje a Virginia Beach para ver a queima de fogos, os concertos de bandas, a alegria nacional de um país que tem

amor-próprio e razões para isso. A diferença entre os EUA e o Brasil começa aí: naquele, a festa mais popular é o Dia da Independência; neste, a baderna geral que celebra a fuga às obrigações, a abdicação da realidade. São galáxias de distância entre um patriota com bandeira na mão e um folião bêbado vestido de baiana.

4 de julho de 2005.

A CIA QUE NINGUÉM CONHECE

WASHINGTON, DC - Todo mundo no Brasil imagina que a CIA é uma espécie de KGB de direita, um governo invisível dominando com mão de ferro uma multidão inerme. No plano internacional, uma vasta organização subterrânea empenhada em fomentar golpes de Estado, assassinar intelectuais esquerdistas e implantar por toda parte o império do capitalismo ianque.

Se essas fantasias imitam tão simetricamente o modelo da espionagem soviética, é porque foi ela mesma que as criou à sua própria imagem e semelhança,

invertendo apenas o signo ideológico da sua realidade macabra para formar o desenho de um tipo de organização que, num país com eleições e imprensa livre, jamais teria condições de existir. Esse desenho foi espalhado pelo Ocidente através de toda uma imensa subcultura editorial e cinematográfica produzida, sobretudo, entre os anos 60-80.

Após a abertura dos Arquivos de Moscou, ninguém mais tem o direito de ignorar, por exemplo, que o enredo conspiratório do filme de Oliver Stone, "JFK", saiu direto dos escritórios da KGB, nem que o ex-agente Philip Agee, badaladíssimo pela mídia popular pelas denúncias escabrosas que fez contra a CIA no seu livro *Inside the Company: CIA Diary* (1975), esteve sempre na folha de pagamentos do serviço secreto soviético e hoje é um agente *full time* do governo cubano. Mas não há país do mundo em que esses fatos tenham sido suprimidos

mais sistematicamente da mídia do que o Brasil. Resultado: as balelas mais sonsas postas em circulação por aquela subcultura tornaram-se, aí, verdades de evangelho cuja contestação ainda soa, no mínimo, "polêmica", isto quando não lança sobre o contestador a fama de psicótico... ou de agente da CIA.

Para avaliar a distância entre o imaginário brasileiro e os fatos, basta notar que aqui nos EUA também circula uma multidão de livros contra a CIA, mas que a maioria deles a acusa de fazer exatamente o contrário do que os brasileiros imaginam que ela faz. Nenhum americano razoavelmente culto ignora que esse serviço de inteligência, há bastante tempo, trabalha mais para grupos políticos – de esquerda em geral – do que para o governo do seu país. Isso começou na era Reagan. Ronald Reagan foi um grande presidente, mas nas últimas semanas de mandato fez uma burrada monumental:

privatizou uma parcela importante dos serviços secretos. Quem podia comprar comprou um pedaço e o pôs a serviço de si próprio. A família Clinton, por exemplo, tem lá seu feudo particular. Sem saber dessas coisas, o público brasileiro entende às avessas acontecimentos importantes como a falsa informação sobre as armas de destruição em massa de Saddam Hussein. O que aos olhos brasileiros pareceu uma desculpa maquiavélica inventada por George W. Bush para legitimar a invasão do Iraque (até hoje isso é repetido na mídia nacional como obviedade de senso comum) foi na verdade uma cama-de-gato armada para o presidente por gente desleal dentro da CIA. Daí a limpeza geral que o governo está fazendo nesse serviço de inteligência, trocando tipos suspeitos por funcionários concursados.

Uma das melhores fontes para estudar o assunto são os artigos de Jack Wheeler,

filósofo que abdicou da carreira acadêmica para levar uma vida de aventureiro, caçador de tigres e estudioso de culturas primitivas, acabando por ser conhecido como “o Indiana Jones da direita”.

Wheeler trabalhou na CIA por algum tempo e não modera as palavras ao dizer o que viu lá dentro: um panorama que vai da indolência anárquica ao antipatriotismo militante de altos funcionários empenhados em amarrar as mãos dos agentes por meio de exigências “politicamente corretas” impossíveis de cumprir, quando não em sonegar ao governo informações vitais para a segurança do país. Wheeler me disse que o empreendimento mais importante do governo Bush era justamente a reforma dos serviços de inteligência, mas que seus resultados seriam muito lentos, tamanhas as resistências que encontrava entre os marajás remanescentes da era Clinton.

Mesmo depois da conversa com Wheeler, porém, eu não imaginava que essas resistências podiam chegar ao ponto do boicote sistemático e da rebelião ostensiva. O que me abriu os olhos foi o livro de Curt Weldon, *Countdown to Terror* ("Contagem Regressiva para o Terror"), publicado há uns meses pela Regnery e a mais importante dentre as obras sobre a CIA que entraram na lista de *bestsellers* do *New York Times*.

O autor é um deputado pela Pensilvânia, reeleito consecutivamente por vinte anos. Durante sua experiência como vice-presidente de duas comissões parlamentares encarregadas de assuntos de segurança, Weldon obteve informações confiáveis de um dissidente iraniano sobre esquemas terroristas diretamente concebidos pelo governo de Teerã. O principal era o plano de atirar aviões com pilotos suicidas não sobre um simples prédio comercial como no 11 de setembro, mas

sobre o reator nuclear de Seabrook, Massachusetts, ocasionando uma catástrofe do tipo e das dimensões de Chernobyl. O informante dava também detalhes sobre a fabricação da bomba atômica iraniana em íntima associação com a Coréia do Norte – um projeto em estágio muito mais avançado do que se imaginava no Ocidente –, descrevia a rede de agentes iranianos infiltrados no Iraque para espalhar o terror e esmagar no berço a democracia iraquiana, e resumia atas e mais atas do "Comitê dos Nove", a entidade criada pelo governo do Irã para coordenar a atividade terrorista em escala internacional. Dizia ainda que Osama bin Laden se encontrava refugiado no Irã como hóspede de honra e que entre os projetos terroristas em andamento estava o assassinato do ex-presidente George H. W. Bush.

Mas a surpresa maior estava por vir. Quando tentou passar essas informações

para a CIA, Weldon se defrontou não só com uma barreira de má-vontade e indolência, mas com uma hostilidade ativa que tentava por todos os meios – inclusive a ameaça de coerção física – bloquear o acesso ao informante e impedir que os dados fornecidos por ele chegassem ao primeiro escalão do governo.

Isso continuou mesmo depois que a mais espetacular das revelações, a do ataque a Seabrook, foi integralmente confirmada pela prisão, pelo governo canadense, de um grupo de terroristas preparados para realizar a operação – o que, segundo Weldon, não significa que o plano tenha sido abandonado e não esteja sendo levado adiante neste preciso momento, em algum outro lugar do mundo.

Weldon tentou por todos os meios articular os vários serviços de inteligência para que fizessem a análise cruzada dos dados, mas todos os seus esforços foram boicotados de

maneira tão ostensiva que ele desistiu de buscar a atenção do governo e resolveu apelar diretamente ao povo americano, publicando os relatórios do seu informante clandestino na esperança de que a opinião pública pressione o governo para levar a fundo a reforma do sistema de segurança.

"Este livro – escreve ele no prefácio – é um ato de desespero. Trago-o à presença do leitor porque não consegui que a comunidade de informações fizesse nada a respeito, embora minha fonte tenha provado sua credibilidade e embora a informação que ela fornece anuncie um ataque terrorista maior aos Estados Unidos".

Não é possível ler essas coisas e continuar não enxergando o abismo de diferença entre a realidade da CIA e o que se escreve a respeito dela na nossa mídia.

***

O Brasil sempre viveu mais ou menos à margem do mundo, descompassado com o tempo histórico, incapaz de absorver as idéias vivas mas pronto a recolher e cultuar com devoção necrófila os resíduos da sua decomposição tão logo o restante da humanidade as tivesse esquecido por completo.

Não digo isso, é claro, com base no preconceito historicista de que as idéias são apenas expressões do "seu tempo", sem valor permanente. Não é disso que estou falando. O que quero dizer é que idéias não são senão reações da mente humana a determinadas situações vividas. Quando as situações mudam, as idéias criadas em resposta a elas mudam também de significação e têm de ser reinterpretadas à luz do tempo histórico transcorrido. Quando elas chegam com atraso, desacompanhadas do respectivo *upgrade* cronológico, o risco que isso implica não é o de estar fora da moda – coisa que,

em si, pode ser até saudável. É que essas idéias então adquirem uma espécie de força autônoma, deixando de funcionar como interpretações da realidade e sendo tomadas como se fossem elas próprias a realidade. Pior: como os seres humanos que as absorvem acabam agindo em função delas, elas criam mesmo uma espécie de realidade substitutiva, feita só de palavras e símbolos, que para quem vive dentro dela é a realidade *tout court*. Vidas inteiras podem transcorrer dentro desse cenário de ficção sem jamais dar-se conta de que não viveram realmente, apenas pensaram e falaram.

A história da cultura brasileira – e da política brasileira – não passa, nesse sentido, da história de uma prodigiosa alienação, de um divórcio completo entre experiência vivida e pensamento. A vacuidade, o sem-sentido, a impotência de lidar com a realidade condenam o país a uma sucessão de fracassos aparentemente sem explicação,

que, de quando em quando, num paroxismo de revolta contra o destino incompreensível, ele tenta superar por meio de sobre-esforços de transformação ainda mais deslocados e inúteis.

A última dessas cíclicas convulsões pseudo-libertadoras foi a onda de entusiasmo nacional pela "ética". Sob a inspiração desse fetiche verbal, a nação inteira se mobilizou para destituir um presidente supostamente corrupto, que depois de derrubado acabou sendo totalmente inocentado na justiça, bem como para elevar ao poder um "partido ético" que veio a se revelar uma máquina de corrupção incomparavelmente mais vasta e daninha do que todos os Anões do Orçamento, PCs Farias, Cacciolas e Juízes Lalaus somados.

Esse resultado era previsível, mas para prevê-lo era preciso saber que a expressão mesma "partido ético" se originara na Itália, nos anos 30, com o ideólogo Antonio

Gramsci, como expressão técnica do vocabulário comunista destinada a designar a habilidade que o partido revolucionário deveria ter de amoldar a moral social às exigências da sua própria luta pelo poder. Como ninguém sabia disso, a palavra "ética" foi comprada pelo seu valor nominal, deslocado do contexto originário e preenchido de conotações morais sublimes, de tal modo que a nação inteira colaborou alegremente na acumulação de lixo petista no instante mesmo em que imaginava "passar o Brasil a limpo". Transformadas em cúmplices de seu próprio ludíbrio, co-autoras do seu próprio escárnio, não é de estranhar que agora as classes falantes deste país se sintam inibidas de dar à situação presente as suas dimensões reais e não aceitem denunciá-la senão com toda sorte de ressalvas eufemísticas destinadas a salvar pelo menos um pouquinho da reputação dos acusados – preocupação que ninguém teve

diante de casos de gravidade incomparavelmente menor, onde os suspeitos, não raro objetivamente inocentes, foram entregues às feras sem dó nem piedade, entre urros de sadismo “ético”.

Na época, o PT usava e abusava de uma oratória hiperbolicamente alarmista, na qual qualquer grupelho de suspeitos era imediatamente ampliado às dimensões de um “sistema paralelo” e qualquer indício de safadeza vulgar se tornava um iminente golpe de Estado, um risco apocalíptico para a segurança nacional. O observador atento notaria de imediato, no descompasso mesmo entre a retórica e os fatos, a presença do intuito de camuflagem. Hoje tornou-se evidente que o único “sistema paralelo” em formação na época era o próprio PT, que, seguindo o velho conselho de Lênin, acusava os outros de fazer o que ele próprio, assim, podia fazer com toda a tranqüilidade, a salvo de qualquer suspeita.

11 de julho de 2005.

Museu de iniqüidades

Já quase acostumado aos bate-bocas medonhos entre conservadores e *liberals* na mídia americana, fico cada vez mais deprimido ao observar a pastosa uniformidade dos jornais brasileiros. É uma assembléia de cães amestrados, cada qual mais ansioso de mostrar obediência aos cânones admitidos. O que um declara, o outro repete. O que um suprime, os outros omitem. O que um aprova, os outros aplaudem. O que um condena, os outros vaiam. Felizes tempos aqueles em que pelo menos as moscas mudavam. Hoje, rodando

em círculos uniformes sobre a imperturbável massa excrementícia, até elas se tornaram indiscerníveis umas das outras.

A conversação pública nesses locais tornou-se um sistema de automatismos desesperadoramente previsíveis, imunizados contra qualquer intromissão da inteligência e da verdade. Tamanha é a força entorpecente da repetição, que mesmo os fatos mais inegáveis recuam ante a homogeneidade do falatório, recolhendo-se ao buraco negro do esquecimento e da negação como se jamais tivessem acontecido.

Como é possível que tanta gente, em uníssono, jure ver na maré montante da roubalheira petista um súbito desvio de conduta, o repentino descaminho de uma congregação de almas santas infectadas, tardiamente e a contragosto, pelo contágio do poder? Pois não foi esse mesmo partido que, desde 1997, veio sendo denunciado por um de seus próprios fundadores e líderes,

Paulo de Tarso Venceslau, como organização criminosa empenhada no saque obstinado e geral aos cofres públicos? Venceslau publicou suas acusações no *Jornal da Tarde* de 26 de maio daquele ano. A resposta do partido foi expulsá-lo e sufocar as investigações. No Rio Grande do Sul, durante o longo império petista, a safadeza alastrou-se ao ponto de gerar um processo de *impeachment*, do qual o governador Olívio Dutra foi literalmente salvo pelo gongo, pois tantas eram as denúncias que a Assembléia Legislativa não conseguiu terminar de apurá-las antes de encerrar-se o mandato do acusado. E todo mundo parece ter esquecido que, de todos os partidos brasileiros, o PT tem a honra macabra de ser o único que teve o seu nome envolvido num processo de homicídio, no qual, para cúmulo de horror, ao assassinato da vítima seguiram-se os de seis testemunhas. E que pode haver nisso de estranho, tendo sido essa agremiação

fundada por homens de ferro, adestrados na disciplina marxista para sacrificar sua consciência moral no altar das ambições partidárias?

Qualquer jornalista capaz de varrer esses fatos para baixo do tapete, inventando um passado honroso para atenuar a feiúra presente do desempenho petista, é um criminoso, um sociopata cínico tal como aqueles a quem, por meio desse expediente, ele tenta proteger das conseqüências de suas ações. A uniformidade mesma da opinião jornalística brasileira é um fenômeno tão estranho, tão antinatural, que não poderia se produzir sem a deliberação fria de grupos organizados que se apossaram dos meios de comunicação para fazer deles, sob uma fachada de jornalismo normal, o instrumento dócil de uma prodigiosa manipulação das consciências.

Não, não digo que sejam, todos os envolvidos nessa operação, agentes petistas.

Pretender isso seria ignorar na raiz o caráter informal e plástico das novas modalidades de ação esquerdista que, desde a década de 80 pelo menos, se substituíram à antiga rigidez monolítica dos partidos comunistas. Não se trata, hoje em dia, de favorecer um determinado partido, mas de assegurar, na concorrência entre várias denominações partidárias só diversas em aparência, o resultado geral sempre honroso para o esquerdismo de fundo, que deve sair não só intacto mas engrandecido da revelação de seus crimes.

Daí a diferença de tratamento nas denúncias de corrupção. Se o suspeito é direitista – ou, sem ideologia própria, pode assim ser catalogado para fins de enaltecimento da esquerda –, o ataque é geral, impiedoso e sem meias palavras, sendo os atos criminosos associados ao direitismo real ou aparente do acusado, como produtos naturais do predomínio dos

seus interesses de classe sobre o belo idealismo social de seus adversários.

Se, ao contrário, o acusado é de esquerda, seus crimes, quando já não podem mais ser pura e simplesmente negados, devem ser apresentados como uma ruptura com o seu passado, uma traição a seus ideais de juventude, algo, enfim, que não deponha em nada contra o seu esquerdismo mas antes o exalte, mesmo por contraste, como a única encarnação possível do bem e da justiça.

Também não digo que todos os envolvidos nessa cachorrada tenham plena consciência do que fazem. Não é possível ter ao mesmo tempo plena consciência e falsa consciência. Antes de mentir para os outros, um homem tem de mentir muito para si mesmo até transformar a mentira na única verdade concebível – e é esse, precisamente, o mais típico e inconfundível mecanismo de funcionamento da mente esquerdista, já tão abundantemente retratado na literatura que

nenhum ser humano adulto e alfabetizado tem o direito de se deixar enganar por ele sem tornar-se pessoalmente cúmplice do engodo.

Kingsley Amis, o escritor inglês que consentiu em encobrir durante décadas as piores atrocidades comunistas, veio a descrever com exemplar realismo a natureza desse mecanismo, neste parágrafo citado por seu filho Martin Amis em *Koba the Dread* (New York, Hyperion, 2002):

> Estamos lidando com um conflito entre sentimento e inteligência, uma forma de auto-engano voluntário na qual uma parte da mente sabe perfeitamente bem que sua crença de conjunto é falsa ou maliciosa, mas a necessidade emocional de crer é tão forte que o conhecimento permanece, por assim dizer, enquistado, isolado, impotente para influenciar as palavras ou as ações.

Qualquer ser humano afetado por essa patologia do espírito torna-se incapaz de julgar sua própria conduta, quanto mais as

dos outros. E a classe dos “formadores de opinião” no Brasil compõe-se quase que inteiramente desses indivíduos. Já é tempo de admitir que, tanto quanto deputados corruptos e senadores ladrões, eles são um perigo público.

Mas também não espanta que essa horrível deformidade tenha se espalhado como epidemia entre os jornalistas brasileiros. O domínio incontestado do esquerdismo cultural nas universidades que os formaram basta para explicar isso. A mente estudantil engendra-se na devoção a ídolos culturais que a marcam para sempre com sua influência. Para conhecer o espírito de uma geração é preciso estudar a psicologia dos líderes intelectuais cuja conduta lhe serviu de modelo. Ora, quando investigamos com certo detalhe as figuras dos mentores da esquerda mundial, principalmente das últimas décadas, encontramos entre eles um número de farsantes e vigaristas muito

maior do que jamais houve em qualquer escola ou corrente de opinião ao longo de toda a história humana. E, quando falo em farsa e vigarice, não me refiro a meras idéias falsas, argumentos capciosos ou opiniões erradas. Refiro-me a fraudes no estrito sentido material e jurídico do termo: adulteração de documentos e citações, falsificação de testemunhos, invenção deliberada de episódios jamais ocorridos.

O que estou dizendo não é novidade nenhuma, a rigor. O assunto já foi muito estudado. Desde as memórias de Arthur Koestler até *Intellectuals* de Paul Johnson, *Double Lives* de Stephen Koch, e *The Politics of Bad Faith* de David Horowitz, a bibliografia a respeito é tão grande e de tão vasto impacto que ninguém pode ignorá-la e pretender continuar opinando responsavelmente sobre a política contemporânea. Mas o atraso brasileiro na aquisição dessas informações é enorme. Por

isso um resumo geral torna-se aí de muita utilidade. Em *Hoodwinked. How Intellectual Hucksters Have Hijacked American Culture* ("Ludibriados. Como os camelôs intelectuais seqüestraram a cultura americana", Nashville, TN, Nelson Current, 2005), o jornalista Jack Cashill fornece um mostruário dos episódios mais célebres de vigarice explícita entre os *pop stars* da esquerda. Embora o foco seja o cenário americano, as fontes européias e latino-americanas são abordadas com extensão suficiente para dar ao diagnóstico um alcance mundial.

Os casos são tantos, e tão grosseira a patifaria em cada um deles, que nenhum leitor isento pode deixar de concluir que, definitivamente, há algo de errado na mentalidade esquerdista. Não é possível que multidões tão vastas cultuem personagens tão desonestos, mesquinhos e desprezíveis

sem que haja nisso o sintoma de um embotamento moral alarmante.

O mais lindo é que, em quase todos os exemplos citados, a revelação cabal dos crimes não empanou em nada a reputação de seus autores, que continuaram a ser incensados, às vezes até mais intensamente, como modelos de superioridade excelsa habilitados a passar pitos no restante da espécie humana.

A guatemalteca Rigoberta Menchú, por exemplo, ganhou o Prêmio Nobel e a *Légion d'Honneur* com uma autobiografia celebrada pela revista *Chronicle of Higher Education* como "um pilar fundamental do cânone multicultural". O núcleo da narrativa era a infância sofrida de uma índia filha de camponeses expulsos de suas terras por grandes proprietários. Mais tarde comprovou-se que o pai de Rigoberta nunca tinha sido vítima desses proprietários, pela simples razão de que ele próprio era um

deles. A tempestade de desculpas esfarrapadas que se seguiu foi tão grande quanto a onda de aplausos que a antecedeu.

O historiador Alex Hailey ganhou milhões com a reconstituição de suas origens familiares africanas no livro *Raízes*, que virou uma série de TV de enorme sucesso e foi adotado como leitura multicultural obrigatória em todas as escolas públicas americanas. Um processo na justiça mostrou que essa obra de "não ficção" não passava de plágio... de um romance! O autor do romance recebeu uma polpuda indenização mas concordou em não divulgar o escândalo, que só veio a ser noticiado, com a discrição exigida pelo código de decência politicamente correto, anos depois da sua morte.

Muita gente no Brasil deve ter visto o filme *Julia*, de Fred Zinemann, com Jane Fonda e Vanessa Redgrave, baseado nas memórias de Lilian Helmann, talvez a mais badalada

escritora de esquerda nos EUA umas décadas atrás. O ponto culminante era a viagem heróica de Lilian pelo território alemão, em arriscada missão para as forças da resistência. Bem, na ocasião mencionada a escritora estava em plena segurança nos EUA. Ela simplesmente sugou os feitos de uma heroína anônima, colocando-se a si própria no papel principal. Investigações meticulosas sobre o restante do livro mostraram que Mary McCarthy não tinha exagerado muito ao dizer que tudo o que sua concorrente escrevia era mentira, "incluindo as palavras *e* e *o*".

Walter Cronkite, o célebre comentarista de TV, provocou a ira do mundo contra a maldade das forças armadas americanas ao exibir o filme de uma garotinha vietnamita, nua e com queimaduras pelo corpo, correndo desesperada sob um bombardeio de napalm. Era quase impossível Crokite ignorar que nenhum americano havia participado direta

ou indiretamente da operação, mesmo porque na época quase todas as tropas dos EUA já haviam saído do Vietnã. Ele jamais pediu desculpas. Nem jamais noticiou que a garotinha, Kim Phuc, cansada de ser usada como instrumento de propaganda comunista enganosa, fugiu para o Ocidente e hoje mora no Canadá.

E assim por diante. É um museu da degradação humana. A conclusão é que a admiração geral dos esquerdistas tem sido devotada aos tipos humanos mais baixos e desprezíveis criados pela indústria da falsa consciência. E é bem compreensível que criaturas formadas nessa atmosfera acabem tentando transmutar os crimes e iniqüidades de seus correligionários em símbolos de uma superioridade moral quase angélica.

Não que na direita não haja farsantes e vigaristas. É claro que há. Mas ninguém ali os considera modelos de virtudes, nem lhes dá preferência na escala de admirações.

Nenhum conservador jamais confundiu Adolf Hitler com Winston Churchill, os terroristas da OAS com Charles de Gaulle, David Duke com Ronald Reagan ou o delegado Fleury com Gustavo Corção. Jamais a direita como um todo se enganou a si própria com o estusiasmo e a unanimidade da esquerda. O requisito básico do conservadorismo é o senso das proporções.

18 de julho de 2005.

AUTOMACUMBA SEMÂNTICA

ACABO DE LER a entrevista do sr. Rubens Requeijão na revista *Caros Umbigos*, e lá vem de novo esse personagem de comédia da Atlântida tentando assustar criancinhas com o fantasma do "neoliberalismo" – o culpado de todos os males.

Mas é só um exemplo entre infinitos. A facilidade, a desenvoltura, a segurança com que no Brasil se usa esse termo, como se designasse uma entidade patente e arquiconhecida, é para mim o sinal mais evidente da psicose nacional, do completo

divórcio brasileiro entre linguagem e realidade.

É deprimente observar como os autoproclamados representantes do "pensamento crítico", incapazes da mais elementar análise crítica de seu próprio discurso, se deixam hipnotizar pelas palavras que empregam. Não existe nenhum "pensamento crítico" se você continua preso numa malha de compactados verbais, impotente para descascar suas várias camadas de significado e confrontá-las com os dados de realidade que presumidamente elas designam. Só o que existe, nessas condições, é pensamento mágico, é automacumba semântica.

"Neoliberalismo", no vocabulário usual da esquerda – que no Brasil de hoje é o da mídia e da intelectualidade inteiras –, é uma corrente de opinião que favorece (a) a livre-empresa contra a intervenção estatal na economia, (b) o globalismo em detrimento

dos interesses nacionais e (c) a moral judaico-cristã tradicional em oposição aos princípios “politicamente corretos”, buscando, por esses três meios, (d) ampliar a hegemonia norte-americana no mundo em prejuízo dos interesses das nações pobres. Com essas características, o neoliberalismo aparece como (e) sinônimo da “direita”, dando-se por pressuposto que (f) é a ideologia dominante no mundo dos negócios e entre os políticos antipetistas e anti-esquerdistas em geral.

Dado o objeto, só resta tomar posição diante dele: a primeira coisa que no Brasil se espera de um político, de um jornalista, de um formador de opinião, é que se defina – ou consinta em ser definido pelos outros – a favor ou contra o neoliberalismo. Tal seria a questão fundamental, o supremo divisor de águas que separa não apenas duas correntes políticas, mas dois sistemas de valores, duas concepções da existência.

A síntese dos elementos designados pela junção das camadas de significado forma um desenho apto a despertar o ódio dos nacionalistas, terceiromundistas e progressistas em geral. Como *slogan* político criado para reunir forças num vasto *front* anti-americano, o termo é perfeitamente apropriado.

Só resta perguntar se o objeto assim concebido pode existir efetivamente ou se, ao contrário, o impacto persuasivo da palavra não reside precisamente no fato de que ela junta numa síntese ideal elementos que, na realidade, só podem existir como entidades separadas, heterogêneas ou antagônicas. Um breve exame tirará isso a limpo:

1) Globalismo não é simples abertura de mercados: é introdução de regulamentações em escala mundial que transferem a soberania das nações para organismos internacionais. Nenhum apóstolo da economia de mercado é sonso o bastante

para não perceber, hoje em dia, que a abertura das fronteiras arrisca não produzir um paraíso de liberdade econômica, e sim a proliferação de legislações e controles em escala global – o Leviatã dos leviatãs. A incompatibilidade lógica traduz-se, no plano da ação política, como briga de foice entre os liberais clássicos e os planejadores-legisladores econômicos globais. Nos EUA, isso é um fato do dia-a-dia. Mas, como no Brasil e em outros países da América Latina a mídia intoxicada de lendas esquerdistas jamais menciona esse fato, a união harmônica e indissolúvel de liberalismo clássico e globalismo pressuposta no conceito de "neoliberalismo" parece não só viável como realmente existente. Rarissimamente encontrei entre brasileiros um colunista de mídia, cientista social, empresário, analista econômico ou estrategista militar que tivesse alguma consciência desse engano monumental.

2) Um dos temas mais discutidos nos EUA é a contradição aparentemente insolúvel entre abertura econômica e segurança nacional. Os chineses, por exemplo, têm alguma chance de vencer a Chevron na concorrência para a compra da Unocal (a nona maior companhia americana de petróleo), mas, se isso acontecer, as conseqüências estratégico-militares podem ser desastrosas. A maior parte dos poços da Unocal está na Ásia, mais perto da China que dos EUA. Se os chineses cumprirem sua ameaça de invadir Taiwan, a quem a Unocal chinesa vai fornecer combustível? A eles ou às tropas americanas, comprometidas a defender a ilha custe o que custar? E não são só as empresas privadas que, na sua ânsia de livremercadismo absoluto, colocam o país em risco. O próprio governo americano, semanas atrás, estava quase fechando um negócio bilionário de venda de reatores nucleares à China, quando a Câmara dos

Deputados, no último instante, vetou a brincadeira. Afinal, só um doido canta vitória comercial quando consegue bom preço na venda de armas ao inimigo que jurou matá-lo. Diante de fatos dessa envergadura – e eles são milhares –, como acreditar nos tagarelas brasileiros quando proclamam que a "idolatria do mercado" é um instrumento do poderio americano? Aqui, quem grita contra essa idolatria são precisamente os conservadores. Há pelo menos dez anos eles estrilam contra a orgia de investimentos na China, que os economicistas de plantão justificavam sob a desculpa da liberdade econômica, dotada, segundo eles, do poder miraculoso de gerar a liberdade política. Hoje as conseqüências dessa ilusão são tão evidentes que há mesmo quem suspeite que ela foi plantada na mente dos investidores americanos com o propósito consciente de esvaziar a ideologia capitalista dos valores morais e culturais que a

sustentam, reduzi-la a um triunfalismo econômico suicida e usá-la como instrumento de liquidação das defesas nacionais americanas. Se essa hipótese lhes parece demasiado assustadora para ser verdade, lembrem-se de que a abertura econômica acoplada à destruição sistemática das bases morais do americanismo foi a marca registrada da era Clinton – e ninguém aqui ignora a intensa troca de favores entre os Clintons e a espionagem chinesa. Como lembrou o colunista Terence P. Jeffrey no semanário *Human Events* – de muita influência nos círculos bushistas –, os chineses leram Clausewitz e chegaram à conclusão de que comprar certos bens de capital é também "fazer política por outros meios", isto é, guerra por outros meios.

3) Se identificar o globalismo com a ambição nacional americana já é maluquice bastante, ainda mais insano é associá-lo ao conservadorismo religioso que, nos EUA,

vem crescendo ano após ano. Para o automatismo mental brasileiro, nada mais óbvio e autoprobante do que essa associação. O cérebro nacional acostumou-se a saltar direto das palavras às reações emocionais que elas evocam, sem a menor necessidade de referência a alguma realidade do mundo exterior. Assim, a associação verbal é infalível: religião = reacionarismo; reacionarismo = capitalismo; capitalismo = imperialismo ianque; imperialismo ianque = globalismo; globalismo = neoliberalismo; logo, a moral religiosa tradicional é um instrumento do neoliberalismo. Esse método puramente galináceo de raciocínio é hoje obrigatório em todas as universidades brasileiras, e tamanha é a sua autoridade que a simples tentação de corrigi-lo já desapareceu do fundo das almas. Deve portanto soar como um escândalo intolerável a informação que vou dar a seguir: todos os conservadores religiosos americanos –

cristãos ou judeus – são, em maior ou menor medida, contra o globalismo. E são contra por um motivo muito simples: o projeto de cultura mundial administrada, que vem junto com a uniformização econômica do planeta, traz no seu bojo as sementes de uma neo-religião híbrida, meio ecológica, meio ocultista, criada em laboratório por engenheiros comportamentais da ONU (procurem saber quem é Robert Müller), e cuja implantação resulta pura e simplesmente na destruição completa do cristianismo e do judaísmo. Não foi por coincidência que uma onda de anti-semitismo e anticristianismo se espalhou pelo planeta nas últimas décadas: ela veio por intermédio da rede global de ONGs subsidiadas pela ONU e por fundações milionárias, empenhadas na "guerra cultural" pela criação de uma civilização biônica inaceitável para toda mentalidade religiosa tradicional. Mais especialmente, o

ataque cultural globalista se volta contra a cultura americana, tentando criminalizar e destruir as suas raízes judaico-cristãs e substituí-las por uma nova moral abortista e hedonista adornada pelo culto de Gaia ou fetiches similares. Nos EUA não há quem não esteja consciente de que *esse* é o verdadeiro divisor de águas, o verdadeiro campo de combate pelo domínio dos corações e mentes no século XXI. Os debates brasileiros passam a anos-luz de distância do centro dos acontecimentos.

4) Por fim, é absolutamente falso que a esquerda, no Brasil ou em qualquer outro país do continente, oponha alguma resistência ao globalismo, exceto o mínimo indispensável para fins de camuflagem. Nenhuma corrente política existe para se opor àqueles que a subsidiam. As fontes de dinheiro para a esquerda, tanto na América Latina quanto nos EUA e na Europa, são hoje bem conhecidas, e elas são

precisamente as mesmas que, a pretexto de livre mercado, financiam o estabelecimento da Nova Ordem Global: as fundações Ford, Rockefeller, MacArthur e sobretudo a rede tentacular de agentes do multibilionário golpista George Soros – eis aí os grandes financiadores e protetores do chavismo, do lulismo, do fidelismo e de todas as demais patologias políticas que, numa atmosfera geral de loucuras e mentiras, tem se apossado velozmente do poder em várias nações do continente. A essas fontes capitalistas devem somar-se os agentes políticos (Partido Democrata, Diálogo Interamericano, os Clintons, os Kennedys e uma multidão de Carters) que ajudam a drenar para os mesmos destinatários o dinheiro do governo americano, principalmente as verbas da USAID. O leitor encontrará nos *sites* *www.discoverthenetwork.org* e *www.activistcash.com* um mapeamento

bem minucioso da circulação de dinheiro entre os potentados do globalismo e as organizações que, na América Latina e em outras partes do Terceiro Mundo, fingem combatê-los. Essa elite invariavelmente toma partido da burocracia mundial quando esta fere o interesse nacional dos EUA, tal como aconteceu na guerra do Iraque, nas discussões sobre o Tratado da Lei do Mar, na introdução da moral "politicamente correta" na educação americana etc. Financiando a esquerda do Terceiro Mundo, ela tem a seu serviço um útil instrumento para enfraquecer a resistência americana, facilitando a implantação do governo mundial que a ONU já declarou ser seu objetivo prioritário para as próximas décadas.

Para isso, precisamente, serve o termo "neoliberalismo": para ludibriar nacionalistas sonsos nos países pobres, desviando suas pretensões de resistência

antiglobalista no sentido de um anti-americanismo despropositado que, hoje, é um dos instrumentos essenciais da ascensão da burocracia mundial.

Intelectuais esquerdistas tagarelas do Terceiro Mundo são os tipos mais caricatos e desprezíveis que a humanidade já conheceu. Estão sempre dispostos a inventar belas desculpas para servir a tudo o que não presta.

Quem quer que use o termo "neoliberalismo" com ares de falar a sério só pode ser um manipulador de idiotas ou um idiota manipulado. Não creio que algum dia terei interesse em saber em qual dessas duas classes se incluem o sr. Requeijão e os redatores de *Caros Umbigos*.

24 de julho de 2005.

OBVIEDADES TEMÍVEIS

A ESTA ALTURA já se tornou óbvio que mesmo alguns dos mais ferrenhos acusadores da corrupção governamental estão antes interessados em salvar a imagem do PT do que em descobrir a verdade. Já disse dezenas de vezes e repito: a esquerda organizada – não o PT sozinho, mas a articulação dos partidos pertencentes ao Foro de São Paulo – é mais poderosa que o Parlamento, mais poderosa que o empresariado, mais poderosa que a Justiça, mais poderosa que a Igreja, mais poderosa que a mídia, mais poderosa que as Forças

Armadas. Ninguém tem meios de puni-la, faça ela o que fizer. O Estado brasileiro, para ela, é apenas matéria dúctil da qual ela se servirá a seu belprazer, moldando-a e remoldando-a à sua imagem e semelhança, no instante em que quiser, no estilo em que quiser, sem suscitar senão reclamações isoladas, débeis e impotentes. O simples fato de que seus opositores se limitem a imputações de detalhe, sem coragem ou capacidade para denunciar o esquema ideológico e estratégico por trás de tudo, já é a prova mais contundente de que eles estão derrotados, submissos, agarrando-se a subterfúgios fúteis para não ter de enxergar a extensão da tragédia em que uma persistente covardia os mergulhou. Disputam no varejo porque sabem que, no atacado, já perderam. E não falo só do Brasil: o continente latino-americano, com exceção da Colômbia, do Chile e dos pequenos países da América Central, já está sob o domínio comunista e

não sairá ileso dessa brincadeira, como nenhum povo submetido a experiência similar jamais saiu. Desde que os setores mais vitalmente interessados na sobrevivência da democracia capitalista caíram no engodo do "fim do comunismo" e reprimiram em si próprios toda veleidade de anticomunismo, estavam virtualmente mortos e enterrados. A começar pelos grão-senhores da mídia, coelhinhos assustados, trêmulos ante os chefetes comunistas que eles próprios nomearam e ante os bancos oficiais que prestam socorro a suas empresas periclitantes. A sorte do continente latino-americano está decidida: o futuro chama-se União das Repúblicas Socialistas da América Latina. A profecia de Fidel Castro, lançada na IV Assembléia do Foro de São Paulo, está em vias de se realizar plenamente: o movimento comunista internacional já está reconquistando na América Latina tudo o que perdeu no Leste

Europeu. Com uma diferença: no Leste Europeu ele avançou sobre cadáveres de heróis e mártires, na América Latina vai deslizar suavemente sobre a pasta amorfa da pusilanimidade, da omissão e do colaboracionismo.

E não se iludam com uma intervenção salvadora dos EUA. A ascensão do comunismo na América Latina é do mais alto interesse da esquerda chique americana que aqui representa a nata do poder econômico e, na escala mundial, a vanguarda intelectual e financeira do globalismo. É verdade que aqui essa gente enfrenta uma resistência feroz dos conservadores e nacionalistas, mas estes começaram a lutar muito tarde, só na década de 80, ao passo que a esquerda já dominava os círculos de elite, as universidades, as diversões públicas e a grande mídia desde os anos 30. Hoje os esquerdistas são os donos das verbas oficiais de ajuda ao Terceiro Mundo, que, junto com

o dinheiro das fundações multibilionárias, fluem para os movimentos revolucionários e são negados a tudo o que seja ou pareça “de direita”. Experimentem. Tirem a prova. Façam um projeto inspirado em valores judaico-cristãos, na defesa dos direitos individuais e da economia de mercado, e tentem obter ajuda de alguma instituição governamental ou megafundação americana. Na melhor das hipóteses, receberão evasivas educadas. Depois inventem alguma tolice alegando “combate às desigualdades”, abortismo, feminismo, direitos gays, etc.: os cofres se abrirão generosamente. É claro que aqui existe muita gente contra isso, é claro que os conservadores têm hoje o apoio da maioria da população, é claro que uma redescoberta dos valores americanos tradicionais tem criado dificuldades excepcionais para a elite esquerdista, mas ainda há pela frente uma luta de muitas décadas antes que isso possa se refletir numa

mudança efetiva da política internacional americana. Mesmo no Oriente Médio, onde o plano Bush de espalhar a democracia entre os povos islâmicos vem alcançando sucessos espetaculares – reconhecidos até no Brasil por um esquerdista doente como Caio Blinder –, o apoio interno ao presidente é continuamente boicotado por meio de campanhas de propaganda, mentirosas até à alucinação, que arriscam abortar a ação americana e devolver o Iraque à quadrilha de Saddam Hussein. Como, nessas condições, poderiam os EUA intervir na América Latina? Se a própria esquerda alardeia como realidade iminente o que é de fato uma impossibilidade flagrante, é porque sabe utilizar o duplo efeito, estimulante e tranqüilizante, da propaganda enganosa: inocular medo e ódio nos corações de nacionalistas sonsos (militares especialmente), anestesiar empresários

idiotas infundindo-lhes uma esperança insensata.

Mas talvez a insensatez maior dos antipetistas seja a confiança que têm no PSDB. Esse partido pertence à Internacional Socialista, foi responsável durante o governo Fernando Henrique pela transformação do MST no mais poderoso movimento de massas do continente e pela introdução maciça da propaganda comunista nas escolas. Aceitá-lo como encarnação da "direita" é cair na armadinha verbal do petismo, que demarcou a esquerda moderada como forma extrema de direitismo permitido, criminalizando tudo o mais para assegurar a si próprio o domínio do espectro político inteiro, bloqueando o surgimento de uma autêntica oposição capitalista-democrática.

O próprio Fernando Henrique, sob as palmas entusiásticas do petista Christovam Buarque, já declarou que seu partido não

tem divergências ideológicas ou estratégicas com o PT, que entre eles não há senão miúdas disputas de poder (inevitáveis mesmo dentro de um regime soviético) e que os objetivos finais de um e de outro são exatamente os mesmos. A malícia pueril brasileira pode enxergar nessa declaração nada mais que uma concessão da boca para fora, um golpe de astúcia caipira. Mas Fernando Henrique não é estúpido o bastante para querer enganar um adversário tarimbado por meio da lisonja barata. Estúpido é o ouvinte que não percebe que o ex-presidente disse apenas uma verdade factual, material, auto-evidente para todos os petistas e tucanos informados.

Petismo e tucanismo correspondem, no microcosmo nacional, ao comunismo e ao socialismo fabiano na escala internacional. O socialismo fabiano é a ideologia orientadora da Comunidade Européia e, em larga medida, da ONU (leiam *The European*

Union Collective, de Christopher Story, Londres, Edward Harle, 2002). Sua idéia básica é instaurar a ditadura socialista – o pleno domínio do Estado sobre todas as iniciativas humanas – não através da revolução, mas de mudanças progressivas na legislação. O símbolo do socialismo fabiano é a tartaruga, designando a lentidão persistente em contraste com a precipitação comunista (durante todas as reuniões de fundação da Comunidade Européia, a mesa diretora ostentou uma tartaruga de louça, trazida pelo ex-presidente francês Valéry Giscard d'Estaing). Hoje sabe-se que os criadores do socialismo fabiano – Sidney e Beatrice Webb – agiam sob orientação direta do governo soviético, apresentando como alternativa ao comunismo aquilo que era apenas o comunismo agindo por meios mais anestésicos. Passados oito décadas, a divisão de trabalho não mudou. Também não mudaram em nada as briguinhas internas

que jogam areia nos olhos da platéia. Quando Fernando Henrique declara que, nas investigações sobre o escândalo do Mensalão, é importante “não destruir o PT”, ele sabe o que está dizendo. Trata-se de garantir para o PSDB um lugar melhorzinho no esquema de poder socialista, não de eliminar o esquema enquanto tal.

O tremendo respaldo internacional que esse esquema tem nos círculos globalistas da Europa e dos EUA pode ser medido pela paparicação de Lula por parte da grande mídia americana (arraigadamente anti-Bush), de vários governos europeus e do próprio Fundo Monetário Internacional, que aí ninguém parece saber que é um órgão da burocracia globalista, não um baluarte da liberdade econômica como o apresentam os esquerdistas para camuflar a ajuda que recebem dele.

Se há algo que me desgosta e me irrita é ter de abandonar o plano das análises e

diagnósticos, onde me movo à vontade, pelo das sugestões práticas que não cabem ao estudioso e sim aos políticos. Odeio dar conselhos. Mas há um que não posso reprimir. É de uma burrice insana tentar combater com acusações pontuais um esquema estratégico abrangente, que inclui desde o envenenamento ideológico das crianças pequenas até vastas redes internacionais de apoio econômico, político, publicitário e militar. Se vocês querem fazer algo de efetivo contra a hegemonia esquerdista, parem de se iludir com a eficácia utópica das meias-medidas, parem de confiar em comissões de inquérito presididas pelos próprios investigados, parem de querer furar com alfinetes uma couraça de elefante. Admitam que, contra uma estratégia comunista de envergadura continental, só uma estratégia anticomunista de idênticas proporções pode alguma coisa. Admitam que só o que os pode salvar é

aquilo que vocês mais temem: o enfrentamento ideológico sistemático, abrangente, completo. Assumam a defesa dos valores judaico-cristãos, do modelo ocidental de democracia, das liberdades individuais e declarem em voz alta o nome do inimigo: comunismo. Se vocês têm medo até mesmo de nomear o bicho, como poderão vencê-lo?

Sei que é tarde, é demasiado tarde, para começar uma briga dessas proporções. Mas há algumas coisas que podem ser feitas com meios modestos e de grande eficácia. Uma delas é, admitindo francamente que já não existe no Brasil autoridade superior à esquerda organizada, reconhecer que está na hora de apelar ao julgamento internacional, usando as armas do próprio globalismo contra os seus protegidos locais. Não custa nada algum grupo interessado encaminhar à Organização dos Estados Americanos uma petição requerendo uma comissão

investigativa internacional, independente, para averiguar os crimes do PT. Duvido que alguém aí tenha coragem para isso, mas, quando todas as portas se fecham, é preciso lembrar que ainda existem janelas. Direi mais sobre isso nos próximos artigos.

***

Para vocês fazerem uma idéia de quanto as notícias internacionais chegam ao Brasil invertidas, todo mundo aí está anunciando a saída de Roger Noriega em termos que apresentam o ex-subsecretário como o suprassumo do conservadorismo anticastrista. A verdade é precisamente o contrário. Noriega era um molenga, um "extremista de centro", e desagradava precisamente por isso. Seu sucessor será muito provavelmente Tom Shannon, homem mais decidido. Isso ainda não trará uma mudança total da política latino-americana

do Departamento de Estado do passivo para o ativo, mas certamente representará uma vitória do conservadorismo sobre a inércia burocrática, pró-esquerdista, herdada do governo Clinton. A limpeza que George W. Bush iniciou na CIA parece que está chegando ao Departamento de Estado.

***

Terça-feira, no Hudson Institute em Washington, estive na conferência do subsecretário assistente da Defesa para assuntos interamericanos, Roger Pardo-Maurer, sobre "O retorno de uma política exterior agressiva por parte de Cuba". O conferencista disse coisas que todo mundo já sabia: que há uma crescente ingerência cubana nos países vizinhos, que há um eixo Castro-Chávez em ação no continente, que Fidel Castro dirige e Hugo

Chávez financia a agitação na Bolívia para levar o cocalero Evo Morales ao poder.

Poucas horas depois, o jornal venezuelano El Universal publicava em sua edição eletrônica a reação do embaixador da Venezuela, Bernardo Alvarez, segundo o qual as palavras de Pardo-Maurer eram apenas uma tática para espalhar medo e conseguir votos em favor do tratado de livre comércio com a América Central.

A resposta é de uma tolice exemplar. A palestra de Pardo-Maurer foi ouvida por uns trinta indivíduos, no máximo, em geral estudiosos de assuntos latino-americanos, pouco inclinados a assustar-se com notícias velhas. E não havia ali nenhum representante do governo, exceto o próprio conferencista, que por isso não podia razoavelmente esperar alguma atitude prática por parte da platéia.

A importância da reação do embaixador não está no seu conteúdo, mas no simples

fato de que ela tenha ocorrido: não havia oficialmente no auditório do Hudson nenhum representante do governo da Venezuela ou da mídia venezuelana. Algum olheiro bem camuflado saiu dali correndo para a embaixada, para fomentar a intriga. Nada mais típico do comunismo: praticar a Guerra Fria e acusar os EUA de querer trazê-la de volta.

1º de agosto de 2005.

Da ignorância à maldade

Quando você olha um objeto qualquer – um gato, uma cadeira, uma nuvem, um palito de fósforo –, não percebe nele somente o traço essencial que o define pelo nome. Percebe também um conjunto de aspectos secundários que o individualizam e o distinguem de outros entes da mesma espécie. Percebe, por exemplo, que é um gato rajado e não preto, que é grande e gordo em vez de pequeno e magro, que está deitado e imóvel em vez de correr e saltar, que está no sofá da sala e não em cima da mesa da cozinha etc., etc. É esse conjunto de aspectos

secundários que diferencia a percepção concreta da mera idéia abstrata de “gato”, a qual idéia é sempre a mesma para todos os gatos de todos os tamanhos e cores, percebidos em todos os lugares, posições e atitudes possíveis.

Aristóteles denominava “categorias” esses vários aspectos sob os quais um ente ou coisa é percebido instantaneamente. Perceber com realismo é apreender um objeto, fato ou situação sob as várias categorias, captando com exatidão as diferenças que ele exibe em cada uma delas e articulando-as num todo concreto. É claro que nem sempre essa articulação é intuitiva e instantânea. Às vezes surge uma incongruência qualquer entre os aspectos percebidos, e o todo não se completa intuitivamente. Aí você recorre à conjeturação lógica para tentar completá-lo mentalmente, mas o melhor que a lógica vai produzir então é uma hipótese mais plausível. A verificação da hipótese só pode

ser obtida por um segundo exame do objeto. Por exemplo, se a forma externa que ele mostra sugere que é um gato, mas o tamanho parece excessivo para um gato, você pode conjeturar que é uma onça ou tigre, mas só tirará a dúvida se olhar para o bicho de novo, ao menos pela fração de segundo necessária para concluir que está na hora de sair correndo. Em todos os casos e circunstâncias, nada substitui a percepção intuitiva adequada e completa.

Tanto é assim que, mesmo naquelas formas de conhecimento mais elevadas e complexas a que chamamos “ciências”, o teste da verdade vem sempre, em última análise, da experiência, isto é, do acesso intuitivo a algum dado de realidade presente. A experiência sistemática é, na esfera das ciências, o equivalente da percepção intuitiva na cognição vulgar ou pré-científica. Os conceitos descritivos e explicativos de qualquer ciência, por sua vez, não são senão

aplicações mais especializadas das dez categorias descobertas por Aristóteles (substância, qualidade, quantidade, relação, ação praticada, ação sofrida, lugar, tempo, posição e atitude). O conhecimento da realidade é sempre uma questão de percepção, e percepção é articulação intuitiva de traços percebidos sob as várias categorias. A conclusão inevitável é que a aplicação eficaz dos conceitos científicos depende de uma boa percepção vulgar prévia. A tentativa de aplicar conceitos científicos a realidades mal percebidas resulta apenas em delírio pedante, em histórias da carochinha adornadas com uma aparência de linguagem intelectualmente sofisticada. Na imagem resultante, os traços percebidos são deformados por categorias impróprias e a confusão pode chegar a tal ponto que o trabalho mental de gerações inteiras se torna esforço perdido.

Na percepção de fatos mais complexos do que um gato dormindo, a possibilidade de incorrer nesse erro é enorme, sobretudo quando são fatos públicos sujeitos a deformações operadas por toda sorte de "especialistas", palpiteiros, ativistas fanáticos e partes interessadas. Maior ainda a possibilidade do desastre quando a comunidade que participa do debate não tem prática do assunto e arrisca, por automatismo, e às vezes com fartura de termos científicos, jurídicos, sociológicos, etc., toda sorte de interpretações deslocadas, adaptadas de experiências vagamente parecidas, tornando ainda mais inacessível a realidade do objeto.

No caso do Mensalão, por exemplo, a incapacidade geral de atinar com a diferença específica do que está acontecendo é produzida pelo seguinte fator: uma década e meia de denúncias, fomentadas astuciosamente pelo partido que num

choque de retorno veio a tornar-se depois o principal suspeito delas, criou o hábito de encarar o dinheiro do Estado como o bem mais valioso, superior mesmo ao próprio Estado, e de não conceber os crimes contra o Estado senão sob a categoria do roubo e da corrupção. Isso tornava impossível imaginar a possibilidade de delitos mais vastos e ambiciosos, que assim podiam ser cometidos sem medo ante milhões de olhos cegos.

Ora, o partido que infundiu esse hábito na mente do povo fez isso justamente porque sabia que o calcanhar-de-Aquiles dos adversários a quem desejava destruir estava na sua ânsia de enriquecimento pessoal, coextensiva à sua vacuidade ideológica, à sua completa falta de objetivos político-estratégicos maiores. Ele, por sua vez, tinha um objetivo político-estratégico maior: a destruição da ordem democrática, a deglutição do Estado no ventre da onipotência partidária, a criação de um

regime socialista nos moldes delineados pelo Foro de São Paulo, o alinhamento do Brasil no eixo comuno-terrorista. Tinha esse objetivo e sabia não apenas que ele era ilegal em si mas que sua realização exigiria o uso de meios criminosos de envergadura jamais ambicionada por seus miúdos adversários. Não se tratava de enriquecer o sr. fulano ou de garantir o futuro do sr. beltrano, corrompendo, para esse fim, meia dúzia de parlamentares e uns quantos funcionários burocráticos. Tratava-se de elevar um partido acima do poder do Estado – e para isso era preciso corromper o maior número de políticos, a classe política inteira se possível, sobretudo e de preferência os virtuais adversários do partido, para que, em caso de perigo, corressem em socorro dele ou pelo menos se abstivessem de dizer o que sabiam contra ele. Tratava-se de comprar tudo e todos, organizadamente, sistematicamente, para que ninguém

pudesse denunciar nada sem denunciar-se a si próprio.

Foi para isso, precisamente, que esse partido desencadeou mil e uma campanhas de “ética”, fomentando a indústria do denuncismo que ao longo de uma década e meia manteve a nação num permanente estado de sobressalto, sempre à espera de novos e novos escândalos que minavam a confiança do povo nas instituições e o induziam a apostar suas últimas esperanças na idoneidade do denunciante, sem imaginar que ele não produzia denúncias senão como elemento de um plano criminoso infinitamente mais vasto e ambicioso do que todos aqueles delitos isolados contra os quais ele incitava a revolta popular. Desviar contra os corruptos vulgares o potencial explosivo dessa revolta, amortecendo ao mesmo tempo o impacto de crimes incomparavelmente mais graves como o respaldo dado pelo Foro de São Paulo aos narcotraficantes das Farc e

aos seqüestradores do MIR – mesmo quando atuavam no território nacional, matando brasileiros, treinando quadrilhas de bandidos nos morros, envenenando crianças com cocaína nas escolas –, foi a tática usada numa longa operação de amortecimento da inteligência pública, de modo a torná-la incapaz de perceber os fatos com suas devidas proporções. A recém-descoberta corrupção petista não é a negação dos velhos slogans "éticos" do partido: é a continuação natural deles, já que não foram inventados senão para prepará-la por meio da camuflagem, do diversionismo e da imbecilização planejada.

Os corruptos à moda antiga apropriavam-se do dinheiro do Estado para seus próprios fins particulares. O PT apropriou-se do Estado, usando o dinheiro dele para suas próprias finalidades estratégicas. Os primeiros deixavam o Estado intacto porque viviam dele,

alimentando-se das suas sobras. O PT usou o Estado inteiro como alimento, assimilando-o no sentido estritamente fisiológico do termo, isto é, eliminando-o como entidade independente e recriando-o como elemento da sua própria estrutura.

Hoje está claro que a estratégia seguida para isso ao longo das últimas décadas comportava, antecipadamente, planos alternativos:

Plano A

Dominar psicologicamente a sociedade por meio da tática dos sobressaltos e da chantagem moralista, e em seguida tomar o Estado quando já não houvesse mais resistência exceto suicida.

Plano B

Se isso falhasse, entregar à execração pública alguns bodes expiatórios e tentar salvar a aura mágica do símbolo Lula para poder recomeçar tudo de novo.

Plano C

Se isso também falhasse, salvar ao menos a reputação do esquerdismo como tal, apresentando a corrupção petista não como a implementação lógica de uma estratégia de conjunto e sim como uma "traição" aos belos ideais da esquerda, e transferindo para algum partido secundário – escolhido dentre os muitos do Foro de São Paulo – o encargo de posar como nova encarnação da moral e dos bons sentimentos.

O plano A falhou porque Roberto Jefferson aceitou o suicídio como meio de resistência. O plano B está falhando. O plano C está em plena realização. A nova encarnação da moralidade é a sra. Heloísa Helena com o seu PSOL. Até militares patriotas estão caindo no engodo, sem perceber que esse partido é tão sujo quanto o PT, já que tem entre seus mentores nada menos que um terrorista, Achille Lollo, condenado na Itália

pelo assassinato de duas crianças, escondido durante décadas por padrinhos poderosos e por fim acolhido no Brasil pelo governo petista – um belíssimo curriculum vitae, que em nada perde para o do agente cubano José Dirceu.

Não por coincidência, escrevi com um ano e meio de antecedência que isso ia acontecer,4 e tudo está acontecendo exatamente como descrevi. O Brasil é de uma obviedade acachapante.

No entanto, tão arraigado é o vício mental infundido na população pela propaganda "ética" petista, que ninguém, hoje, parece perceber a diferença entre casos corriqueiros de corrupção e o crime incomparavelmente maior que o PT praticou e está praticando. O que o PT fez não foi desviar dinheiro daqui e dali para constuir piscinas ou alimentar amantes de deputados. Foi criar um macro-sistema de corrupção destinado a

neutralizar oposições, a debilitar a capacidade investigativa do Estado e a confundir a população inteira para fazer dela e da própria máquina estatal instrumentos dóceis a serviço da instauração lenta e anestésica de uma ditadura informal sob o nome de democracia.

Isso não é corrupção. É golpe. É conspiração. É alta traição. Para quem se meteu em empreendimento tão ambicioso, tão perverso, tão maligno, ser acusado de mera corrupção é um alívio. Sempre resta a esperança de que seus crimes sejam nivelados assim aos de um P. C. Farias qualquer, sem manchar a reputação dos "ideais" que os inspiraram e sem estrangular a esperança de que o esquema desmantelado possa ser reconstruído em seguida com outros agentes e outro rótulo partidário.

Intoxicada por meio século de "revolução cultural" que tornou a cosmovisão da esquerda a única referência moral vigente,

atordoada pela tagarelice “ética” de duas décadas, a nação parece empenhada em tomar os anéis da elite golpista com todo o cuidado para não lhe machucar os dedos. Dissolvendo a percepção da realidade concreta numa sopa de classificações abstratas inapropriadas à situação, ela colabora para que o criminoso, na mais ousada das hipóteses, seja condenado por um crime menor e saia ileso para tentar de novo o golpe maior.

Um sábio que conheci dizia que o pecado tem três etapas: a ignorância, a fraqueza, a maldade. A presente fraqueza moral brasileira é fruto de décadas de ignorância planejada. Só falta um pouco para que a nação passe à última etapa, aderindo a uma ética de Josés Dirceus e celebrando o maquiavelismo petista como a manifestação suprema e única do bem e das virtudes.

8 de agosto de 2005.

4 Ver Assunto Encerrado, *Jornal da Tarde*, 12 de fevereiro 2004.

MISÉRIA INTELECTUAL SEM FIM

HÁ QUASE MEIO SÉCULO o mercado editorial brasileiro, e em conseqüência os debates jornalísticos e universitários, cujo alimento de base são os livros, não refletem em nada o movimento das idéias no mundo, mas apenas o apego atávico da intelectualidade local a mitos e cacoetes fabricados pela militância esquerdista para seu consumo interno e satisfação gremial.

Sem a menor dificuldade posso listar mais de quinhentos livros importantes, que suscitaram discussões intensas e estudos sérios nos EUA e na Europa, e que

permanecem totalmente desconhecidos do nosso público, pelo simples fato de que sua leitura arriscaria furar o balão da autolatria esquerdista e varrer para o lixo do esquecimento inumeráveis prestígios acadêmicos e literários consagrados neste país ao longo das últimas décadas.

Esses livros dividem-se em sete categorias principais:

1. Obras essenciais de filosofia e ciências humanas que oferecem alternativas à ortodoxia marxista-desconstrucionista-multiculturalista dominante (por exemplo, os livros de Eric Voegelin, Leo Strauss, Xavier Zubiri, Bernard Lonergan, Eugen Rosenstock-Huessy, Thomas Molnar, David Stove, Roger Scruton).

2. Análises críticas dessa ortodoxia (Hilton Kramer, Roger Kimball, Keith Windschuttle, John M. Ellis, Mary Lefkowitz, Judith Reisman).

3. Pesquisas históricas sobre o movimento esquerdista internacional, baseadas nos documentos dos Arquivos de Moscou e outras fontes recém-abertas, (John Lewis Gaddis, John Earl Haynes, Stephen Koch, Harvey Klehr, R. J. Rummel, Christopher Andrew, Herb Romerstein, Ronald Radosh, Arthur Herman).

4. Livros sobre o esquerdismo hoje em dia, com a descrição dos laços abrangentes que unem ao terrorismo e ao narcotráfico a esquerda chique da grande mídia, das fundações bilionárias e dos organismos dirigentes internacionais (*Unholy Alliance*, de David Horowitz, *Countdowmn to Terror*, de Curt Weldon, *Treachery*, de Bill Gertz, *Through the Eyes of the Enemy*, de Stanislav Lunev).

5. Livros sobre a perseguição anti-religiosa no mundo e o fenômeno concomitante da expansão acelerada do cristianismo na Ásia e na África (*The Criminalization of*

Christianity, de Janet L. Folger, *Persecution*, de David Limbaugh, *Megashift*, de James Rutz, *Jesus in Beijing*, de David Aikman etc. etc.).

6. Livros sobre questões políticas em discussão aberta nos EUA, com repercussões mundiais mais que previsíveis (*Men in Black*, de Mark R. Levin, *So Help Me God*, de Roy Moore, *Deliver Us From Evil*, de Sean Hannity, *Liberalism Is a Mental Disorder*, de Michael Savage e, evidentemente, todos os livros de Ann Coulter).

7. Obras essenciais que deram novo impulso ao pensamento político conservador americano e europeu desde os anos 40, como as de Ludwig von Mises, Marcel de Corte, Willmore Kendall, Russel Kirk, Erik von Kuenhelt-Leddin, William F. Buckley Jr., M. Stanton Evans, Irving Babbit, Paul Elmer More e muitos outros. Neste ponto a ignorância dos nossos professores universitários chega a ser criminosa, como se

viu na fraude coletiva do *Dicionário Crítico do Pensamento da Direita*.[5]

Todos esses exemplos são de livros e autores bem conhecidos, amplamente debatidos na mídia americana e alguns na européia. Cada uma das sete classes comportaria mais de cem outros títulos igualmente importantes. Não é exagerado concluir que, se o debate nacional ignora todas essas obras, das duas uma: ou ele é tão rico que pode prescindir delas, fartando-se numa pletora de produtos locais mais substanciosos, ou está tão abaixo do nível delas que não chega nem a suspeitar que devam ser lidas ou mesmo que existam. Não é preciso perguntar qual das duas hipóteses é verdadeira. Qualquer estudante universitário afirmará resolutamente que se trata de autores desconhecidos no meio acadêmico brasileiro, portanto irrelevantes para quem já encheu seu pé-de-meia cultural com a moeda forte de Eduardo Galeano, Rigoberta

Menchú e Emir Sader (sem contar, é claro, a ração diária de Foucaults e Derridas, invariável há cinqüenta anos).

Resta ainda o fenômeno, mórbido em último grau, da polêmica de mão única. Sua fórmula é a seguinte: uma discussão qualquer aparece na mídia americana, conservadores e esquerdistas produzem dezenas de livros a respeito e a parte esquerdista é publicada no Brasil sem suas respostas conservadoras, simulando consenso universal em questões que, no mínimo, permanecem em disputa. O *establishment* cultural brasileiro materializa assim o *koan* budista de bater palmas com uma mão só. Isso é a norma, sobretudo, nas polêmicas anticristãs. Uma fajutice barata como *O Papa de Hitler*, de John Cornwell, teve várias edições e toda a atenção da mídia. Os muitos livros sérios que desmantelaram a farsa (sobretudo o do rabino David Dalin, *The Myth of the Hitler Pope*, e o do eminente

filósofo Ralph McInnerny, *The Defamation of Pius XII)* continuam inacessíveis e não foram nem mesmo mencionados na mídia *soi-disant* cultural. Ninguém sequer noticiou que o próprio Cornwell, surpreendido de calças na mão, retirou muitas das acusações que fizera a Pio XII. No Brasil elas ainda são repetidas como verdades provadas. Do mesmo modo, os filmes *Farenhype 9/11* e *Michael Moore Hates America,* respostas devastadoras à empulhação fabricada por Michael Moore em *Farenheit 9/11*, permanecem fora do alcance do público e não mereceram nem uma notinha nos jornais. Resultado: o mais notório charlatão cinematográfico de todos os tempos, que nos EUA tem fama apenas de mentiroso criativo, é citado como fonte respeitável até nas universidades. É patético. Também cada nova intrujice anti-americana ou anti-israelense de Noam Chomsky é recebida como mensagem dos céus, mas ninguém

pensa em publicar a coletânea *The Anti-Chomsky Reader*, de Peter Collier e David Horowitz, porque é impossível lê-la sem concluir que nem mesmo o Chomsky lingüista, anterior à sua transfiguração em *pop star* da esquerda, era digno de crédito.

Como esse estado anormal de privação de alimentos intelectuais essenciais vem se prolongando por mais de uma geração, o resultado aparece não só na degradação completa da produção cultural, hoje reduzida a *show business* e propaganda comunista, mas também nos indivíduos, notavelmente mais embotados e burros a cada ano que passa, quaisquer que fossem antes seus talentos e aptidões. Não hesito em declarar que, pela minha experiência pessoal, qualquer menino educado pela via do *home schooling* nos EUA está intelectualmente mais equipado do que a maioria dos "formadores de opinião" no Brasil, incluindo os luminares da grande

mídia, os acadêmicos e os escritores de maior vendagem no mercado (imagino um debate entre qualquer deles e Kyle Williams, menino gordinho de quinze anos que, sem jamais ter freqüentado escola, faz sucesso como colunista político desde os doze – seria um massacre).

Não é preciso dizer que a essas mesmas criaturas, aliás, incumbe a culpa pelo presente estado de coisas. A instrumentalização – ou prostituição – completa da cultura no leito da "revolução cultural" gramsciana não poderia ter outro resultado, exatamente como anunciei no meu livro de 1993, *A Nova Era e a Revolução Cultural*.

Por orgulho, vaidade, ressentimento, desonestidade, covardia, sem contar a inépcia pura e simples e a ambição insana de poder absoluto sobre a mente popular, a liderança intelectual esquerdista fechou o Brasil num isolamento provinciano e

incapacitante, sem o qual jamais teria sido possível esse paroxismo de inconsciência, essa apoteose da credulidade beócia, sem precedentes em toda a história universal, que foi a aposta maciça do eleitorado brasileiro na idoneidade do PT e na sabedoria infusa de um semi-analfabeto presunçoso.

Mas a consciência, ao contrário do dinheiro, parece fazer tanto menos falta quanto mais escasseia. Convocados quase que simultaneamente pelos dois house organs do esquerdismo brasileiro, que são os cadernos *Mais!* da *Folha de S. Paulo* e *Prosa & Verso* do *Globo*, para analisar o fenômeno do descalabro petista, os representantes mais badalados daquela liderança, os mesmos que há trinta anos dominam o palco dos debates públicos no país, lançam as culpas em tudo, exceto, é claro, na hegemonia esquerdista e no seu próprio trabalho incansável de carcereiros da inteligência.

No *Mais!,* César Benjamin tem ao menos o mérito de reconhecer que a corrupção petista não vem de hoje, não é súbito desvio de uma linha de conduta honesta e sim um mal antigo, de raízes profundas. Mas, na hora de explicar suas causas, apela, sem notar que se contradiz, ao subterfúgio usual de acusar a estratégia de acomodação com o "neoliberalismo", supostamente adotada pelo governo Lula.

Reinaldo Gonçalves, economista da UFRJ, acha que o PT estaria melhor sem Lula, José Dirceu *et caterva* – intriga de família que, sinceramente, não é da nossa conta.

Paul Singer só se preocupa em recordar os bons tempos e tentar salvar a fé socialista. Sempre tive aliás a impressão de que os socialistas saem direto do pediatra para o geriatra.

O *Prosa & Verso* não se contenta em ouvir os gurus de sempre. Anuncia mais um ciclo de conferências da série "O Olhar", "Os

Sentidos da Paixão" etc. – organizado pelo indefectível Adauto Novaes – no qual esses campeões de tagarelice comentarão, desta vez, "O Silêncio dos Intelectuais", sugerindo que o Brasil está mal porque eles têm falado muito pouco.

Francisco de Oliveira explicita esse pensamento ao proclamar que a esquerda vem errando porque não trata com suficiente deferência os seus intelectuais – ele próprio, suponho, em primeiro lugar –, usando-os apenas como ornamentos em vez de se curvar às suas sábias lições.

O poeta Antônio Cícero divaga pelo passado histórico, exibindo sua incapacidade de discernir entre a Idade Média e o Renascimento e, quando vai chegando perto do assunto proposto, já acabou o artigo.

Sérgio Paulo Rouanet apela ao dever de "universalidade" dos intelectuais, que ele define como "pensar e agir em nome de todos", como se a universalidade da verdade

dependesse do apoio unânime das multidões e como se aquele dever não consistisse, com freqüência, em defender aquilo que todos rejeitam.

Renato Janine Ribeiro medita um pouquinho sobre "O que é ser intelectual de esquerda?" – decerto a mais interessante das perguntas para uma classe cuja principal tarefa é a contemplação extática do próprio umbigo.

Querem mais? Essas amostras bastam. A vacuidade, a falta de garra para apreender a substância dos fatos, a obscenidade espontânea e quase inocente com que esses sujeitos lambem em público o próprio ego grupal – tudo isso ilustra, ao mesmo tempo, a causa remota e o seu efeito presente: a total irresponsabilidade intelectual de ativistas ambiciosos desembocou, a longo prazo, numa degradação tamanha, que eles próprios, mergulhados nela, já não conseguem lembrar que a produziram

fazendo exatamente o que estão fazendo agora.

15 de agosto de 2005.

---

5 Mais detalhes em www.olavodecarvalho.org/textos/naosabendo.htm.

Absurdo monumental

Enquanto o povo inteiro se emociona com a mirabolante sucessão de escândalos do Mensalão, outros acontecimentos, mais discretos porém ainda mais reveladores da ruína moral e intelectual da nação, podem passar totalmente despercebidos.

Escolhi este porque é, em si, um monumento ao desastre.

O leitor sabe que quem torce pelo Flamengo é flamenguista, quem vota no Maluf é malufista, quem se dói de amores por Lula é lulista, quem quer ver o comunismo implantado no mundo é

comunista. Mas, segundo decisão unânime da Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais do DF, quem defende a prática do aborto não pode ser chamado de abortista. Ah, isso não. O Pe. Luiz Carlos Lodi da Cruz, do Pró-Vida de Anápolis, SP, entidade que luta contra a legalização do aborto, foi condenado a pagar R$ 4.250,00 de multa por ter designado com esse termo uma notória defensora (bem subsidiada pela fundação MacArthur, é claro) do direito de matar bebês no ventre de suas mães, em quantidade ilimitada, a mero pedido das ditas cujas. Pior: o sacerdote foi informado pela autoridade judicial de que doravante deve abster-se de usar a palavra proibida não só ao falar da mencionada senhora, ou senhorita, mas de qualquer outra pessoa, por mais abor(CENSURADO)ista que seja.

Não sei o nome dos juízes que compõem a Turma. Mas sei que das duas uma: ou a proibição que baixaram se aplica a todos

os cidadãos brasileiros ou exclusivamente ao Pe. Lodi. Na primeira hipótese, os signatários dessa nojeira ultrapassaram formidavelmente suas atribuições de magistrados e se autopromoveram a legisladores, com o agravante de que usaram dessa inexistente prerrogativa para instaurar, pela primeira vez na História universal da jurisprudência, a proibição de palavras (e logo de um termo banal do idioma, consagrado em dicionários e em pelo menos 24 mil citações no Google). Na segunda, terão negado a um cidadão em particular o direito de livre expressão desfrutado por todos os demais, configurando o mais descarado episódio de discriminação pessoal já registrado nos anais do hospício judicial brasileiro.

Num caso, usurpam a autoridade do Congresso e a usam para baixar uma lei digna da Rainha de Copas. Noutro,

infringem a Constituição que lhes incumbe defender.

Bem, uma ordem que tem dois significados possíveis, antagônicos entre si e cada um absurdo em si mesmo, é, com toda a evidência, uma ordem sem significado nenhum.

Como obedecê-la, portanto? Obedecer a uma ordem é traduzir o seu significado em atos. Não havendo significado, a obediência é impossível. Ninguém pode se curvar a ela sem anular, no ato, os princípios constitucionais e legais que fundamentam a autoridade mesma de quem a emitiu.

Aos juízes da Turma Recursal cabe, portanto, a invenção desta novidade jurídica absoluta: a sentença auto-anulatória.

Se pretendem seriamente que ela seja cumprida, portanto, os magistrados brasilienses violam não somente um dos princípios fundamentais do Direito, que reza *ad impossibilia nemo tenetur* (ninguém é

obrigado a fazer o impossível), mas também as leis da lógica elementar, a ordem causal da ação humana e, enfim, a estrutura inteira da realidade. Perto disso, aquele famoso prefeito de cidade do interior que mandou revogar a lei da gravidade foi um primor de modéstia, já que suspendeu somente uma das leis da mecânica clássica, deixando o resto da ordem universal em paz. O próprio Deus jamais sonhou remexer tão fundo os pilares do cosmos como o pretenderam os meritíssimos, já que anunciou desfazer no Juízo Final tão-somente o universo corpóreo presentemente conhecido, conservando intactos o princípio de identidade e os nexos de causa e efeito, sem o que não poderia julgar os vivos e muito menos os mortos. Sto. Tomás de Aquino ensinava que a onipotência divina não tem limites externos mas os tem internos: não pode anular-se a si própria, decretando uma absurdidade intrínseca.

Para os juízes da Turma Recursal, isso não é obstáculo de maneira alguma.

Se os leitores pensam que a comédia parou por aí, enganam-se. Uma sentença que não tem sentido lógico requer interpretação psicológica. Mas quando tentamos sondar a obscuridade mental de onde suas excelências extraíram o fruto patético de suas caraminholações, defrontamo-nos com uma dificuldade insuperável: ou esses juízes compreendem o sentido do que assinaram, ou então assinaram a esmo, de supetão, num arrebatamento paroxístico que só poderia alegar em defesa própria o atenuante da insanidade. No primeiro caso, são um grupo revolucionário místico-gnóstico pelo menos tão perigoso quanto o de Jim Jones, empenhado em corrigir os erros do Todo-Poderoso mediante a supressão da realidade. No segundo, estão absolutamente incapacitados para a função judicial ou aliás para qualquer outra, sendo obrigação da

corregedoria removê-los imediatamente do cargo e devolvê-los aos cuidados de suas respectivas mães, para que estas apliquem nos seus bumbuns os corretivos requeridos em casos de molecagem intolerável.

Incapaz de atinar com algum sentido lógico ou psicológico na enormidade judiciária brasiliense, acredito no entanto que posso encontrar para ela uma explicação sociológica: Suas Excelências são o produto acabado da universidade brasileira. Quatro décadas de desconstrucionismo, multiculturalismo, "direito alternativo", teologia da libertação e *slogans* politicamente corretos, sem nenhum contrapeso de racionalidade científica e educação clássica, bastam para infundir em pessoas clinicamente sãs a doença espiritual do irracionalismo anticósmico, de modo que, continuando a agir de maneira normal no dia a dia, são subitamente atacadas de autodivinização aguda quando no exercício

de alguma função que lhes pareça ter relevância ideológica. Aí, sem a menor hesitação de consciência, passam a exigir que dois mais dois dêem cinco, que os pássaros voem para trás, que as vacas produzam vinho francês em vez de leite e que a soma dos ângulos internos dos triângulos dê 127,5. E fazem tudo isso acreditando cumprir uma alta missão ético-social. Já vamos para a terceira geração de estudantes brasileiros afetados por essa grotesca deformidade do espírito. Não é de espantar que, elevados ao cargo de magistrados, esses meninos tenham alguma dificuldade de discernir entre a toga judicial e a capa do Super-Homem.

Pompeius Minimus

Como não há nenhuma direita politicamente atuante no país, a esquerda a toda hora inventa uma, para lançar sobre ela as culpas de seus próprios crimes ou

simplesmente para não ter de confessar que não tem antagonistas, que todo o seu heroísmo consiste em brandir uma espada de papelão contra sua própria sombra, num palco vazio. Mas, sendo difícil apontar nomes representativos de uma corrente política inexistente, é natural que, ao selecionar suas vítimas pré-alvejadas, ela dê preferência aos personagens mais execrados do dia, atribuindo postiçamente um sentido ideológico a atos cometidos em mero interesse próprio, de modo que a direita assim surgida *ex nihilo* pareça não somente existir como também ser algo de indiscutivelmente ruim. Às vezes, porém, o truque falha – pois é difícil fazer o povo enxergar algum conteúdo doutrinal nas mesquinhas bandalhices de um João Alves ou do Juiz Lalau. Nesses casos, a esquerda apela ao recurso extremo de usar alguns de seus próprios membros como palha para estufar o espantalho direitista, como fez com

a família Sarney, com a socialdemocracia tucana e por fim com a mídia inteira. Essa ingratidão dos diabos, que num instante atira ao lixo pais, protetores, amigos e cúmplices de uma vida inteira, também traz algum benefício secundário, na medida em que prepara a opinião pública, sutilmente, para acostumar-se à idéia de viver no futuro paraíso socialista, onde as únicas correntes políticas existentes serão a esquerda da esquerda, o centro da esquerda e a direita da esquerda, tudo isso reunido sob o nome de "democracia aprofundada".

Em qualquer das duas opções, porém, a verossimilhança do boneco falhava num ponto. Que raio de direita era aquela, que nunca aparecia numa manifestação pública, que não tinha um jornal ou revista para leitura de seus militantes, que não fazia uma assembléia, uma reunião, um debate interno sequer? Como era possível que uma força onipotente, causadora de todos os males do

país, só pudesse ser designada por seus efeitos remotos, sem jamais ser vista fisicamente em parte alguma?

Como era possível que figuras tão inconexas como, por exemplo, Paulo Maluf, José Serra, Jair Bolsonaro, o embaixador dos EUA e até eu, que nunca nos falamos nem tivemos motivo para isso, compuséssemos, sem sabê-lo, uma força política coesa, organizada, capaz de bloquear maldosamente a marcha das forças populares em direção à glória final do socialismo? Que laço misterioso, que magnetismo desconhecido nos reunia em algum salão secreto da terra do nunca, tomava decisões em nosso nome sem nos avisar, baixava instruções aos esquadrões etéreos de nossos militantes compostos de pura antimatéria e, assim, impunha por toda parte o poder temível da “direita”?

Não, não era possível continuar assim. Algum sinal físico da existência da maldita

direita tinha de ser inventado. A oportunidade para isso apareceu por pura sorte, faz uma semana.

Foi o seguinte:

Gostem ou não gostem, o deputado Roberto Jefferson é a principal atração do circo nacional. Todos querem vê-lo, ouvi-lo, decifrar o enigma do herói-patife que mandou para o beleléu a própria carreira política pelo simples prazer – sublime, admito – de fazer em cacos a indústria petista do crime. A Associação Comercial de São Paulo não escapou à curiosidade geral. Cometeu a imprudência de convidar seus membros e o público em geral para tirar as dúvidas numa conversa direta com o personagem. Mal sabia ela, com todos os seus cento e tantos anos de experiência, que a malícia esquerdista consegue transformar qualquer coisa em qualquer outra coisa e ainda chamar isso de “jornalismo”. Encarrega-se da mágica, desta vez, Roberto

Pompeu de Toledo, tardio homônimo do general romano Pompeius Magnus, que não enfrentou as legiões de César mas realiza semanalmente proeza ainda mais dificultosa, provando que é possível fazer sucesso no jornalismo opinando com desenvoltura e segurança sobre assuntos dos quais não tem a mínima idéia. Nas mãos desse enrolador emérito, o encontro realizado no Hotel Jaraguá transmuta-se – por fim! – numa manifestação política da "direita", com o deputado Jefferson transfigurado no Newt Gingrich brasileiro e a platéia casual, com todos os seus Pompeus de Toledo inclusos, numa massa de militantes a delirar de "entusiasmo adolescente" (sic) ante as propostas maquiavélicas de um plano de ação reacionário.

Uma vez provada assim a existência da direita organizada, Pompeius Minimus passa à etapa seguinte: desmoralizar o inimigo antes de lhe dar tempo de passar da hipótese

à realidade. Nada melhor, para esse fim, do que imputar-lhe conteúdos ideológicos inexistentes, criados por simples inversão dos méritos auto-atribuídos da esquerda. Assim, pois, se esta se alardeia a rainha da justiça social, a direita tem de ser, naturalmente, a apologista das desigualdades. Pouco importa a Pompeius Parvus que só o capitalismo tenha conseguido dar aos pobres alguma existência digna, ou que a distância econômica entre pobres e ricos, no socialismo, seja consolidada pela exclusão política dos descontentes, tornando oficial e definitiva a barreira entre as classes. Tratando-se de tomar palavras por coisas, o simples contraste semântico entre os termos “igual” e “desigual” basta como prova da infinita superioridade moral do socialismo.

Num giro verbal ainda mais suíno, Pompeius Minor atribui aos conspiradores da direita a intenção de queimar a reputação

dos esquerdistas por meio do argumento retoricamente suicida de declarar que “eles são tão ruins quanto nós”. Quem lê jornal sabe que apelar ao equivalentismo moral tem sido o último recurso do partido governista surpreendido com as calças na mão. Por meio desse expediente, ele procura atenuar as diferenças brutais entre a corrupção avulsa e incruenta de seus antecessores e o império petista do crime com todo o seu envolvimento em homicídios, conspiração com narcoterroristas internacionais e suborno maciço da classe política praticamente inteira. Pompeius Infimus eleva à enésima potência a eficácia desse truque infame, colocando-o na boca dos próprios difamados. Se ele pensa que engana a alguém com essa porcaria, deve ter razão. O Brasil está tão maluco que o pessoal já não se contenta com acreditar em duendes, mulas sem cabeça, extraterrestres, cachaça

diet e propaganda petista: acredita em Roberto Pompeu de Toledo.

22 de agosto de 2005.

MARXISMO JÁ!

NORMALMENTE, NO BRASIL, políticos e intelectuais de esquerda se esquivam de declarar que são comunistas. Vivem dizendo que a direita não assume o próprio nome – o que é no mínimo inadequado, pois uma corrente política que não existe ideologicamente não tem por que assumir nome nenhum –, mas, pelo menos desde a queda do Muro de Berlim, são os esquerdistas os principais usuários de substitutivos eufemísticos. E por certo não é a "direita" quem tenta impor a proibição legal de chamar as coisas pelos seus termos

apropriados. É até cômico que os censores politicamente corretos do vocabulário exijam dos outros a linguagem franca que eles próprios buscam abolir por todos os meios.

Ocultar a condição de comunista sempre foi uma obrigação para os militantes envolvidos na parte clandestina das operações do Partido, mesmo em épocas e países com plena vigência dos direitos democráticos. A universalização da camuflagem como estilo de vida foi uma das grandes contribuições do comunismo à cultura do século XX (v. *Double Lives*, de Stephen Koch).

Mas, desde os anos 90, a obrigação de despistar ligações com o movimento comunista foi reforçada pelo descrédito geral do regime soviético. Como assinalou Jean-François Revel em *La Grande Parade*, a década foi marcada por uma intensa revisão do discurso esquerdista, um *botox* ideológico destinado a apagar as marcas do

passado nas carinhas bisonhas dos mais subservientes e pertinazes bajuladores de genocidas, para que pudessem apresentar como novidades auspiciosas as mesmas propostas comunistas de sempre. Desde então, proliferaram os eufemismos, alguns antigos, como “democracia popular”, “socialismo democrático” etc., outros novos, como “revolução bolivariana” ou o mais lindo de todos: “ampliar a democracia”, que significa fechar jornais, proibir críticas ao presidente e dar tiros numa massa de manifestantes para em seguida acusá-la de matar-se a si própria com o intuito maldoso de desmoralizar o governo. O regime atual da Venezuela já é uma democracia ampliada. Ampliada até além-fronteiras: policiais e juízes enviados por Fidel Castro têm jurisdição para entrar no país à vontade e prender cubanos foragidos ou até cidadãos venezuelanos considerados inconvenientes.

O fogo das denúncias de corrupção no governo Lula derreteu rapidamente a maquiagem verbal, de baixo da qual emergiu, em toda a sua formosura, o bom e velho discurso da ortodoxia marxista. Com uma desenvoltura e uma petulância que seriam inimagináveis na época da campanha eleitoral, Lênin e Mao assomaram ao microfone do ciclo "O Silêncio dos Intelectuais" e em várias colunas de imprensa, com aquele sincronismo que muitos atribuiriam misticamente a coincidências junguianas e no qual só os paranóicos – sim, só eles, eu incluso – ousariam pressentir o sinal de uma instrução transmitida a toda a massa de "trabalhadores intelectuais", concitando-os a juntar forças para atribuir todos os crimes do PT à política "tucanizada" e oferecer como remédio à debacle do partido a palavra-de-ordem salvadora e unânime: *Marxismo já*!

O sr. Francisco de Oliveira, no resumo publicado da sua conferência no ciclo, é explícito: citando Roberto Schwarz, ele proclama que a conjuntura "é ótima para renovar o pensamento brasileiro pelo marxismo". Provando que o senso das proporções não é o mesmo numa cabeça de comunista e na da humanidade normal, ele se queixa de que a dose de estupefaciente marxista fornecida aos estudantes universitários é escassa, porque "não se sabe com que profundidade Marx foi lido". Uai, até observadores menos atentos podem notar que o pensamento marxista não domina os cursos nacionais de direito, filosofia e ciências humanas por ser muito estudado, mas porque aí não se estuda praticamente nada além dele. Não é preciso conhecer bastante alguma coisa para poder ignorar tudo o mais. O *Dicionário Crítico do Pensamento da Direita*, que citei aqui dias atrás, obra de 104 professores universitários

esquerdistas e por isso amostragem suficiente da mentalidade da classe, mostra até que ponto vai a ignorância dessa gente a respeito das correntes de idéias alheias ao marxismo. A grande força do marxismo universitário brasileiro é justamente a rarefação da sua substância intelectual, que permite sua distribuição rápida a milhões de idiotas.

De passagem, o sr. Oliveira resmunga que, mesmo no auge da moda marxista entre nós nos anos 70, o pensamento dos frankfurtianos esteve "praticamente ausente" da universidade brasileira, o que, a julgar pelo volume oceânico de citações a Adorno e Benjamin desde então até hoje, só pode ser interpretado no sentido de Stanislaw Ponte Preta: "Sua ausência preencheu uma lacuna".

Mas o ponto mais significativo do diagnóstico oliveiriano dos males do marxismo brasileiro é a crítica ao "reformismo" do PCB nos anos 60 e a

apologia à “única exceção criadora” da ocasião, o filósofo Caio Prado Júnior. A presente geração de estudantes dificilmente atinará com o sentido dessa alusão, mas, para quem a percebe, a analogia com a situação atual é óbvia. Num momento em que a esquerda, como hoje, lambia as feridas de um fiasco monumental e buscava meios de salvar a honra, o autor de *A Revolução Brasileira* foi, entre os comunistas históricos, o mais destacado crítico da “aliança com a burguesia nacional” e o propugnador emérito da ruptura violenta que gerou a guerrilha. Quando Marx disse que a história se repete como farsa, estava antecipando a epopéia tragicômica do movimento comunista, toda ela composta de sucessivas reencarnações farsescas de si própria. O vaivém cíclico entre apaziguamento maquiavélico e radicalismo assassino, com periódicas fusões dos dois elementos, é um dos lances infalíveis desse

enredo criminoso. O sr. Oliveira é em suma o novo Caio Prado Júnior, assim como o PT de Lula é o PCB corrompido e "reformista" que deu com os burros n'água em 1964. A solução é, pela enésima vez, o retorno purificador às fontes do marxismo, seguido de algum tipo de videotape das guerrilhas, provavelmente ampliadas às dimensões das FARC. Esse pessoal não aprende nunca.

De maneira ainda mais estereotípica, a sra. Marilena Chauí adverte contra a "crença perigosa" (*sic*) de que as idéias movem o mundo, restaura a lição da vulgata segundo a qual quem move tudo é a luta de classes, e repete com admirável fidelidade canônica a excomunhão marxista da "separação entre trabalho manual e intelectual no capitalismo" (no socialismo, como se sabe, cada varredor de rua é um novo Leonardo da Vinci). Complementada por uma oportuna entrevista que lança sobre o indefectível "neoliberalismo" as culpas do governo Lula –

como se os crimes denunciados não viessem do tempo em que a própria Chauí se tornou a musa inspiradora do marxismo petista –, a alocução da professora da USP no ciclo "O Silêncio dos Intelectuais" traz um enfático reforço à estratégia reencarnacionista do sr. Oliveira.

Ao mesmo tempo, na mídia, o apelo por um retorno ao marxismo puro ecoa por toda parte com idêntico vigor. Para dar só um exemplo entre muitos, que comentarei se possível nas próximas semanas, o sr. Fausto Wolff, célebre como relações públicas de Yasser-Arafat, anuncia "uma lição de casa para os petistas" e, com o didatismo de um instrutor do MST, fornece dados biográficos seguidos de um resumo esquemático das doutrinas de Karl Marx. Confesso não estar habilitado a sondar a profundidade dos ensinamentos do sr. Wolff, já que me falta no momento o único instrumento de análise apropriado para isso: o bafômetro.

Limito-me a anotar no seu artigo dois pontos interessantes. Primeiro, ele não parece ter do marxismo conhecimentos que vão muito além da lauda e meia ali preenchida, já que proclama ter sido *A Essência do Cristianismo*, de Ludwig Feuerbach, "o livro que mais influenciou o jovem Marx". Quem quer que tenha estudado o assunto sabe que Marx só engoliu com reservas as especulações feuerbachianas. O verdadeiro guru e introdutor dele e de Engels no comunismo foi Moses Hess, satanista praticante, de cujo livro *Die Folgen der Revolution des Proletariats* ("Conseqüências da revolução proletária", 1847), trechos inteiros do *Manifesto* de 1848 são quase uma paráfrase. (Mais tarde Hess se arrependeu e voltou ao judaísmo, mas era tarde: sua prole infernal já estava espalhada pelo mundo.)

Segundo: o sr. Wolff proclama que uma das grandes desventuras do Brasil é o abandono da Teologia da Libertação, cujos próceres

“perderam a guerra contra o clero vigarista infiltrado em toda a vida nacional”. O leitor, como eu, terá alguma dificuldade em enxergar os padres reacionários que superlotam o Senado, a Câmara, os Ministérios, o aparato estatal de cultura, o movimento editorial, os canais de TV, as redações de jornais e as editoras de livros, assim como em constatar a ausência concomitante, nesses locais e até na Presidência da República, de discípulos de Frei Betto e Leonardo Boff. Mas a percepção do sr. Wolff, sobretudo depois das duas da madrugada, penetra em regiões inacessíveis à visão normal humana. Ele vê coisas.

Para mim, tudo isso foi uma autêntica *Hora da Saudade*. Ouvindo a sra. Marilena Chauí, lendo os srs. Francisco Oliveira e Fausto Wolff, entre tantos outros, revivi, proustianamente, a minha juventude de militante, quando varava noites decorando o *Manual de Marxismo-Leninismo* da

Academia de Ciências da URSS e comovendo-me até às lágrimas com a convocação de Caio Prado Júnior à sangueira redentora que nos libertaria da vexaminosa "acomodação burguesa" do PCB. Na época não existiam os termos "neoliberalismo" e "tucanismo". O pecado chamava-se "reformismo" ou "revisionismo". Mas, para o automatismo mental comunista, a mera troca de palavras já é uma inovação formidável.

Mídia anestésica

Em artigo publicado no *Globo* do dia 21, Miriam Leitão reconhece que "houve falha generalizada no sistema de acompanhamento do que se passa no país. Um dos culpados é a própria imprensa... Não vimos que o dinheiro era farto demais no PT para ser de boa fonte".

A admissão da verdade, mesmo tardia, pode ser um mérito, contanto que não venha acompanhada de novas mentiras incumbidas de embelezar os erros confessados, dispensando o pecador de tentar corrigi-los e ainda autorizando-o a cometê-los de novo com consciência tranqüila.

Miriam começa por mentir no uso do verbo. “Não vimos”, uma pinóia. Eu vi tudo, denunciei tudo, expliquei tudo, escrevi artigo em cima de artigo, no próprio *Globo*, para alertar contra a criminalidade petista.

A resposta de meus colegas veio sob a forma de silêncio desdenhoso, rotulações pejorativas, boicotes, risinhos cínicos com ar de superioridade, supressão abrupta de minha coluna em três órgãos de mídia.

O mínimo indispensável de honestidade exige, daquele que admite por fim fatos longamente negados, o reconhecimento ao mérito de quem não foi ouvido quando os proclamou em tempo.

Esse mínimo está infinitamente acima do que se pode esperar de quase todo o jornalismo brasileiro.

Miriam, por exemplo, em vez de cumprir sua obrigação moral para com o colega que pagou por dizer a verdade, faz o elogio dos que ganharam para omiti-la. A mídia brasileira, diz ela, é "competente, ágil, investigativa, independente": se errou – é a conclusão implícita –, foi por distração sem malícia.

Quatro episódios bastam para mostrar quanto isso é falso:

1. Quando apareceram os primeiros sinais claros da corrupção petista, no Rio Grande do Sul, a classe jornalística, em vez de investigá-los, foi em peso oferecer uma "manifestação de desagravo" ao suspeito, o governador Olívio Dutra. Denunciei isso na *Zero Hora* de 2 de dezembro de 2001.

2. Quando o deputado Alberto Fraga disse ter provas da ajuda financeira das Farc à

campanha do PT, muitos jornais omitiram a notícia por completo, outros a esconderam num cantinho de página.6 Quando a revista *Veja* voltou ao assunto, o resto da mídia tampou os ouvidos.

3. Quando mostrei no próprio *Globo* que uma denúncia contra o Exército, a qual rendera ao repórter Caco Barcelos o Prêmio Imprensa, era não apenas falsa mas fisicamente impossível, como reagiu a bela consciência da classe jornalística? Averiguando? Nada disso. Mais que depressa deu um segundo prêmio à pseudo-reportagem.7

4. Por fim, as atas do Foro de São Paulo e até a existência mesma dessa entidade, a mais influente organização política da América Latina, cujas atividades o povo tinha o direito e a urgência de conhecer para poder julgar a política nacional, foram sistematicamente ocultadas por toda a mídia

durante quinze anos. Se divulgadas, jamais o eleitorado teria caído no engodo petista.

A omissão de tantos jornalistas ante a depravação do PT não foi um lapso involuntário. Foi cumplicidade consciente, pertinaz, criminosa. A corrupção da política vem da corrupção da cultura, e não ao contrário. E a corrupção da cultura é obra de três agentes principais: universidade, igreja e mídia. Por esses três canais injetou-se na mente do povo, ao longo de mais de três décadas, a substância entorpecente que o tornou refratário a qualquer denúncia contra a esquerda e o induziu apostar a bolsa, a vida e o futuro na idoneidade do PT. E ainda sobrou anestésico bastante para amortecer os crimes do próprio anestesista.

29 de agosto de 2005.

---

6 Ver “Denúncia Assombrosa” em www.olavodecarvalho.org/semana/030329globo.htm.
7 Ver “Os novos ditadores” em www.olavodecarvalho.org/

semana/nditadores.htm.

AMANTES DO FURACÃO

ATÉ O MOMENTO em que escrevo esta coluna, o Brasil não está entre os 25 países, os 25 únicos países que, dos quase duzentos membros da ONU, ofereceram ajuda às vítimas do furacão Katrina. Estamos mesmo é com Hugo Chavez, um sociopata insensível, que preferiu zombar dos cadáveres com uma oferta cínica de... petróleo!

Os EUA não precisam de ajuda nenhuma do exterior. Muitas cidades americanas já foram destruídas por terremotos, incêndios e furacões. Foram reconstruídas, sem ajuda de

quem quer que fosse, pelo povo cujo trabalho suado salvou os russos, várias vezes, de morrer de fome, e ainda reergueu a Alemanha, a Itália, a França, a Inglaterra e o Japão depois da guerra.

Os EUA não precisam de ninguém. Mas, quando a simples intenção humanitária é sonegada tão maciçamente por países que sem a ajuda americana já nem mesmo existiriam, a conclusão inevitável é que o ódio espalhado no mundo pela brutal campanha de difamação sustentada pelo sr. George Soros não se volta contra os srs. Bush e Rumsfeld, mas contra a nação americana enquanto tal: seu povo, sua história, seus valores, sua simples existência física.

Os americanos criaram a única sociedade decente que existe no planeta, a única onde moral, humanitarismo e piedade ainda contam para alguma coisa, a única onde a terça parte do povo faz trabalhos voluntários para socorrer outros povos, a única que

alimenta e ampara as nações que a combatem, a única onde os próprios direitos da cultura nacional são negados para dar mais espaço a imigrantes presunçosos, a única onde até terroristas estrangeiros sanguinários presos em combate têm os direitos dos cidadãos locais, a única que constantemente se coloca a si própria em questão com uma coragem intelectual inigualável, a única onde a luta pela justiça é a própria substância da vida nacional, a única que se condena a si mesma antes de jogar as culpas nos outros, a única que, vencedora numa guerra, retirou imediatamente suas tropas, deixando que os derrotados reconquistassem sua liberdade e dignidade, enquanto seu grande parceiro de vitória permanecia por décadas nos territórios ocupados, com tanques, canhões e pelotões de fuzilamento, sugando sangue de dezenas de povos e ainda acusando os americanos de “imperialismo”.

Os americanos criaram a única nação que, julgada em comparação com as outras - e não com os padrões angélicos artificiosos com que elas a julgam precisamente para fugir da comparação humana na qual sabem que sairiam perdendo –, tem mais motivos de se orgulhar que de se envergonhar.

A existência da América é uma vergonha para os russos, que juraram destruí-la e acabaram de chapéu na mão, implorando socorro. É uma vergonha para a China, que acumula armas nanotecnológicas na esperança insana de matar de varíola e tifo a população americana inteira mas não pode usá-las, porque seria mandar para a panela a galinha que bota ovos de ouro nas estatais de Pequim. É uma vergonha para o mundo islâmico, que com toda a sua bela oratória religiosa de mil e quatrocentos anos jamais conseguiu criar uma sociedade que não fosse, em maior ou menor medida, a negação viva das promessas corânicas de liberdade e

justiça. É uma vergonha para os latino-americanos, que não suportam a comparação com o vizinho do Norte sem roer-se de desprezo a si mesmos e buscar alívio em histrionismos e fanfarronadas de uma abjeção sem par.

A campanha do sr. Soros somou todas essas vergonhas, para jogá-las sobre a América. A campanha está surtindo efeito.

Por isso, pela primeira vez na história da pretensa "ordem internacional", a afetação de humanitarismo, usual nas catástrofes naturais, cedeu lugar à indiferença explícita, quando não aos sorrisinhos de satisfação. O mundo está hoje repleto de amantes de Katrina, como ontem de admiradores de bin-Laden.

Louisiana desconhecida

Alguns capítulos da verdadeira história da tragédia de New Orleans, cujo reverso fictício vocês lêem na mídia brasileira todos os dias.

A Louisiana é o estado mais corrupto dos EUA, uma Petelândia do Norte. Há décadas o governo federal envia verbas enormes para obras públicas, o dinheiro some. Técnicos passaram anos alertando que as barragens do lago Pontchartrain não agüentariam um solavanco mais sério, ninguém ligou.

Fora as refinarias de petróleo, o Estado mal tem infra-estrutura industrial. Milhões de desempregados obesos, brindados pela previdência social até com vouchers do MacDonald's, passam as tardes em cadeiras de balanço, nas varandas de suas casas em ruínas, curtindo uma ociosidade deprimente e sem esperança. A taxa de delinqüência é a maior do país. O turismo sexual move a economia. Desordem, ilegalidade, roubalheira, confusão: estava tudo pronto para que, ao primeiro abalo da casca de

civilização que ainda recobria o cenário, a Louisiana encenasse uma espécie de *Lord of the Flies* tamanho Spielberg.

Dois dias antes de romperem as barragens, o governo do Estado, alertado pelo serviço meteorológico, determinou a evacuação das áreas de risco. Os sábios da grande mídia acharam que era um exagero, porque o furacão ainda era considerado de categoria 3, tolerável. O povo acreditou na mídia e no prefeito cuja indolência a confirmava.

A cinco milhas da zona que viria a ser atingida, há terra seca, moradias, aeroporto, serviços públicos. A população teve dois dias para salvar a vida. Bastava andar cinco milhas. Ninguém andou, nem foi incentivado a isso. O governo federal ofereceu convocar a Guarda Nacional para ajudar na evacuação, ninguém quis. Nossa polícia dará conta do recado, garganteavam.

No tumulto que se seguiu, a polícia em desespero abriu as portas das cadeias,

liberando milhares de delinqüentes que logo se armaram e espalharam novos motivos de pânico entre uma população já aterrorizada.

Tantos são os crimes e tantos os criminosos na longa preparação da tragédia, que os primeiros jamais serão investigados e os segundos jamais serão punidos. O remédio, naturalmente, é cuspir no culpado de sempre. George W. Bush provocou o furacão porque não assinou o protocolo de Kyoto. George W. Bush gastou no Iraque o dinheiro da reforma das barragens. George W. Bush não convocou a Guarda Nacional em tempo. George W. Bush não mandou o Exército para socorrer a multidão de vítimas, porque eram negras e ele é um maldito racista branco.

Adianta dizer que mil Protocolos de Kyoto não mudariam o clima terrestre em tão pouco tempo, sobretudo porque essa fraude monumental isenta de restrições ecológicas os maiores poluidores do mundo, China e Índia?

Adianta dizer que o dinheiro que foi para o Iraque não era da reforma e que, mesmo se fosse, jamais a barragem ficaria pronta antes de chegar o furacão?

Adianta dizer que quem não quis a Guarda Nacional em tempo foi o governo da Louisiana, e que aliás a Guarda Nacional é uma organização de voluntários, espalhados por suas casas e empregos, impossíveis de reunir em número suficiente para um desafio dessas proporções em menos de três ou quatro dias?

Adianta dizer que uma lei americana centenária proíbe a mobilização do Exército para qualquer assunto interno, que mudar essa lei seria uma discussão de meses no Congresso e que George W. Bush não é o Congresso?

Não, não adianta. Nos EUA, é claro, só uma fração mínima da opinião pública levou a sério as calúnias escabrosas que, como sempre, vieram pela boca dos Jesse Jacksons

e Michael Moores. No Brasil, elas passam por verdades absolutas.

Jornalismo da vaca amarela

O colunista Zuenir Ventura aderiu à campanha lançada pela sua colega Miriam Leitão - aqui comentada no artigo anterior – para fazer de conta que ninguém na redação do Globo sabia da corrupção petista, pela simples razão de que jamais tive uma coluna semanal ali, jamais escrevi nada que pudesse alertar do assunto os meus colegas e, se escrevi, eles, coitadinhos inocentes, nunca leram. Como Groucho Marx, não lêem jornais que os aceitam como empregados.

Quinze anos de ocultação de crimes valem por outros tantos crimes. Quando por fim os delitos originais são revelados sem que ninguém mais consiga escondê-los, a saída de emergência é ocultar a ocultação. É a

engenharia do esquecimento. Miriam e Zuenir lideram o pelotão de empreiteiros.

Com exceção de uns poucos, cujos nomes não cito para não fazer deles alvos de ódio, não há mais jornalistas na redação do Globo. Há somente agentes de influência do Foro de São Paulo, mentirosos compulsivos, covardões oportunistas, signatários compulsivos de manifestos pró-Chavez e, é claro, clones em miniatura de Duda Mendonça.

Direi que são uma vergonha para a profissão? Mas como ter a certeza de que compreenderão o que quer dizer "vergonha"? Sua memória talvez não chegue tão longe.

Suma patifaria

Quando comecei a falar do Foro de São Paulo, desagradando um jornal que esperava que eu nada fizesse contra o seu querido socialismo além de repetir os argumentos

econômicos usuais - e já então sem efeito – do falecido dr. Roberto Campos, a gangue do candidato Lula ficou logo alarmada. Depois das eleições, seria fácil, com verbas federais, obter da mídia o silêncio obsequioso que viria a se mostrar tão eficaz. Naquela época, porém, era preciso inventar um desmentido às pressas. O desmentido veio pelas mãos do "assessor internacional" de Lula, o sr. Giancarlo Summa, o qual, em nota oficial, afirmava taxativamente ser o Foro apenas um encontro informal de debates, sem qualquer alcance estratégico ou decisório.

Respondi que encontros informais de debates não emitiam resoluções, muito menos resoluções sempre unânimes como as do Foro.8

A resposta bastava, mas agora veio outra melhor. E veio da boca do próprio presidente da República, no discurso extraordinariamente vexaminoso, mesmo para os padrões lulísticos, com que enalteceu

as condecorações oferecidas a alguns de seus puxa-sacos mais devotados: “Então, nós passamos a ter uma relação privilegiada com presidentes e com ministros que eram militantes, junto conosco, do Foro de São Paulo”.

Ou seja: o clube informal de debates, além de emitir resoluções, tinha também militantes. Ouviram bem? Militantes. Não sei onde anda o sr. Summa. O que sei é que é uma delícia ver o presidente, *ex ore suo*, meter um carimbo de mentiroso na testa do assessor que tentou lhe encobrir as indecências.

A verdadeira invasão

Não satisfeitos de enviar ao Brasil duzentas toneladas anuais de cocaína em troca de armas contrabandeadas do Líbano, os homens das Farc treinam bandidos nos morros cariocas, recrutam brasileiros para o

narcotráfico e atiram em nossos soldados na Amazônia, ao mesmo tempo que continuam transitando à vontade no Palácio do Planalto sob a proteção das autoridades federais e participando de festinhas em Brasília com políticos governistas, nas quais se gabam de ter financiado a campanha presidencial do PT. Será coincidência que pela primeira vez um desses tipos, o sr. Olivério Medina, tenha sido preso justamente no momento em que a fortaleza de seus protetores no governo federal ameaça desabar, e não antes?

No Equador e na Bolívia, a política interna é ditada por grupos "bolivarianos" subsidiados por Hugo Chavez e orientados, através dele, por Fidel Castro.

Na Venezuela, policiais e juízes de Cuba, autorizados a isso por uma lei de Hugo Chavez, podem prender qualquer um nas ruas, seja cubano, venezuelano ou de qualquer outra nacionalidade, sem que o

infeliz tenha sequer o direito de apelar aos tribunais locais.

Milícias venezuelanas, por sua vez, operam dentro do território da Colômbia, ajudando as Farc.

É esse o panorama do que alguns agentes de influência, bem colocados na mídia, nas universidades, nas academias militares e na Escola Superior de Guerra, chamam de "soberania nacional", jurando que a coisa mais patriótica do mundo é defendê-la contra uma iminente "invasão ianque".

O prezado leitor acha que algum desses indivíduos é idiota o bastante para acreditar sinceramente que Fidel Castro, Hugo Chávez e os homens das Farc sejam patriotas brasileiros, arrebatados de emoção verde-amarela, devotos da memória de Caxias, ciosos da honra nacional e da integridade do nosso território?

Acha que são sonsos ao ponto de ignorar que a promiscuidade judicial

cubano-venezuelana, a onipresença triunfante da narcoguerrilha e a hegemonia absoluta do Foro de São Paulo são, já, a dissolução das fronteiras nacionais e a preparação da futura União das Repúblicas Socialistas Latino-Americanas?

Pois é. Nada disso. Eles sabem perfeitamente bem que nenhum país da AL tem condições de repelir sozinho a intromissão multilateral armada e corruptora, que aquilo que chamam "invasão americana", se um dia chegar a se materializar, será na mais enfática das hipóteses o envio de umas poucas tropas a pedido de governos locais acossados, como aconteceu na Colômbia, que desencadear uma onda de pânico anti-americano é apenas diversionismo calculado para legitimar, sob desculpa alarmista e falsa, o fortalecimento da máquina chavista-fidelista-narcótica que oprime o continente.

Sabem perfeitamente que a ocupação norte-americana de uma parte qualquer da América Latina, mesmo ínfima, está fora de cogitação, porque os EUA não são uma Cuba qualquer, onde um cachorro louco fardado sai rosnando ordens e todo mundo obedece. Os EUA têm leis, têm uma ordem constituída, têm liberdade de imprensa, têm um parlamento, e quem quer que apareça em público propondo mesmo a título de simples conjeturação teórica uma invasão da América Latina receberá mil vezes mais pauladas do que o pastor Robertson, que sugeriu ainda mais conjeturalmente um tiro, apenas um tiro, um tirico de nada, na cabeça de anta do sr. Hugo Chavez.

Sabem que ninguém, nos EUA, quer um metro quadrado, um centímetro quadrado, um milímetro quadrado da América Latina, nem dado de graça. Sabem que, se a população do Brasil inteiro, de joelhos, implorar aos americanos: “Invadam-nos”, a

resposta será: “Não, obrigado. Vocês têm idéia de quantos soldados e funcionários teríamos de enviar para botar ordem nessa bagunça infernal que vocês armaram aí? Têm idéia de quanto custaria isso? Daria para reconstruir duzentas New Orleans”.

Pois é, aqueles fulanos sabem de tudo isso, mas mentem, porque só são jornalistas nominalmente. Em substância, são agentes de influência, o que é coisa totalmente diversa. Explicarei a diferença num dos próximos artigos.

5 de setembro de 2005.

---

8 Ver “Qualquer coisa e o sr. Summa” em www.olavodecarvalho.org/semana/10192002globo.htm.

O malvado Bush contra a infeliz Louisiana

A lei americana é clara: o presidente da República não pode interferir nos Estados, mesmo em caso de calamidade pública, exceto a pedido do governo local. Até o quarto dia do furacão a governadora da Louisiana, Kathleen Blanco, recusou a ajuda das autoridades federais. Quando finalmente a aceitou, e de má-vontade, em menos de uma hora a ajuda chegou a New Orleans.

Tudo o que o presidente podia fazer antes disso era colocar as equipes e tropas federais de prontidão, aguardando o chamado da

autoridade estadual. George W. Bush fez isso em tempo. Na Guarda Nacional e na FEMA (*Federal Emergency Management Agency*), milhares de soldados, funcionários, médicos e enfermeiros, com helicópteros e ambulâncias, remédios e armas, mapas e planos de socorro, esperaram ansiosamente, durante os quatro dias mais longos das suas vidas, o sinal para entrar em ação. Quando o sinal chegou, New Orleans já estava inundada.

Pior. Vendo que os organismos federais estavam de mãos atadas ante a teimosia da governadora, o presidente Bush passou toda a sexta-feira, dia 3, preparando com seus assessores a complexa operação jurídico-burocrática que a lei e o Congresso exigem para autorizar a intervenção federal não solicitada, um caso raríssimo e, para os padrões do orgulhoso federalismo americano, traumático. Enquanto isso, o furacão se aproximava. Pouco antes da

meia-noite, sentindo que estava perdendo a corrida contra o furacão, o presidente ligou pessoalmente para a governadora, suplicando que ela assinasse o pedido. De novo ela se recusou. Mais tarde soube-se que, em reunião com sua equipe, ela havia comentado que a entrada dos federais em cena seria desmoralizante para a administração estadual. Os esforços do presidente para salvar milhares de pessoas foram frustrados pela vaidade de uma politiqueira de província. Mas não só os do presidente. A sra. Kathleen "Deixa Comigo" Blanco recusou-se também a aceitar um pacote multi-estadual de ajuda, bloqueando a entrada das tropas da Guarda Nacional e até das equipes da Cruz Vermelha que aguardavam nas fronteiras dos Estados vizinhos.

Sábado, pouco antes de as águas atingirem New Orleans em cheio, Bush telefonou novamente à governadora, insistindo que ela

assinasse o pedido de socorro, decretasse o estado de emergência na Louisiana e determinasse a evacuação obrigatória das áreas de risco. A mulherzinha concordou, mas com reservas: topou a evacuação, mas parcial em vez de total, e o estado de emergência, mas ainda sem intervenção das equipes federais. Foi diante dessa prova final de má-vontade que o presidente colocou então em ação o esquema preparado desde a véspera, decretando "estado de desastre nacional" e impondo pela força a entrada do socorro federal na Louisiana.

As duas conversas da madame com George W. Bush foram gravadas. Quem quer que jogue a culpa do atraso no presidente é um mentiroso a serviço do que existe de pior na América. Resta ainda a hipótese de que seja um idiota do Terceiro Mundo, para quem a esquerda chique de Nova York é a máxima autoridade moral do planeta.

Mas não parou por aí a notável *performance* da sra. Blanco e do prefeito da cidade, Ray Nagin. New Orleans tinha um plano de socorro detalhado e preciso, elaborado fazia mais de um ano com base num exercício simulado e no estudo dos erros cometidos por ocasião do furacão George, de 1998. Os pontos principais eram: (1) A população das zonas de risco deveria ser evacuada completamente, e não levada para lugares como o Superdome e o Convention Center, expostos aos roubos e ao vandalismo. (2) Como seria preciso transportar pelo menos trezentas mil pessoas, todos os ônibus municipais e escolares deveriam ser utilizados para isso.

Como foi executado o plano?

(1) Avisados pelo *National Hurricane Center*, com dois dias de antecedência, de que seria preciso evacuar a cidade, a governadora e o prefeito não fizeram absolutamente nada. Quando o furacão

chegou, fizeram pior que nada: obstinados na evacuação parcial, enviaram as vítimas justamente para o Superdome e o Convention Center, onde a desordem e a violência se repetiram multiplicadas por mil. A evacuação total só foi decretada no domingo, em obediência tardia às ordens do presidente.

(2) Os ônibus da Prefeitura e das escolas não foram usados. A recusa de mobilizá-los foi proposital. Logo antes de a cidade ser atingida, o diretor dos serviços municipais de emergência, Joseph Mathews, declarou à revista *U.S. News and World Report*: "Nossa política oficial é que cada cidadão assuma o encargo de arranjar seus próprios meios de evacuação". Esqueceu-se de mencionar um detalhe: segundo o censo de 2003, aproximadamente cem mil habitantes da região não têm carro. Resultado: saíram a pé, de carona ou em viaturas de polícia, numa confusão dos diabos. Estacionados nas

suas respectivas garagens, os ônibus que deveriam socorrê-los acabaram sendo eles próprios submergidos e destruídos pelas águas.

Aceito, por fim, em desespero de causa, o socorro federal veio com tudo, em menos de uma hora. Mas já era tarde. New Orleans agonizava. O prefeito nem viu nada: estava em Baton Rouge. Só voltou para botar a boca no mundo contra George W. Bush. Ironicamente, sua maior queixa contra o presidente foi a de não ter enviado os ônibus extras da Greyhound solicitados para o transporte dos flagelados. Bem, como o presidente ou a Greyhound poderiam imaginar que a Prefeitura estava com falta de ônibus porque tinha deixado os seus boiando no lava-rápido?

Mas a indignação fingida do prefeito fazia sentido. Tanto ele quanto a sra. Blanco são do Partido Democrata, que desde as últimas eleições atravessa a fase mais deprimente da

sua história: perdeu a Presidência, perdeu a maioria no Parlamento, perdeu vários governos estaduais, e ainda enfrenta, pela primeira vez em décadas, a reação crescente dos conservadores nos três *fronts* que antes ele dominava tranqüilamente, a mídia, a educação e o debate cultural (v. *South Park Conservatives*. *The Revolt Against Liberal Media Bias*, de Brian C. Anderson, New York, Regnery, 2005). A revelação do vexame criminoso da dupla Nagin-Blanco seria a versão política do furacão Katrina arrombando portas e janelas da agremiação combalida, o raio de Júpiter abatendo-se sobre um edifício periclitante. Era preciso evitar isso a todo preço. Se antes mesmo da chegada da ajuda federal a prioridade máxima dos políticos locais já era a de salvar a própria pele, imaginem depois. Mal iniciada a contagem dos cadáveres, todos os megafones foram acionados para desviar as atenções dos fatos e jogar a culpa na única

autoridade que tinha cumprido o seu dever nessa história. A tropa-de-choque foi a mesma de sempre: Hillary Clinton, Ted Kennedy, Jesse Jackson, Michael Moore, a nata da vigarice elegante, afilhada de George Soros e madrinha de Hugo Chávez. Com a simultaneidade e a uniformidade de praxe nessas campanhas, os *slogans* e palavras-de-ordem atravessaram o planeta, repetindo-se fielmente de Pequim a Caracas, de Nova York a São Paulo. Confiante no ilimitado poder persuasivo da absurdidade estupefaciente, o partido dos radicais de limusine apelava ao protocolo de Kyoto, que teria miraculosamente parado as águas como Moisés se não lhe faltasse a maldita assinatura americana, enfatizava inexistentes poderes presidenciais que Bush não acionou por ser cruel como a peste e, *last not least*, denunciava o racismo do governo federal que, ciente da maioria negra entre as vítimas do desastre, teria retardado

de propósito o socorro para aproveitar o ensejo de branquear a população. O servilismo descarado com que os comentaristas brasileiros – os Magnolis, os Saders e *tutti quanti* – macaqueiam essas tolices ao mesmo tempo maliciosas e pueris mostra que a nossa classe letrada, em matéria de inteligência, está abaixo de qualquer *redneck*, de qualquer caipirão americano, daqueles que circulam pelas estradas em camionetes dos anos 50 com uma calibre 12 na cabine, ou de qualquer daqueles negões de dois metros que ficam rindo à toa e exibindo suas proteínas nos *shopping centers* com um *CD-player* na orelha, calça pela canela e camiseta até o joelho. Aqui, 55 por cento do povão, segundo pesquisas recentes, perceberam na hora o engodo. No Brasil, cem por cento das mentes iluminadas acreditaram em tudo. Ou pelo menos desejam ardentemente que você acredite.

Louca? Loucos somos nós

A sra. Heloísa Helena, pré-fabricada no Foro de São Paulo para ser a nova encarnação da moral e dos bons costumes na hipótese da desbeatificação de São Lulinha9, vem-se destacando como peça importante no esquema montado às pressas, em escala mundial, para apresentar o sr. Olívério Medina como vítima inocente de uma trama fascista e impedir que ele seja entregue pela Polícia Federal às autoridades colombianas.

O sr. Medina, como ninguém ignora, é aquele emissário das Farc que, numa festinha de políticos em Brasília, contou ter trazido uma polpuda contribuição ilegal da narcoguerrilha colombiana à campanha eleitoral do PT.

Na época, a central petista de gerenciamento de danos, ativíssima na mídia brasileira, apelou à linda explicação de que

tudo não passara de uma bravata com que o convidado estrangeiro tentara impressionar políticos interioranos. Mas, se o PT ameaçava processar o deputado Alberto Fraga, que apenas divulgara a denúncia de segunda mão, por que se absteve de fazer ameaça idêntica à fonte mesma de onde brotara a acusação presumidamente falsa? Quem, em seu juízo perfeito, processa o cúmplice acidental ao mesmo tempo que poupa o autor principal do delito, se não tem para isso motivos ocultos? Mais ainda, como seria possível que as Farc, a tropa armada e assassina mais rica e poderosa do continente, que alimenta pretensões de ser aceita mundialmente como força política legítima, continuassem confiando num fanfarrão leviano, sem nem cogitar em removê-lo das altas funções de representante seu num país cuja proteção e amizade são essenciais para o futuro da organização?

O fato é que, estupidificada por décadas de intoxicação esquerdista, a opinião pública brasileira, tão suspicaz contra miúdos Joões Alves e Juízes Lalaus, se acostumou a curvar-se com credulidade beócia ante qualquer desculpa esfarrapada que venha de bocas ungidas pela bênção de Che Guevara.

Agora, a operação "Tirem o Medina da Encrenca" tem sólidas razões de ser. Se alguém tem provas de que as Farc deram ou não deram dinheiro do narcotráfico para o PT, é ele. E a diferença entre esse cidadão estar no Brasil ou na Colômbia é a mesma que se viu no caso análogo do sr. Fernandinho Beira-Mar. Lá, interrogado pelo Exército, o rapaz cantou como um canário com dor de corno, explicou com detalhes como injetava anualmente no mercado brasileiro duzentas toneladas de cocaína colombiana em troca de armas contrabandeadas do Líbano. De volta ao Brasil, foi levado para estrear um *show* no

Parlamento, onde humilhou as excelências todas com respostas atravessadas que não diziam absolutamente nada, sendo depois transportado para um presídio de segurança máxima que lhe garante, sobretudo, a máxima segurança contra perguntas incômodas. Até agora, naturalmente, nada mais disse nem lhe foi perguntado.

E se o sr. Medina não for apenas um sonso boquirroto? E se ele for o agente sério e eficiente que as Farc, tão ingênuas, coitadinhas, continuam enxergando nele? Neste caso, a declaração feita em Brasília adquire um peso bem diferente e o sr. Medina se torna uma prova viva, não só dos delitos petistas, considerados na escala menor da pura corrupção local, mas da existência de uma máquina criminosa de dimensões continentais, empenhada em subjugar dezenas de países por meio do narcotráfico, do morticínio, da fraude e da mentira organizada. Neste caso, o risco de

que ele venha a ser interrogado pelos oficiais colombianos que arrancaram aquela história escabrosa do sr. Fernandinho é realmente temível e tem de ser evitado custe o que custar. Sinceramente, acho que esta hipótese é bem mais verossímil – principalmente porque casos idênticos já se observaram inúmeras vezes no mundo – do que as explicações desesperadoramente postiças inventadas até agora para encobrir as relações PT-Farc. Parece mesmo que a fábrica de explicações já desistiu de teimar na negação peremptória, a qual nem a credulidade brasileira pode continuar levando integralmente a sério, e passou à etapa seguinte: o amortecimento do fato consumado. Até a coluna do sr. Ancelmo Gois no *Globo* já admite que a contribuição ilegal das Farc aconteceu mesmo, só que – acrescenta o colunista – a direção do partido não sabia de nada. Decerto ela é ainda mais ingênua que o comando das Farc.

Quanto à sra. Heloísa Helena, como explicar que a autora de tantos discursos histéricos contra a corrupção do PT passe a empenhar-se com tamanho vigor no esforço de impedir que a possível testemunha máxima da criminalidade petista continue caladinha no Brasil em vez de ir cantar na Colômbia? A forma da pergunta já traz em si a resposta: uma coisa é armar um teatrinho local, afetando indignação contra o governo para salvar, como expliquei no artigo citado acima, o projeto revolucionário da esquerda, no qual, sem dúvida, os denunciados do momento viriam a ser reaproveitados amanhã ou depois, em cargos menores, talvez, mas ainda honrosos. Outra coisa é permitir que as investigações assumam magnitude internacional, com a previsível revelação de crimes incomparavelmente mais graves do que tudo o que tem vindo à tona no Brasil até agora. O furor ético da sra. Heloísa Helena parece ter os seus limites –

os limites da conveniência estratégica. Se for esse o caso, não será injusto concluir que, como Dom Quijote, ela é "*loca, si, pero no tonta*".

12 de setembro de 2005.

---

9 Ver "Aí vem tudo de novo" em www.olavodecarvalho.org /semana/050904zh.htm.

DOENÇA MORAL HEDIONDA

HÁ UMA DÉCADA e meia a *Heritage Foundation* de Washington e o *Wall Street Journal* publicam anualmente o *Index of Economic Freedom*, volumoso estudo comparativo dos controles estatizantes e da liberdade de mercado nas várias nações. Os critérios diferenciais abrangem a propriedade governamental dos meios de produção, a participação acionária do Estado nas empresas de economia mista, a incidência de impostos sobre a iniciativa privada e a dose maior ou menor de legislações restritivas. É, de longe, a

publicação econômica mais importante do mundo, a única que permite, numa visão abrangente, avaliar sem muita dificuldade os méritos respectivos do capitalismo e do socialismo, não segundo os argumentos concebidos para justificá-los, mas segundo o seu desempenho real no esforço para dar uma vida melhor ao conjunto da população dos países ao seu alcance.

Ano após ano, a realidade desse desempenho é ali mostrada com uma profusão de dados e com uma integridade metodológica que nenhum estudioso da área ousou jamais contestar. Essa realidade pode ser formulada em termos simples e inequívocos: quanto maior a dose de controle estatal, mais miséria, mais opressão, mais sofrimento; quanto maior o índice de liberdade econômica, mais prosperidade, mais respeito aos direitos humanos, mais oportunidades para uma vida

digna oferecidas a faixas mais extensas da população.

Qualquer esquerdista intelectualmente capacitado a ler uma publicação desse tipo tem, diante dela, no mínimo a obrigação de ficar em dúvida quanto à superioridade moral excelsa que a propaganda política atribui ao socialismo e de moderar um pouco aquele tom de certeza absoluta e inquestionável com que sempre atribui ao adversário, pelo simples fato de ser pró-capitalista, as piores e mais baixas intenções. Na mais modesta das hipóteses, uma consciência moral tão elevada quanto aquela que se arrogam os esquerdistas deveria ter ao menos um pouquinho de senso da verdade, ao menos um pouquinho da humildade necessária para admitir os fatos e tirar alguma conseqüência deles.

Mas isso está infinitamente acima do que se pode esperar dessas criaturas. Quanto mais deploráveis os resultados econômicos

do socialismo, quanto maior a dose de crimes e violências necessários para produzi-los, tanto mais enfática a alegação de superioridade, tanto mais inabalável o sentimento de possuir o monopólio da bondade humana, tanto mais virulento o discurso esquerdista contra o capitalismo e seus defensores. Quanto mais extensas as provas do seu erro, tanto mais arraigada e intolerante a sua certeza, tanto menor a sua disposição de conceder ao adversário o benefício da dúvida ou até mesmo o direito à palavra, que com a maior desenvoltura lhe cassam ao mesmo tempo que, numa apoteose de cinismo, o rotulam de dogmático e intolerante. Observar esse contraste, repetidamente, ao longo dos anos, é ser arrastado a uma conclusão que a alma rejeita, mas que a consciência impõe inexoravelmente: o socialismo não é uma opinião política como qualquer outra, é uma

doença do espírito, uma deformidade moral hedionda, pertinaz e dificilmente curável.

A observação pessoal é confirmada por estudos consistentes como *La Fausse Conscience*, Joseph Gabel, *Intellectuals*, de Paul Johnson, *Modernity Without Restraint*, de Eric Voegelin, *Fire in the Minds of Men*, de James Billington e outros tantos inumeráveis.

Não há nada de estranho em que o mesmo diagnóstico se aplique *ipsis litteris* ao nazifascismo, já que este não passa de uma variante interna do socialismo – obviedade histórica que na época dos fatos era universalmente conhecida e que só a propaganda maciça pode ter apagado da memória pública ao menos em alguns países. Nem é de espantar que, observados de perto, na escala de suas atitudes pessoais, os mais destacados expoentes da ideologia socialista se revelem invariavelmente personalidades cruéis, sem moral, sem amor ao próximo,

sem o mínimo de sentimentos humanos nem mesmo por seus familiares e amigos. Estudem as biografias de Karl Marx, de Lênin, de Stalin, de Mao-Tsé-Tung, de Pol-Pot, de Fidel Castro – sobretudo os depoimentos do médico pessoal de Mao e os das filhas de Stalin e Castro – e vejam se há algum exagero em chamar esses indivíduos de monstros, ou de perversos os que os admiram. Quem quer que, conhecendo esses fatos, ainda julgue que o oceano de crueldade e sofrimento produzido por esses personagens e pelos movimentos que lideraram é preferível aos "males do capitalismo", decididamente não tem senso de proporções, não tem maturidade intelectual ou humana bastante para ser admitido como interlocutor respeitável num debate de idéias.

Desgraçadamente, é justamente esse o tipo de indivíduo que hoje dá o tom das discussões nacionais e se arroga, com

sucesso, o papel de medida-padrão das virtudes humanas, à luz da qual devem ser julgados todos os atos, seres e situações. A covardia e o despreparo gerais da classe dominante no Brasil fizeram dela a cúmplice ao menos passiva da ascensão desses celerados ao primeiro escalão da hierarquia social, de onde hoje é quase impossível removê-los.

Desculpas sem culpa

Alguns leitores, levados à perplexidade pelo simples fato de que sua única fonte de informações é a grande mídia brasileira – o que é pior até do que não ter informação nenhuma –, pedem-me que explique por que o presidente Bush, se não teve culpa do atraso no socorro à Louisiana, pediu desculpas como se tivesse. Bem, antes de tudo, é impressionante o número de brasileiros que opinam sobre a política dos

EUA sem conhecer nem mesmo os rudimentos da legislação americana, que os meninos da Virginia ou do Texas aprendem na escola. Não vi, por exemplo, um só dos opinadores compulsivos que pululam nos nossos jornais dar o menor sinal de saber que o governo federal americano não pode socorrer um Estado sem pedido do governo local, que para fazer isso o presidente Bush teria de decretar intervenção federal, destituindo na prática a governadora. Se ele fizesse isso, o Partido Democrata pediria imediatamente o seu impeachment, alegando abuso da autoridade presidencial, e os EUA teriam de enfrentar, junto com a inundação da Louisiana, a maior crise política desde Watergate. Seria um segundo e simultâneo desastre nacional. Por isso Bush decidiu deixar o socorro preparado e esperar a solicitação oficial da governadora, limitando-se a pressioná-la psicologicamente por telefone. Os democratas sabiam que,

agindo assim, ele se expunha a arcar com todas as culpas sem ter nenhuma. Não tenho dúvidas de que isso entrou nos cálculos da governadora Kathleen Branco quando, contra todas as probabilidades, contra toda a lógica, contra todo o bom-senso, adiou o pedido de socorro até o limite da tragédia e, ainda mais inexplicavelmente, bloqueou a entrada da ajuda proveniente dos Estados vizinhos. Partindo da premissa de que o objetivo prioritário era salvar a população atingida pelas águas, um acúmulo tão persistente de delongas no meio de uma situação tão premente é de uma absurdidade tamanha que só pode ser explicado pela loucura completa. Mas Kathleen Blanco não é louca. Não resta portanto outro motivo plausível exceto a premeditação de um golpe mortal a ser desferido na carreira do presidente – um objetivo que, para o desesperado e fanatizado Partido Democrata, é certamente mais urgente do

que salvar umas quantas vidas. Se essa hipótese lhes parece ruim demais, é porque vocês não sabem o que é hoje o Partido Democrata. É o partido de George Soros, o partido do dinheiro chinês, o partido do oil-for-food, o partido empenhado em desarmar os EUA e colocar a nação de joelhos ante os Kofi Annans da vida. É um gigantesco PT, arrotando patriotismo e abrindo as fronteiras aos terroristas e narcotraficantes. George W. Bush não é certamente o político mais hábil de todos os tempos. É apenas um homem honesto que tenta fazer o melhor, mas foge por todos os meios a um choque frontal com a oposição democrata. Não sei por que ele faz isso. Pretendo descobrir um dia. Porém mais de uma vez ele já mostrou que prefere antes sacrificar sua carreira do que admitir um estado de divisão interna num país em guerra. Não sou como os demais colunistas brasileiros, que diariamente dão conselhos e

até ordens ao presidente dos EUA, ao general Sharon, ao Papa e, nos momentos de maior modéstia, a Deus Todo-Poderoso. Mas, cá com os meus humildes botões, acho que Bush está errado, que é inútil um presidente simular união nacional quando o país está repleto de traidores organizados para destruí-lo. O melhor talvez fosse partir para a ruptura – e teria sido precisamente esse o resultado de uma intervenção federal forçada. Mas não estou na pele do presidente americano, e não sei se ele, ou qualquer outro governante do planeta, teria cacife para enfrentar ao mesmo tempo uma catástrofe natural e uma crise institucional, além de uma guerra e da mobilização interna contra ela, sem contar a hostilidade da Europa e da ONU. Para evitar essa hipótese, ele se curvou ao jogo de seus adversários. Não teve culpa direta por nada, mas, como cristão, assumiu a responsabilidade da escolha política. Sei que, na mídia brasileira,

a simples hipótese de um governante ser cristão sincero parece absurda e é objeto de chacota. Mas isso revela algo sobre a mentalidade da mídia brasileira, não sobre a de George W. Bush.

Grijalbo Júnior

Quando peguei em flagrante delito de patifaria intelectual o dr. Grijalbo Fernandes, então presidente da Anamatra (Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho), o acusado apelou ao expediente sumamente porcino de alegar que a denúncia feria a honra de toda a classe de juízes do trabalho – como se fosse composta integralmente de patifes iguais a ele – e de brandir contra mim uma ameaça de processo por "dano moral coletivo".10 Provando que a classe não se sentira nem um pouco ofendida pelo desmascaramento do figurão que a representava tão mal, mas sim pela tentativa

manhosa de usá-la como escudo contra a verdade, a juíza Marli Nogueira, de Brasília, passou um didático pito naquele seu colega, ensinando-o a ler nas minhas palavras o que estava lá, não o que ele desejaria fazer crer que estivesse. Para desmoralizar um pouco mais as pretensões grijálbicas, logo em seguida o Tribunal do Trabalho da 3ª. Região, de Belo Horizonte, por indicação do juiz Ricardo Antônio Mohallem, ele próprio integrante da diretoria da Anamatra, me concedeu a medalha da *Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho "Juiz Ari Rocha"*. Inconformado com a homenagem, que por si desmascarava a calúnia levantada contra mim pelo dr. Grijalbo, agora apareceu um Grijalbo II, ou Grijalbo Júnior, mais conhecido como Orlando Tadeu de Alcântara, presidente da Anamatra 3, para escrever ao Tribunal uma carta de protesto na qual repete a calúnia anterior e lhe acrescenta umas novas, entre as quais a de

que “o Sr. Olavo de Carvalho, nas suas idéias e manifestações, sempre desprezou a democracia, o direito e a paz social”. Nem Tadeu nem Grijalbo acreditaram jamais numa só palavra que escreveram contra mim, pois se acreditassem não se contentariam com fanfarronadas pueris e passariam das palavras aos atos, movendo logo o alardeado processo, coisa que não fizeram nem farão, a não ser talvez quando tiverem a garantia de que o réu não será condenado por suas ações, mas, como nos regimes de Stalin, Mao e Fidel Castro, por sua “ideologia de classe”. Por enquanto, só o que conseguiram foi uma resposta ríspida e corajosa do juiz Mohallem, que além de desmascarar a discriminação ideológica brutal por trás da afetada preocupação com a “democracia”, ainda aproveitou a ocasião para se desligar da entidade, mostrando que a companhia de Grijalbos e Tadeus não convém realmente a homens honrados.

Tenho a certeza absoluta de que o dr. Mohallem, e não eles, é representativo da classe dos juízes do trabalho. Mas, em qualquer classe social, a voz da maioria honesta é hoje sufocada pela algazarra de uma minoria de ativistas histéricos, mentirosos cínicos, que ousam rotular de "ofensa à democracia" o que quer que se diga contra os regimes genocidas de sua devoção.

Quem enganou quem

Na Espanha, a Associação das Vítimas do Terrorismo anunciou que promoverá uma onda de manifestações de protesto contra a acomodação do primeiro-ministro Zapatero com os terroristas do ETA e contra a ocultação, pelo governo espanhol, de informações que poderiam levar à prisão dos criminosos. Francisco José Alcaraz, presidente da entidade, anunciou que as mobilizações "não terão precedentes na

História da Espanha". Logo, portanto, ficará claro ante os olhos de todos quem enganou quem no plebiscito de 2004.[11]

19 de setembro de 2005.

---

10 Ver "Um luminar da ciência" e "Causa perdida" em *O Globo*, de 14 e 21 de maio de 2005, respectivamente.
11 Ver "Exemplo didático" em www.olavodecarvalho.org/semana/040325jt.htm.

LULA, RÉU CONFESSO

EU DEVERIA ESTAR grato ao sr. presidente da República. Quando praticamente a mídia nacional inteira se empenha em camuflar as atividades ou até em negar a existência do Foro de São Paulo, tachando de louco ou fanático aquele que as denuncia, vem o fundador mesmo da entidade e dá todo o serviço, comprovando de boca própria as suspeitas mais deprimentes e algumas ainda piores que elas.

O discurso presidencial de 2 de julho de 2005, pronunciado na celebração dos quinze anos de existência do Foro e reproduzido no

site oficial do governo,12 é a confissão explícita de uma conspiração contra a soberania nacional, crime infinitamente mais grave do que todos os delitos de corrupção praticados e acobertados pelo atual governo; crime que, por si, justificaria não só o *impeachment* como também a prisão do seu autor.

À distância em que estou, só agora tomei ciência integral desse documento singular, mas os chefes de redação dos grandes jornais e de todos os noticiários de rádio e TV do Brasil estiveram aí o tempo todo. Tendo sabido do discurso desde a data em que foi pronunciado, ainda assim continuaram em silêncio, provando que sua persistente ocultação dos fatos não foi fruto da distração ou da pura incompetência: foi cumplicidade consciente, maquiavélica, com um crime do qual esperavam obter não se sabe qual proveito.

O sentido destes parágrafos, uma vez desenterrado do lixo verbal que lhe serve de embalagem, é de uma nitidez contundente:

> Em função da existência do Foro de São Paulo, o companheiro Marco Aurélio tem exercido uma função extraordinária nesse trabalho de consolidação daquilo que começamos em 1990... Foi assim que nós, em janeiro de 2003, propusemos ao nosso companheiro, presidente Chávez, a criação do Grupo de Amigos para encontrar uma solução tranqüila que, graças a Deus, aconteceu na Venezuela. E só foi possível graças a uma ação política de companheiros. Não era uma ação política de um Estado com outro Estado, ou de um presidente com outro presidente. Quem está lembrado, o Chávez participou de um dos foros que fizemos em Havana. E graças a essa relação foi possível construirmos, com muitas divergências políticas, a consolidação do que aconteceu na Venezuela, com o referendo que consagrou o Chávez como presidente da Venezuela.
>
> Foi assim que nós pudemos atuar junto a outros países com os nossos companheiros do movimento social, dos partidos daqueles países, do movimento sindical, sempre utilizando a

> relação construída no Foro de São Paulo para que pudéssemos conversar sem que parecesse e sem que as pessoas entendessem qualquer interferência política.

O que o sr. presidente admite nesses trechos é que:

1º. O Foro de São Paulo é uma entidade secreta ou pelo menos camuflada ("construída... para que pudéssemos conversar sem que parecesse e sem que as pessoas entendessem qualquer interferência política").

2º. Essa entidade se imiscui ativamente na política interna de várias nações latino-americanas, tomando decisões e determinando o rumo dos acontecimentos, à margem de toda fiscalização de governos, parlamentos, justiça e opinião pública.

3º. O chamado "Grupo de Amigos da Venezuela" não foi senão um braço, agência ou fachada do Foro de São Paulo ("em função da existência do Foro... foi que

propusemos ao companheiro presidente Chavez...").

4º. Depois de eleito em 2002, ele, Luís Inácio Lula da Silva, ao mesmo tempo que *pro forma* abandonava seu cargo de presidente do Foro de São Paulo, dando a impressão de que estava livre para governar o Brasil sem compromissos com alianças estrangeiras mal explicadas, continuou trabalhando clandestinamente para o Foro, ajudando, por exemplo, a produzir os resultados do plebiscito venezuelano de 15 de agosto de 2004 ("graças a essa relação foi possível construirmos a consolidação do que aconteceu na Venezuela"), sem dar a menor satisfação disso a seus eleitores.

5º. A orientação quanto a pontos vitais da política externa brasileira foi decidida pelo sr. Lula não como presidente da República em reunião com seu ministério, mas como participante e orientador de reuniões clandestinas com agentes políticos

estrangeiros (“foi uma ação política de companheiros, não uma ação política de um Estado com outro Estado, ou de um presidente com outro presidente”). Acima de seus deveres de presidente ele colocou sua lealdade aos “companheiros”.

O sr. presidente confessa, em suma, que submeteu o país a decisões tomadas por estrangeiros, reunidos em assembléias de uma entidade cujas ações o povo brasileiro não devia conhecer nem muito menos entender.

Não poderia ser mais patente a humilhação ativa da soberania nacional, principalmente quando se sabe que entre as entidades participantes dessas reuniões decisórias constam organizações como o MIR chileno, seqüestrador de brasileiros, e as Farc, narcoguerrilha colombiana, responsável segundo seu parceiro Fernandinho Beira-Mar pela injeção de duzentas

toneladas anuais de cocaína no mercado nacional.

Nunca um presidente eleito de qualquer país civilizado mostrou um desprezo tão completo à Constituição, às leis, às instituições e ao eleitorado inteiro, ao mesmo tempo que concedia toda a confiança, toda a autoridade, a uma assembléia clandestina repleta de criminosos, para que decidisse, longe dos olhos do povo, os destinos da nação e suas relações com os vizinhos. Nunca houve, no Brasil, um traidor tão descarado, tão completo e tão cínico quanto Luís Inácio Lula da Silva.

A maior prova de que ele ludibriou conscientemente a opinião pública, mantendo-a na ignorância das operações do Foro de São Paulo, é que, às vésperas da eleição, amedrontado pelas minhas constantes denúncias a respeito dessa entidade, mandou seu “assessor para

assuntos internacionais", Giancarlo Summa, acalmar os jornais por meio de uma nota oficial do PT, segundo a qual o Foro era apenas um inocente clube de debates, sem nenhuma atuação política.13

E agora ele vem se gabar da "ação política de companheiros", praticada com recursos do governo brasileiro às escondidas do Parlamento, da justiça e da opinião pública.

Comparado a delito tão imenso, que importância têm o Mensalão e fenômenos similares, senão enquanto meios usados para subsidiar operações parciais no conjunto da grande estratégia de transferência da soberania nacional para a autoridade secreta de estrangeiros?

Pode haver desproporção maior do que entre vulgares episódios de corrupção e esse crime supremo ao qual serviram de instrumentos?

A resposta é óbvia. Mas então por que tantos se prontificam a denunciar os meios

enquanto consentem em continuar acobertando os fins?

Aqui a resposta é menos óbvia. Requer uma distinção preliminar. Os denunciantes dividem-se em dois tipos: (A) indivíduos e grupos comprometidos com o esquema do Foro de São Paulo, mas não diretamente envovidos no uso desses meios ilícitos em especial; (B) indivíduos e grupos alheios a uma coisa e à outra.

O raciocínio dos primeiros é simples: vão-se os anéis mas fiquem os dedos. Já que se tornou impossível continuar ocultando o uso dos instrumentos ilícitos, consentem em entregar às feras os seus operadores mais notórios, de modo a poder continuar praticando o mesmo crime por outros meios e outros agentes. O conteúdo e até o estilo das acusações subscritas por essas pessoas revelam sua natureza de puras artimanhas diversionistas. Quando atribuem a corrupção do PT, que vem desde 1990, a acordos com o

FMI firmados a partir de 2003, mostram que sua ânsia de mentir não se inibe nem diante da impossibilidade material pura e simples. Quando lançam as culpas sobre “um grupo”, escamoteando o fato de que as ramificações da estrutura criminosa se estendiam da Presidência da República até prefeituras do interior, abrangendo praticamente o partido inteiro, provam que têm tanto a esconder quanto os acusados do momento.

Mais complexas são as motivações do grupo B. Em parte, ele compõe-se de personagens sem fibra, física e moralmente covardes, que preferem ater-se ao detalhe menor por medo de enxergar as dimensões continentais do crime total. Há também o subgrupo dos intelectualmente frouxos, que apostaram na balela da “morte do comunismo” e agora se sentem obrigados, para não se desmentir, a reduzir a maior trama golpista da história da América Latina às dimensões mais manejáveis de um

esquema de corrupção banal, despolitizando o sentido dos fatos e fingindo que Lula é nada mais que um Fernando Collor sem *jet ski*. Há os que, por oportunismo ou burrice, colaboraram demais com a ascensão do partido criminoso ao poder e agora se sentem divididos entre o impulso de se limpar do ranço das más companhias em que andaram, e o de minimizar o crime para não sentir o peso da ajuda cúmplice que lhe prestaram. Há os pseudo-espertos, que dão refrigério ao inimigo embalando-se na ilusão louca de que é mais viável derrotá-lo roendo-o pelas beiradas do que acertando-lhe um golpe mortal no coração. Há por fim os que realmente não estão entendendo nada e, com o tradicional automatismo simiesco da fala brasileira, saem apenas repetindo o que ouvem, na esperança de fazer bonito.

Peço encarecidamente a todos os inflamados acusadores anticorruptos das

últimas semanas – políticos, donos de meios de comunicação, empresários, jornalistas, intelectuais, magistrados, militares – que examinem cuidadosamente suas respectivas consciências, se é que alguma lhes resta, para saber em qual desses subgrupos se encaixam. Pois, excetuando aqueles poucos brasileiros de valor que subscreveram em tempo as denúncias contra o Foro de São Paulo, todos os demais fatalmente se encaixam em algum.

Seria absurdo imputar tão somente a Lula e ao Foro de São Paulo a culpa do apodrecimento moral brasileiro, esquecendo a contribuição que receberam desses moralistas de ocasião, tão afoitos em denunciar as partes quanto solícitos em ocultar o todo. Nada poderia ter fomentado mais o auto-engano nacional do que essa prodigiosa rede de cumplicidades e omissões nascidas de motivos diversos mas convergentes na direção do mesmo

resultado: criar uma falsa impressão de investigações transparentes, uma fachada de normalidade e legalidade no instante mesmo em que, roída invisivelmente por dentro, a ordem inteira se esboroa.

A destruição da ordem e sua substituição por “um novo padrão de relação entre o Estado e a sociedade”, decidido em reuniões secretas com estrangeiros, tal foi o objetivo confesso do sr. Lula. Esse objetivo, disse ele em outra passagem do mesmo discurso, deveria ser alcançado e consolidado “de tal forma que isso possa ser duradouro, independente de quem seja o governo do país”.

O que se depreende da atitude daqueles seus críticos e acusadores é que, nesse objetivo geral, o sr. Lula já saiu vitorioso, independentemente do sucesso ou fracasso que venha a obter no restante do seu mandato. A nova ordem cujo nome é proibido declarar já está implantada, e sua

autoridade é tanta que nem mesmo os inimigos mais ferozes do presidente ousam contestá-la. Todos, de um modo ou de outro, já se conformaram ao menos implicitamente em colocar o Foro de São Paulo acima da Constituição, das leis e das instituições brasileiras. Se reclamam de roubalheiras, de desvios de verbas, de mensalões e propinas, é precisamente para não ter de reclamar da transferência da soberania nacional para a assembléia continental dos "companheiros", como Hugo Chávez, Fidel Castro, os narcoguerrilheiros colombianos e os seqüestradores chilenos. É como a mulher estuprada protestar contra o estrago no seu penteado, esquecendo-se de dizer alguma coisinha, mesmo delicadamente, contra o estupro enquanto tal.

Talvez os feitos do sr. Lula e do seu maldito Foro não tenham trazido ao Brasil um dano tão vasto quanto essa inversão total das proporções, essa destruição completa do

juízo moral, essa corrupção integral da consciência pública. Nunca se viu um acordo tão profundo entre acusado e acusadores para permitir que o crime, denunciado com tanto alarde nos detalhes, fosse tão bem sucedido nos objetivos de conjunto “sem que parecesse e sem que as pessoas entendessem”.

Não é elogio nem auto-elogio

Em 22 de fevereiro de 2003 escrevi no *Globo*:

> A direita fisiológica imaginou que, bajulando o dominador, ganharia tempo para recompor-se e derrotá-lo um dia. Ledo engano. Se fora do governo a esquerda já logrou reduzir os Magalhães e os Malufs ao mais humilhante servilismo, no governo não descansará enquanto não os atirar à completa impotência e marginalidade. Não dou dois anos para que cada um deles, culpado ou inocente, esteja na cadeia, no exílio ou no mais profundo esquecimento.

Magalhães foi para o museu faz mais de um ano. Maluf está na cadeia.

Em 11 de março de 2004 escrevi no *Jornal da Tarde*:

> O partido governante não tem a menor intenção de curvar-se às exigências morais e legais das quais se serviu durante uma década para destruir reputações, afastar obstáculos, chantagear a opinião pública e conquistar a hegemonia. Denúncias e acusações não têm a mínima condição de obrigá-lo a isso, porque não há força organizada para transformá-las em armas políticas.

O STF vetou os processos de cassação de mandatos contra José Dirceu e os demais acusados petistas (até agora o único punido foi, não por coincidência, o denunciante dos crimes).

Há mais de uma década, todas as previsões que fiz sobre os rumos da política nacional se confirmaram, enquanto os mais badalados comentaristas e politólogos, da mídia e das

universidades, não acertavam uma, uma sequer.14

Como se explica um contraste tão acachapante?

Quinta-feira da semana retrasada, ao receber-me na *Atlas Foundation* de Washington para a breve alocução que ali pronunciei,15 Alejando Chafuen, presidente da entidade, economista e filósofo de fama mundial, disse que as minhas análises estavam entre as mais valiosas realizações que ele já tinha visto no campo da ciência política. Não entendo isso como elogio, mas como o simples reconhecimento de um fato. O poder de previsão fundado na análise racional dos dados é a marca mais característica e inconfundível do saber científico. Tenho despendido uma energia considerável no empenho de compreender cientificamente a sociedade e, se o resultado é algum conhecimento efetivo, não há nisso surpresa maior do que aquela que você tem

quando deixa o carro enguiçado no mecânico e no dia seguinte o carro sai funcionando. É verdade que meus trabalhos teóricos, como "Ser e Poder" e "O Método nas Ciências Humanas", que circulam como apostilas de meus cursos na PUC do Paraná, continuam inéditos em livro e não têm como ser resumidos em artigos de jornal, onde as conclusões monstruosamente compactadas da sua aplicação aos fatos do dia aparecem como se nascidas do nada. Mas já vão longe os tempos em que o editor Schmidt, pela leitura de uns relatórios de prefeito do interior de Alagoas, adivinhava um romancista oculto. Hoje a totalidade da classe falante é incapaz de suspeitar que exista alguma investigação científica por trás de uma sucessão ininterrupta de previsões certas que, de outra forma, só se explicariam por dons sobrenaturais como a sabedoria infusa de São Lulinha.

26 de setembro de 2005.

---

12 Ver “Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no ato político de celebração aos 15 anos do Foro de São Paulo”, em 02 de julho de 2005.
13 Ver “Qualquer coisa e o Sr. Summa” em http://www.olavodecarvalho.org/semana/10192002globo.htm.
14 Ver um breve mostruário em “Nada de novo” em /www.olavodecarvalho.org/semana/050625globo.htm.
15 Ver “Brazilian left: from victory to defeat to victory again” em www.olavodecarvalho.org/palestras/palestra_atlas_set2005.htm

Por trás do escândalo De Lay

Como era de se esperar, a mídia brasileira só contou metade do caso Tom De Lay. Ronnie Earle, o promotor do condado texano de Travis que acusa o líder da maioria republicana de aceitar contribuições ilegais de campanha, não é só um militante democrata, aliás bastante inescrupuloso: é um compulsivo perseguidor de inimigos políticos (dentro ou fora do seu partido) e um blefador notório. Recentemente, ele indiciou nesse mesmo processo oito grandes corporações, entre as quais a Sears e a Cracker Barrel (dona da cadeia de

restaurantes onde se come a comida caipira mais deliciosa da Virginia), afirmando poder provar “um plano dos republicanos para usar as contribuições das grandes empresas como meio de controlar a democracia representativa no Texas”. Quando as companhias protestaram, Earle mais que depressa se ofereceu para retirar as acusações... em troca de polpudas doações a ONGs amigas dele. Cumpriu a promessa. Só da Sears os apadrinhados do promotor levaram um milhão de dólares. Nos anos 80, ele indiciou num processo por suborno o procurador-geral Jim Mattox, inimigo da sua aliada Ann Richards, mas não conseguiu provar nada contra ele. Em 1994, armou um fuzuê dos diabos contra a senadora Kay Bailey Hutchison, mas, por falta de provas, foi obrigado a retirar as acusações antes de o caso ir a julgamento. Por fim, ele próprio levou uma multa por omitir-se de entregar contas de campanha.

Sem dispor dessas informações, o leitor não pode entender por que o deputado De Lay, em vez de ficar na defensiva ou de se fazer de coitadinho como bom salafrário acuado, saiu logo com quatro pedras na mão contra o promotor, chamando-o de "vigarista" e acusando-o de fraude deliberada: "É tudo fingimento, e Earle sabe disso".

Como essa reação oferece um contraste demasiado flagrante com a imagem de corrupto surpreendido com as calças na mão, que a mídia nacional quis pintar para induzir o público a um enganoso paralelismo entre o PT e o Partido Republicano (nada consola mais o brasileiro esmigalhado por um rinoceronte do que saber que algum americano foi arranhado por um gatinho), a solução editorial encontrada foi suprimir a parte mais pesada da resposta. As palavras de De Lay foram reduzidas às alegações usuais de inocência e retaliação eleitoral,

fazendo o feroz deputado parecer encolhido ante a gritaria da líder democrata na Câmara, Nancy Pelosi, que já ia acusando de corrupção o Partido Republicano inteiro. Na verdade a reação geral dos republicanos foi a do deputado texano Henry Bonilla: “É mais uma encenação de indiciamento. Vamos ver quanto tempo leva para o Earle voltar atrás”.

Mas isso não quer dizer que estejam tranqüilos: um processo juridicamente inócuo pode trazer dano político efetivo. Quando De Lay diz: “Earle sabe disso”, é porque está seguro de que o processo não vai dar em nada, do ponto de vista legal. Mas, tal como fez com a Sears, o promotor não está apostando numa condenação: quer apenas tirar proveito do mero indiciamento. A maior prova disso é que não acusou De Lay de corrupção eleitoral propriamente dita, mas de “conspiração” para esse fim. Na técnica processual americana, essa acusação é a mais fácil de produzir indiciamento, mas a mais

difícil de provar, portanto também de transformar em condenação (não há aqui quem ignore isso, portanto a impressão de "caso liquidado" que muitos jornalistas tentam transmitir é enganação consciente). A escolha dessa estratégia esquiva, boa para impressionar no começo mas de resultado final problemático, é bastante reveladora das motivações de Ronnie Earle. De todos os líderes parlamentares republicanos das últimas décadas, De Lay é o que menos deu moleza aos adversários, que por isso o apelidaram de "Martelo" (*Hammer*). Ele quase certamente vai ser inocentado no fim, mas até lá ficará afastado de suas funções de líder na Câmara, livrando os democratas, ao menos provisoriamente, do maior pesadelo parlamentar que tiveram nos últimos tempos. Ronnie Earle não está só fazendo onda, mas também não planeja seriamente condenar o adversário: quer é desligá-lo da tomada até o ano que vem, e isto ele

praticamente já conseguiu. Na luta parlamentar, a minoria democrata não tem tido outra arma à sua disposição exceto o bom e velho *filibuster*: ganhar tempo na tribuna com discursos intermináveis para obstar por decurso de prazo uma votação virtualmente perdida. Earle usou contra De Lay uma espécie de *filibuster* processual. É infalível. A única chance do acusado, agora, é o tribunal aceitar seu pedido de que o caso vá a julgamento ainda este ano – pedido estranho para um réu culpado, não é mesmo?

Mais mentiras

Outro assunto no qual a mídia brasileira continua mentindo alucinadamente é o furacão Katrina. “Ex-diretor da Fema admite erros”, proclama a *Folha Online* do dia 27. Segundo o jornal, “Michael Brown reconheceu que foi responsável por ‘erros

específicos', mas disse que as autoridades locais e estaduais da Louisiana também não coordenaram bem suas ações". O que aconteceu foi exatamente o contrário: Michael Brown não cedeu um milímetro aos seus atacantes, não concordou com crítica nenhuma, rejeitou todas com veemência e proclamou, com uma coragem rara nos burocratas americanos, que as equipes da Fema (*Federal Emergency Management Agency)* fizeram o melhor trabalho possível. Quanto às relações com as autoridades locais, colocar na boca de Brown a afirmação chocha de que o prefeito Nagin e a governadora Blanco "não coordenaram bem suas ações" é atenuar artificialmente o sentido do que ele disse. Ele declarou alto e bom som que a administração da Lousiana é "completamente disfuncional", que o prefeito e a governadora retardaram desastrosamente a convocação da Fema enquanto ficavam discutindo entre si, e que

cabe a eles *toda* a responsabilidade de quaisquer erros porventura cometidos. Aliás isso é tão óbvio que só a mendacidade crônica de muitos democratas, aliada à covardia de outros tantos republicanos, explica que ainda haja alguma discussão a respeito. Todos os erros até agora apontados pela mídia se enquadram numa destas categorias: falha na evacuação das vítimas, fracasso do policiamento, incoordenação nas comunicações. A Fema não tem nenhum poder de ação nessas áreas. Brown foi taxativo: "A Fema não evacua comunidades. A Fema não faz policiamento. A Fema não cuida de comunicações". Até agora ninguém a acusou de falhar nas suas tarefas próprias: socorro direto às populações atingidas, operações de salvamento, distribuição de alimentos, administração de cuidados médicos, localização de desaparecidos, levantamento e reparos imediatos de danos materiais. Ninguém, até agora, disse uma

palavra contra a Fema quanto a esses pontos. Só cobram dela responsabilidades que não lhe pertencem e nas quais, por lei, ela não poderia se imiscuir. Brown teve até paciência demais com seus críticos. Se tivesse começado a esbravejar no primeiro dia, talvez a onda de acusações não tivesse crescido tanto.

Na área de responsabilidade própria da Fema, as operações de socorro na Louisiana não foram só eficientes: foram um sucesso inacreditável. Basta comparar o número total de mortos – mil pessoas – com o de vítimas salvas, uma a uma (não estou contando as evacuadas), pelas equipes da Fema (49.800) e pela Guarda Nacional (mais 33 mil). Em velocidade quase impensável, a Fema entregou socorro financeiro a 637 mil famílias, distribuiu de mão em mão doze milhões de refeições quentes, recuperou 73 por cento do sistema de águas na Louisiana e 78 por cento no Mississipi. Se Roy Nagin não

tivesse deliberadamente sonegado transporte às vítimas nem insistido em abrigar os refugiados nos estádios em vez de levá-los para fora da cidade como era de sua obrigação, ou se a polícia tivesse sido capaz de conter a violência nesses cupinzeiros humanos improvisados pela loucura de um prefeito, é patente que muitas daquelas mil pessoas ainda estariam vivas. E o mais provável é que não chegasse sequer a haver enchente nenhuma se a verba enviada pelo governo federal para o conserto das barragens, meses atrás, tivesse sido usada exatamente nisso em vez de canalizada para projetos secundários e para os bolsos de administradores venais.

A afetação histriônica de bons sentimentos na gritaria contra a Fema é exatamente aquilo que no Brasil, durante uma década inteira, foi a tagarelice "ética" do PT: um coral de criminosos apressando-se em subir à tribuna dos acusadores antes que alguém

percebesse que o lugar deles era no banco dos réus.

Dia do Saci

O deputado Aldo Rebelo, cujo cargo de presidente da Câmara custou quinhentos milhões de reais em favores distribuídos pelo governo para elegê-lo, não parece ser pessoalmente um corrupto nem um conspirador maquiavélico. Durante um tempo cheguei a imaginar que fosse homem honesto. Hoje compreendo que ele não pode ser honesto nem desonesto, porque ambas essas condutas requerem um pouco de imaginação. Ele é o inverso simétrico do Super-Homem de Nietzsche: está aquém do bem e do mal. Se pertence ao partido que aplaudiu o genocídio empreendido por Mao Tsé-tung, não é porque seja malvado, nem porque consiga seriamente enxergar algum bem em tanta crueldade: é porque, reunindo

todas as forças intelectuais de que dispõe, não chega a atinar com a diferença entre o número de sessenta milhões de chineses assassinados pelo regime comunista que ele tanto admira e o das três centenas de vítimas da ditadura militar que ele tanto abomina.

Insensível às diferenças quantitativas, é natural que o deputado Rebelo o seja mais ainda às qualitativas. A distinção entre enaltecer a pátria e humilhá-la, por exemplo, lhe escapa completamente. Ele é o autor de uma lei que, sob alegações nacionalistas, proíbe a importação de palavras, lei que, se fosse aplicada, produziria velozmente a redução do vernáculo à condição de dialeto local sem comunicação com o mundo. Vá ser patriota assim lá na Bruzundanga.

Com idêntico espírito verde-amarelista propôs ele a instituição do Dia do Saci, para oferecer uma alternativa local ao Halloween, o Dia das Bruxas, que no seu entender foi introduzido no Brasil como parte de um

plano perverso de dominação cultural. Quando conto isso aos americanos, eles nem riem. Engolem em seco e, mediante esforços prodigiosos de autocontrole muscular, imitam o melhor que podem uma expressão de respeitosa seriedade. Fazem isso para não me humilhar, mas só conseguem é me humilhar mais ainda. Eu preferiria que rissem logo da minha cara. Antes ser alvo de gozação que de piedade.

O Congresso deveria instituir logo o Dia da Mula-Sem-Cabeça. Só não faz isso para não parecer badalação do presidente da República. Mas, após o Dia do Boto, o Dia do Curupira, o Dia da Mãe d´Água e os dias de várias outras criaturas inconcebíveis, virá quase que infalivelmente o Dia do Aldo Rebelo, ou Dia da Curtura.

Um país precisa estar na última lona, na mais desesperadora miséria espiritual, para apelar a uma brincadeira de crianças como símbolo representativo da sua cultura,

principalmente porque brincadeiras de crianças são, por definição, arremedos infantis de símbolos representativos. Nenhum menino brincaria de caubói, de confederado, de fuzileiro ou de paraquedista se não tivesse havido uma epopéia da ocupação do Oeste, uma Guerra Civil e duas Guerras Mundiais e se esses capítulos grandiosos e sangrentos da História não tivessem se cristalizado em símbolos tradicionais que a imaginação infantil só pode imitar de maneira muito diminuída e caricatural.

No caso do Dia das Bruxas, a distância entre o símbolo originário e a brincadeira é maior ainda, na medida em que esta não alude nem remotamente a valores tradicionais, mas, ao contrário, resulta da diluição progressiva com que a cultura se livrou de um contravalor que ela desprezava. O Dia das Bruxas veio para a América de contrabando, trazido por feiticeiras

espalhadas entre os imigrantes irlandeses, e não era sequer representativo dessa nacionalidade minoritária, acentuadamente católica: era o vício sintomático de uma minoria dentro da minoria. Tão deslocado estava no novo meio social, que logo perdeu a virulência da intenção originária, tornando-se brincadeira de crianças. Era uma celebração satanista, virou folclore infantil. Só é um símbolo cultural americano no sentido em que uma marca de vacina é um monumento à varíola, ou no sentido em que a "Farra do Boi", pela analogia externa com a malhação do Judas, é um ritual cristão. É nesse mesmíssimo sentido que o deputado Rebelo é um patriota. Acreditando enaltecer a cultura nacional, ele a avilta e a espezinha pela escala diminutiva em que a concebe, proporcional à visão mesquinhamente pueril que tem da cultura vizinha. Direi então que o deputado Rebelo é uma diluição, uma caricatura de patriota?

Não. Diluição, caricatura, era Policarpo Quaresma, o homem cheio de boas intenções imaginárias, traduzidas no mundo real como propostas nacionalistas irrealizáveis, inúteis e sem sentido. Mas Policarpo tinha ainda algum fundamento na realidade, na medida em que seu conhecimento de história do Brasil e das línguas indígenas era genuíno. O deputado Rebelo não tem nem isso. Ele só é um patriota no sentido duplamente indireto em que a caricatura de uma caricatura, a imitação da imitação, o postiço do postiço, a diluição da diluição, pode ter ainda alguma ligação com o objeto originário. Mas por isso mesmo ele é representativo daquilo que, no Brasil de hoje, se chama de cultura nacional – o culto de bonecos de papelão improvisados ao sabor de um oportunismo publicitário sufocante. A imagem completa de um país espiritualmente morto.

3 de outubro de 2005.

A MISÉRIA NO MUNDO

AMIGOS QUE MUITO respeito pedem-me às vezes que escreva algo sobre pobreza, desigualdade social ou coisa assim. Sendo esse o assunto mais mexido e remexido em campanhas eleitorais, discursos parlamentares, teses universitárias, editoriais sapientíssimos, debates de botequim e congressos internacionais de especialistas em tudo, sinto-me naturalmente inibido de entrar numa conversa na qual praticamente todos os membros da espécie humana, por direito de nascimento, se sentem convidados a opinar e

na qual, pela insuperável limitação de tempo decorrente da afluência universal ao microfone, cada um só pode desfrutar do seu direito de falar quando exerce com ainda mais tenacidade o direito de não ouvir.

Por isso mesmo tenho acreditado que a minha maior contribuição ao melhoramento da condição social dos desfavorecidos seria uma espartana abstinência de opiniões. Isso não quer dizer que não pensasse no assunto. Pensava nele, sim, mas sem nenhuma esperança de chegar a diagnósticos gerais ou propor terapêuticas. Movido por aquela prudência quase obsessiva que nasce da ignorância consciente, julguei que antes de me alçar a tão altos vôos seria recomendável coletar um certo número de observações básicas fáceis de confirmar, mas suficientemente amplas, na generalidade do seu alcance, para ter alguma utilidade em futuras especulações mais ambiciosas. Em compensação da penúria de opiniões e

propostas, não me esquivo de maneira alguma a fornecer aos interessados uma lista dessas constatações:

1. Até onde alcança a visão do historiador, a pobreza e a desigualdade são as condições mais gerais e permanentes do ser humano na Terra. Não são de maneira alguma anomalias observadas, aqui e ali, sobre um fundo universal de prosperidade e igualdade. Também não são mutações sobrevindas após uma etapa historicamente registrada de riqueza geral e justa distribuição. O comunismo primitivo é uma conjeturação mítica exatamente como a Idade de Ouro de Hesíodo.

2. Em nenhuma etapa histórica anterior ao século XVIII europeu observa-se um estado de espírito marcado pela revolta geral, radical e crescente contra a desigualdade social em qualquer das suas formas. Essa revolta, partindo da França, veio junto com a crença na possibilidade de uma sociedade

inteiramente planejada por uma elite de revolucionários iluminados.

3. A idéia da sociedade planejada sofreu muitas modificações desde então, mas toda tentativa de realizá-la produziu níveis de miséria e desigualdade social nunca imaginados pelas gerações anteriores. O mais radical desses experimentos, o "Grande Salto para a Frente" da China revolucionária, matou de fome trinta milhões de pessoas em uma década – por certo o mais notável desastre econômico de todos os tempos, só comparável a devastações produzidas por catástrofes naturais. Na Rússia soviética, após sete décadas de comunismo, o cidadão médio consumia menos proteínas do que um súdito do tzar, e tinha menos meios de adquirir um automóvel do que um negro da África do Sul sob *apartheid*.

4. Só povos que se atiraram de cabeça na aventura capitalista conseguiram elevar significativamente o padrão de vida de suas

populações, mas em muitos países a prosperidade veio junto com um crescimento ainda maior do aparato burocrático-estatal, resultando naquela mistura de capitalismo e socialismo que leva o nome genérico de "fascismo", um regime que deságua quase que naturalmente na autodestruição por meio da guerra.

5. Embora desde o século XVIII as esperanças de uma vida melhor para os pobres viessem associadas à expectativa de uma ampliação geral dos direitos civis e políticos, em muitos países esses dois objetivos entraram em conflito, ora sacrificando-se a liberdade em nome da igualdade, ora esta em nome daquela.

6. Somente um país conseguiu manter-se numa linha de desenvolvimento econômico constante e progressiva eliminação da pobreza sem sacrifício considerável das liberdades individuais: os Estados Unidos da América. Coincidência ou não, esse foi o país

em que a doutrina da sociedade planejada foi recebida com maior frieza e hostilidade, só alcançando alguma aceitação nos períodos de atividade militar intensa (presidências de Woodrow Wilson, Franklin D. Roosevelt e Lyndon B. Johnson).

7. Desde a época de Johnson, no entanto, a tendência ao controle estatal crescente e à restrição das liberdades nos EUA tem aumentado perigosamente nas últimas décadas, com ou sem atividade guerreira concomitante. Essa tendência vem associada a projetos de uma Nova Ordem global, fortemente apoiada por uma elite de metacapitalistas,16 que, para realizar sua ambição de uma sociedade planejada global, já se mostraram dispostos a sacrificar parcelas importantes da própria soberania nacional americana.17

8. Hoje em dia, a promessa de eliminação radical da miséria e da desigualdade social no mundo, repetida ao ponto de disseminar

por toda parte uma explosiva impaciência com a continuidade desses males, é alardeada principalmente pelos centros de difusão do projeto globalista, cujo porta-voz mais notório é a ONU. Dessa mesma origem provêm inúmeros outros projetos associados, como o da uniformização mundial dos padrões educacionais, o de um controle ecológico global e o de uma fusão administrativa de todas as religiões numa espécie de gerência espiritual do planeta. Não pretendo opinar sobre os planos econômicos da ONU e demais entidades associadas, que não estudei a fundo, mas tenho a certeza de que não estão desligados dos projetos nas áreas de educação, ecologia e religião, já que, se me permitem, o globalismo é global, isto é, holístico, uma visão unificada construída ao longo de meio século e não uma colcha de retalhos improvisada. Tal como no século XVIII, a utopia do progresso igualitário vem hoje no

bojo de um projeto civilizacional integral, a ser realizado por meio do planejamento centralizado. A diferença é que os *philosophers* se tornaram burocratas, têm poder decisório, recursos financeiros ilimitados e escala de ação global.

9. Um breve exame do *Index of Economic Freedom*, aqui citado na semana retrasada, basta para mostrar que os níveis máximos de miséria e desigualdade social coincidem com os locais de maior interferência estatal e economia planejada. O argumento em favor da economia planejada global é que os planejamentos falharam porque adotados em escala nacional, defrontando-se ao mesmo tempo com dificuldades que transcendiam as fronteiras das nações. Basta portanto universalizá-los e tudo correrá às mil maravilhas.

10. O programa globalista não é a mesma coisa que a expansão mundial do capitalismo, um processo historicamente

espontâneo no qual ele toma carona parasitária, tal como aconteceu em escala nacional em vários países, onde o crescimento do capitalismo teve como efeito colateral a ascensão dos metacapitalistas e a proliferação dos seus aliados naturais, os burocratas e os intelectuais ativistas. Nesse sentido, a profecia de Karl Marx de que o capitalismo geraria os seus próprios coveiros se revelou acertada, com a ressalva de que esse papel não coube nem poderia caber aos proletários, mas à parcela mais ambiciosa politicamente da própria classe capitalista e aos "intelectuais" (no sentido gramsciano e ampliado do termo). Esta ressalva, por sua vez, foi diagnosticada e expressa em tempo hábil pelos socialistas fabianos – especialmente Bernard Shaw –, não sendo, pois, de espantar que o fabianismo tenha se tornado, formal ou informalmente, a ideologia dominante das elites burocráticas globalistas. A tensão aparentemente

insolúvel entre expansão do capitalismo e centralização burocrática mundial lateja no fundo do conflito, acima mencionado, entre os EUA e os organismos globais.

11. Exatamente como as propostas globalistas em educação, ecologia e cultura religiosa – cujas fontes analisarei em outro artigo –, a promessa de eliminação mundial da pobreza é uma parte integrante de um discurso ideológico globalista, e a ela não corresponde nenhum mecanismo prático de realização exceto aqueles já desencadeados espontaneamente – e anteriormente – pela expansão planetária do capitalismo, à qual o globalismo só vem a acrescentar, em última análise, um elemento parasitário: os custos crescentes de uma burocracia planetária cada vez mais intrometida, paralisante e contraproducente.

12. A luta contra a pobreza e a desigualdade social encontra-se hoje no seu ponto de máxima tensão. De um lado, a

revolta radical contra esses males milenares se incorporou de tal modo à mentalidade coletiva, que por toda parte se espalhou a expectativa insana de soluções globais a prazo relativamente curto. De outro lado, essa mesma expectativa alimenta o crescimento da burocracia planetária que suga e desvia para seus próprios objetivos políticos os frutos da expansão mundial do capitalismo, retardando a distribuição dos seus benefícios a bilhões de seres humanos necessitados.

13. O Brasil, nesse panorama, é uma folha levada na tempestade, incapaz não só de controlar o seu destino mas até mesmo de compreendê-lo, graças à inépcia geral dos "intelectuais" nacionais, que estão entre os mais despreparados, levianos e pretensiosos do mundo.

Assim descrito o quadro, na medida das minhas possibilidades, e ressalvada qualquer imprecisão devida à pressa da redação

jornalística, permito-me agora emitir uma opinião. Como qualquer outro ser humano, eu desejaria uma vida melhor para todos, mas, ao contrário da maioria deles, não acredito que se deva esperar algum progresso substancial na busca desse objetivo ao longo das próximas décadas, apesar de todas as conquistas da técnica agrícola e industrial. A tensão entre capitalismo e globalismo não resultará necessariamente em tragédia global, mas é quase impossível que ela não desemboque mais cedo ou mais tarde em agressões militares de conseqüências incalculáveis. O capitalismo é uma força de expansão, o globalismo uma força de contração. Equivalem, no simbolismo alquímico, ao mercúrio e ao enxofre. A produção da resultante – alquimicamente, o sal – é um processo infinitamente delicado, sutil e complexo, mais sujeito ao acaso e à providência divina do que ao arbítrio

humano. A atenção devota, a paciência, a prudência e a busca constante da compreensão do processo são aí incomparavelmente mais úteis e necessárias do que os programas e as palavras-de-ordem. Mais úteis ainda para aqueles países que, sem ter voz ativa no processo, não podem contar senão com a esperança de uma adaptação vantajosa às circunstâncias de cada momento. Infelizmente, é precisamente nesses países que prolifera de maneira mais incontrolável a raça dos "intelectuais" amantes de *slogans* e palavras-de-ordem.

***

Tal como expliquei aqui semanas atrás, o presidente George W. Bush, embriagado por altos planos para o Oriente Médio, levou até o limite da imprudência a aposta no unanimismo bipartidário. Suas concessões

ao partido adversário, que começaram com uma política fiscal inversa à prometida em campanha e culminaram na nomeação de uma contribuinte de Al Gore para a Suprema Corte, passando por uma tolerância quase suicida para com os imigrantes ilegais, receberam finalmente um "basta" da base conservadora. Isso já era esperado aqui desde muito tempo. Só é novidade para a mídia brasileira, que, após ter pintado Bush com as cores do conservadorismo radical, não podia mesmo enxergá-lo com suas dimensões reais de conciliador compulsivo. Vista daqui, a mídia brasileira é uma infindável comédia de erros.

10 de outubro de 2005.

---

16 A explicação do termo encontra-se em "História de quinze séculos", em www.olavodecarvalho.org /semana/ 040617jt.htm.

17 O conflito mortal entre globalismo e interesse nacional americano, *o fato capital da nossa época*, é totalmente desconhecido do público brasileiro, graças à ignorância

maciça – não raro voluntária – da classe jornalística e daquela raça de macacos, mistos de papagaios, com cérebros de jumento e almas de víbora, que a si próprios se denominam “intelectuais”. Há muitos livros a respeito, mas a fonte mais acessível é o site de Henry Lamb, www.sovereignty.net, que abrirá para o leitor uma infinidade de outras fontes.

AIDS, BRASIL E UGANDA

O BRASIL, COMO a propaganda governamental não cessa de alardear, conseguiu reduzir pela metade o número de mortes de aidéticos no país. Esse resultado foi obtido por meio da doação maciça de remédios pirateados, que custam aos cofres públicos 300 milhões de dólares por ano. O número de aidéticos em tratamento e portanto a verba para sustentar o programa tendem a aumentar indefinidamente, porque, como qualquer pessoa com QI superior a 12 poderia prever, a distribuição sem fim de camisinhas estatais e a

glamurização da homossexualidade por meio de anúncios tocantes não reduziram em nada o número de infectados. O Brasil tinha 60 por cento dos casos de Aids da América Latina, e continua tendo. Para completar, o modelo brasileiro não pode ser exportado, porque seu custo ultrapassa tudo o que as nações da África, as mais vitimadas pela doença, jamais ousariam sonhar.

Por ironia, uma dessas nações, a pobrezinha Uganda, conseguiu, com despesa incomparavelmente menor, reduzir a quota de infectados de dezoito para cinco por cento da população. Uma vitória espetacular. Nenhum outro país do mundo alcançou resultados tão efetivos.

Dito isso, dou agora um teste para o leitor avaliar se sabe em que mundo está vivendo: dos dois programas de combate à Aids, qual é aplaudido pela ONU e pela mídia internacional como um sucesso e um modelo digno de ser copiado? Respondeu “o

ugandense”? Errou. É o brasileiro. O ugandense, ao contrário, é condenado como um perigo para a população e uma ofensa intolerável aos direitos humanos. O enviado especial da ONU para assuntos de AIDS no continente africano, Stephen Lewis, tem dado entrevistas para denunciar o abuso, e a ONG *Human Rights Watch* acaba de publicar um relatório de 81 páginas contra o maldoso presidente de Uganda, Yoweri Museveni, responsável pela coisa toda.

Mas, afinal, qual a diferença entre o modo brasileiro e o ugandense de combater a Aids? Uganda não distribui remédios? Distribui. Não recomenda o uso de camisinhas? Recomenda. Não as distribui à população? Distribui. A diferença é que acrescenta a esses fatores uma campanha pela abstinência sexual antes do casamento e pela fidelidade conjugal depois. Tal é o motivo da sua eficácia, mas também o da profunda indignação da ONU. Essa nobre instituição

(que recentemente tirou os EUA e colocou o Sudão na sua Comissão de Direitos Humanos depois de comprovado que a ditadura sudanesa só matou quatrocentos mil dissidentes e não dois milhões como diziam as más línguas) ficou ainda mais chocada porque, embora o governo de Uganda distribua mais camisinhas à sua população do que qualquer outro governo africano, o presidente Museveni e sua esposa Janet chegaram a sugerir repetidamente – em público!, vejam vocês, em público! – que esses artefatos só deveriam ser usados como segunda opção, se falhasse a abstinência dos solteiros e a fidelidade dos casados. Segundo o sr. Lewis, essa insinuação maligna, além de disseminar um preconceito fascista contra o adultério e o sexo pré-conjugal, ainda arrisca desestimular o uso das camisinhas, disseminando a prática do sexo inseguro e matando virtualmente de Aids milhões de ugandenses. Um verdadeiro genocídio. Se o

leitor tem alguma dificuldade de entender o raciocínio do digno porta-voz da ONU, pode recorrer à técnica da análise lógica das conclusões para desenterrar a premissa implícita que o fundamenta. Essa premissa é, com toda a evidência, a de que os ugandenses, uma vez persuadidos a tentar a abstinência antes da camisinha, podem eventualmente sentir-se incentivados a continuar prescindindo da camisinha quando desistirem da abstinência. A verdadeira preocupação do sr. Lewis, portanto, deriva do seu temor humanitário de que o quociente de inteligência do povo ugandense seja igual ao dele. A ONU, nesses momentos, chega a ser comovente.

É verdade que, na luta contra a Aids, Uganda é a única nação vencedora (o tão louvado Brasil mal se equilibra num deficitário empate técnico). É verdade também que, em todo o restante do continente africano, onde ninguém prega

abstinência nenhuma e todas as campanhas contra a Aids mantêm estrita fidelidade ao dogma da salvação pelas camisinhas tal como formulado *ex cathedra* pela ONU, as taxas de infecção pelo HIV continuam inalteradas ou crescentes, chegando, em alguns lugares, a trinta por cento da população. O sr. Lewis, por isso, fala com conhecimento de causa. Nada como o fracasso completo para dar a um sujeito (ou a uma instituição) a autoridade de criticar o sucesso alheio. Além disso, ponham a mão na consciência: vocês acham mesmo que alguns milhões de vidas ugandenses salvas valem o sacrifício de não sei quantos minutos de prazer cruelmente negados aos adúlteros e aos homossexuais? É, como se diz, uma questão de princípio: antes sucumbir à Aids do que abdicar do direito ao gozo ilimitado. Eis a alternativa moral que a ONU oferece à humanidade: ou ser salva pela camisinha, ou morrer com dignidade.

Ceder à proposta indecente de Yoweri e Janet Museveni, jamais. O jornal inglês *Guardian* adverte aliás que a proposta tem uma origem das mais suspeitas. Yoweri e Janet Museveni, por inverossímil que isto pareça numa época esclarecida como a nossa, são... cristãos. Parece até mesmo que eles encontraram a idéia na Bíblia.

Esses povos atrasados são mesmo uns jumentos. Nós, brasileiros, um povo iluminado, jamais cairíamos numa esparrela dessas. Nosso negócio é ciência. Já em 2003, pouco antes de passar o cargo a Lula, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, que tem entre seus inumeráveis méritos não só a criação do programa de trezentos milhões de dólares mas também a virtude de saber fazer-se de gostosão com muito mais naturalidade do que seu antecessor e xará Fernando Collor, nos ensinou com notável antecedência que essas campanhas de castidade juvenil e fidelidade conjugal não

estão com nada. Falando numa conferência em Paris – ele fica tão bem em Paris, vocês não acham? –, ele disse que essas campanhas "só servem para confundir as pessoas". Como exemplo dessa confusão, ele citou o caso das esposas brasileiras, fielmente monogâmicas, que vão para a cama com seus maridos e contraem Aids. "Elas não usaram camisinhas, porque tinham um parceiro só, e pegaram a doença". O próprio sr. Lewis não alcançaria a profundidade desse argumento, segundo o qual a fonte do perigo não está nos maridos que traem, mas nas esposas traídas; não está no contaminador, mas na contaminada. O pensamento do grande intelectual uspiano chega, aí, às raias do sublime. Com poucas e fulminantes palavras o autor de *Dependência e Desenvolvimento na América Latina* – o único livro que se tornou clássico por meio do esquecimento geral – reduz a pó a tese de seu amigo Alain

Peyrefitte, de que as sociedades progridem na medida em que nelas imperam os laços de lealdade e confiança. Sociedade normal, sociedade progressista, na doutrina FHC, é aquela na qual a deslealdade está tão generalizada que mesmo as esposas não podem confiar nos maridos. Quando a lealdade falha, como é justo e normal, não se deve portanto fazer uma campanha para restaurá-la, mas, ao contrário, oficializar a deslealdade tornando a camisinha, em vez da fidelidade, uma obrigação moral dos cônjuges. Da minha parte, acreditando piamente que o nosso ex-presidente não seria hipócrita ao ponto de desejar uma moral para as famílias brasileiras em geral e outra para a dele próprio, admito que Dona Rute não deve mesmo, em hipótese alguma, permitir que seu marido venha com coisa para cima dela sem uma camisinha. Talvez até duas. Se ele já veio para cima de nós

todos sem nenhuma, é tarde para pensar nisso. *Relax and enjoy*.

Para quem absorveu os ensinamentos de Stephen Lewis e Fernando Henrique, a inconveniência absoluta de sugerir fidelidade e abstinência salta aos olhos. É de uma clareza lógica formidável, não é mesmo? Só aquela besta do Museveni é que não entende. Ele e a mulher dele. Também, que se pode esperar de uma idiota que acredita no marido? Além de preta, a cretina é cristã. Só falta agora quererem que a gente leve a sério Nossa Senhora Aparecida e a Condoleezza Rice.

Já o relatório da *Human Rights Watch* enfatiza outro aspecto ainda mais repugnante da campanha ugandense: ela é feita – oh, horror! – com verbas doadas pelo governo americano. É verdade que, no planeta inteiro, os EUA contribuem mais para o combate à Aids do que todos os demais países somados. É verdade, portanto,

que a maioria das campanhas anti-Aids em todo o mundo são feitas com dinheiro americano. Até as verbas distribuídas pela própria ONU para esse fim vêm quase todas da mesmíssima fonte. Mas ninguém precisa se rebaixar ao ponto de aceitar, junto com os dólares de Washington, a sugestão maldosa daquele outro casal de carolas, George W. e Laura Bush, de que camisinhas às vezes furam e de que em vez de apostar exclusivamente nelas a vida e a morte, talvez valesse a pena controlar um pouco o desejo sexual.

Uganda, cedendo a essas insinuações, refocilou na lama. Países altivos, briosos, dotados de amor próprio, pegam a grana e mandam George W. Bush enfiar sua religião naquele lugar – com camisinha, é claro. Ou então fazem logo como o Brasil, que rejeita o dinheiro. Se vocês não se lembram, a USAID, pouco tempo atrás, ofereceu 48 milhões de dólares para ajudar o nosso país a comprar

remédios para os aidéticos, mas impôs uma condição: que do texto do convênio não constassem palavras que parecessem legitimar a prática da prostituição. O governo petista, que tem dignidade para dar e vender – sobretudo para vender –, não se curvou à imposição degradante. Ser contra a prostituição? Jamais. A reverência ante as marafonas é, entre os políticos brasileiros, arraigada como o amor filial, chegando, em muitos deles, a confundir-se com esse sentimento. Em outros é, como a camisinha do sr. Lewis, uma questão de princípio. Quarenta e oito milhões de dólares é um bocado de remédio para aidético, mas para que fazer uma concessão aviltante à moral burguesa – sobretudo americana, éeeeca! –, quando se pode facilmente subsidiar a honra dos puteiros pátrios com equivalente quantia em moeda nacional extraída aos contribuintes? Vocês todos, leitores e não leitores, pagaram 48 milhões de dólares para

o governo nacional não melindrar as – como direi? – prestadoras de serviços eróticos. Tudo pelo direito zumano, né mermo?

Prenúncio macabro

Em plena legalidade democrática, um ano depois de assinada a Constituição de 1988, o dr. Luiz Eduardo Greenhalgh pregava a revolução pelas armas, o desmanche do Exército, da Marinha e da Aeronáutica e a revisão da Lei de Anistia para transformá-la num instrumento de vingança jurídica contra todos os que cometeram o crime eternamente imprescritível de opor-se ao terrorismo comunista no Brasil.

Alertado pela coluna do Cláudio Humberto, fui conferir no livro *A Face Oculta da Estrela*, de Adolpho João de Paula Couto – leitura indispensável para quem ainda acredite que a corrupção petista começou em 2003 –, e de fato estava tudo lá.

O programa do homenzinho, simples e brutal, abrangia:

– Remanejamento das Forças Armadas, transferindo para o Norte os oficiais que serviam no Sul e vice-versa, para afastá-los das frações por eles comandadas, prevenindo possíveis ações armadas contra os planos revolucionários do futuro governo de esquerda.

– Reformar metade dos oficiais da ativa (ele já tinha a lista dos selecionados).

– Extinguir todos os órgãos de Inteligência e abrir seus arquivos para exame de uma "Comissão Popular".

– Revisão da Lei de Anistia e processo em cima de todos os ex-colaboradores da repressão ao terrorismo.

Para maior claridade do esquema, Greenhalgh concluía: "Só através da luta armada é que conseguiremos garantir a realização do plano".

Tudo isso, repito, em plena democracia restaurada, em plena legalidade. Mais ostensiva apologia do crime, mais descarado apelo à destruição das Forças Armadas e à derrubada violenta das instituições nunca se viu neste país ou em qualquer outro.

Esse é o indivíduo que o sr. presidente da República quer colocar de ministro do Superior Tribunal Militar. Se isso acontecer, o oficial ou soldado que aceite bater continência a esse sujeito, não digo só que será indigno da própria farda: será indigno de usar calças, se não também cuecas. Fraldão geriátrico, na mais nobre das hipóteses.

Vai acontecer? Não sei. Deveria haver um limite para a capacidade que um ser humano tem de degradar-se sorrindo, de acomodar-se a situações aviltantes com íntima deleitação e até com uma dose de orgulho. Talvez esse limite exista, mas no Brasil de hoje a sensibilidade para percebê-lo

e recuar ante o abismo parece ter sido completamente desativada. Para não dar o braço a torcer, para não admitir que está preso numa arapuca comunista de dimensões continentais, cada um vai muito abaixo da fronteira do admissível e se supera, dia a dia, na produção de novos e novos subterfúgios anestésicos.

Podem procurar um precedente histórico. Não encontrarão. Em país nenhum, em época nenhuma a pusilanimidade intelectual se alastrou dessa maneira, ao ponto de constituir-se em princípio básico da vida em comum e atestado obrigatório de saúde mental.

Mas não há imprudência maior do que apostar a vida na possibilidade de fugir indefinidamente da verdade, no poder inesgotável dos derivativos levianos com que, escapando ao confronto com a própria degradação, um ser humano se degrada mais ainda. Pascal chamava essa aposta de

divertissement. O divertimento pascaliano é o contrário da "alta seriedade" que para Matthew Arnold era a única justificação das criações culturais e, no fim das contas, de todo o convívio social. A mais alta seriedade é o confronto com a realidade da morte, quando cessará todo divertimento. É o instante final do *Don Juan* de Mozart, quando a festa é interrompida pelo "convidado de pedra", simbolizando a fixação do destino na forma imutável da morte. A cultura brasileira já foi diagnosticada por vários estudiosos de primeira ordem, como Mário Vieira de Melo e José Osvaldo de Meira Pena, como uma cultura esteticista e lúdica. O que no Brasil da última década levou o nome de "ética" não foi senão um subterfúgio, um "divertissement" com que a esquerda dominante adornou, em sonhos evasionistas, a imagem da sua própria podridão. Todos os que têm alguma influência a ajudaram nisso:

intelectuais, políticos, empresários, banqueiros, jornalistas, militares. Todos continuam se evadindo, brincando com o destino, levando o divertimento às últimas conseqüências. Mas a última das últimas conseqüências será a chegada do "convidado de pedra". A leviandade obstinada e quase devota das classes falantes brasileiras é a autocondenação de toda uma cultura, de toda uma sociedade: é o prenúncio de um final macabro.

Correu de medo

Informado de que os refugiados políticos na Espanha vão pedir a sua prisão pelo fuzilamento de quinze mil cubanos e por mais outros tantos delitos que, segundo o *Livro Negro da Revolução Cubana*, elevam para cem mil o total de vítimas da sua revolução, Fidel Castro pulou fora: anunciou

que não vai à Cúpula Ibero-Americana em Salamanca.

Claro: *loco sí, pero no tonto*. Perto de Fidel, o general Pinochet é a inocência em pessoa. Mas as personalidades são incomparáveis. Pinochet foi cruel e implacável até o limite da insanidade, mas conservou o senso da retidão, a coragem moral que o fez expor-se ao julgamento popular e submeter-se ao veredito. Fidel Castro jamais teve fibra para isso. Muito menos teria para suportar um rosário de humilhações semelhante ao que Pinochet, velho, fraco e doente, enfrentou nos últimos anos. Fidel não é homem corajoso em sentido próprio, porque a coragem está essencialmente ligada à honra e à dignidade, que ele jamais teve. Ele é apenas um homem violento, um bandido vulgar com um talento invulgar para o histrionismo e a mentira, um sociopata verboso que começou sua carreira oferecendo-se para cometer assassinato

político em troca de um cargo e subiu na vida ludibriando seu povo e o mundo. Se querem conhecê-lo, leiam as memórias de sua filha Alina, complementando-as com *Viaje al Corazón de Cuba*, de Carlos Alberto Montaner e *La Mafia de La Habana*, de Luis Grave de Peralta Morell.

17 de outubro de 2005.

A ORIGEM DAS OPINIÕES DOMINANTES

O IDIOTA PRESUNÇOSO, isto é, o tipo mais representativo de qualquer profissão hoje em dia, incluindo as letras, o ensino e o jornalismo, forma opinião de maneira imediata e espontânea, com base numa quantidade ínfima ou nula de conhecimentos, e se apega a seu julgamento com a tenacidade de quem defende um tesouro maior que a vida. A rigor, não tem propriamente opiniões. Tem apenas impressões difusas que não podendo, é claro, encontrar expressão adequada, se

acomodam mecanicamente a qualquer fórmula de sentido análogo, colhida do ambiente, e então lhe parecem opiniões pessoais, como se a conquista de uma autêntica opinião pessoal prescindisse de esforço.

O trajeto mental mesmo que o levou às suas preferências inabaláveis lhe escapa totalmente, por ter sido percorrido à margem da atenção consciente. Literalmente, ele não sabe por que nem como veio a pensar como pensa. Quando lhe perguntamos a via pela qual chegou a tais ou quais conclusões, ele nunca responde com uma introspecção rememorativa, como tentaria fazê-lo o intelectual sério. Improvisa duas ou três justificativas e as incorpora retroativamente à sua auto-imagem, acreditando que sempre pensou assim. Confundindo o presente com o passado, sua autobiografia mental é fictícia, por isto está sempre pronta para ser alterada e justificar

qualquer coisa. Quando as justificações se tornam rotineiras e coincidem mais ou menos com coisas ouvidas ou lidas, produzem um sentimento de coerência e solidez.

Não espanta que, diante de uma opinião que lhe desagrade, ele creia instantaneamente que ela se formou como as suas: da preferência emocional para o julgamento dos fatos, nunca ao contrário. E quando lhe mostramos algo dos dados e comparações que fomos trabalhosamente juntando para pensar como pensamos, ele imagina que estamos apenas inventando pretextos a esmo, na hora, para vencê-lo e humilhá-lo, para lhe impor nossas escolhas subjetivas, nossas crenças cegas, nossos "dogmas" como ele tão facilmente os rotula sem notar que inverte o sentido da palavra. Incapaz de recordar seu próprio trajeto interior, como poderia ele revivenciar imaginativamente o nosso? Quanto mais

fundamentadas as razões que apresentamos, mais ele as entende como exteriorizações de uma vontade irracional. E, evidentemente, se acontece de nossas opiniões serem minoritárias e inusitadas, e as suas respaldadas na crença comum de um grupo social, aí sua incompreensão radical dos nossos argumentos se vê fortalecida pelo sentimento de ser a voz da razão em luta contra o fanatismo cego e a loucura. Nesses momentos ele pode apelar à louvação convencional da “dúvida” e do “relativismo”, que, desligados da experiência interior correspondente, se tornam eficientes vacinas contra o convite ao auto-exame socrático. Pode também, caso se sinta acossado e inseguro, emitir a nosso respeito um diagnóstico psiquiátrico, usando algum termo técnico recém-ouvido, que embora totalmente deslocado da situação – e às vezes do sentido próprio da palavra – lhe dará uma reconfortante sensação de

normalidade e, em geral, encerrará a discussão.

É assim que funciona, hoje, o cérebro de um típico “formador de opinião” brasileiro. A diligência na busca da verdade, o auto-exame constante, a luta com a complexidade dos fatos e com a obscuridade da própria alma lhe são totalmente desconhecidos. O verdadeiro fundamento de suas opiniões é sua falta de autoconsciência. Sua utilidade social e a razão do seu sucesso residem no fato de que ele mantém em circulação o estoque de fórmulas convencionais, colocando-as à disposição de outros indivíduos intelectualmente passivos, que necessitam delas para revestir mal e mal suas próprias impressões subjetivas e adquirir com isso uma ilusão de que sabem do que estão falando. A mera assimilação imitativa do linguajar “culto” torna-se assim o substitutivo cabal da educação para o conhecimento. Pessoas assim formadas não

dizem o que percebem nem julgam o que dizem: acreditam no que conseguem dizer, pelo simples fato de que não saberiam dizer outra coisa.

O curso dos acontecimentos históricos reflete o tipo de personalidade dominante em cada época, e a expressão mais clara da personalidade dominante é o estilo da vida intelectual. O declínio abissal da moralidade pública no Brasil não é *causa sui*: foi antecedido e preparado nas escolas, nos jornais, nas editoras de livros. A atividade intelectual no Brasil se deteriorou e se prostituiu a tal ponto, que mesmo o discurso formal do jornalismo e da comunicação acadêmica – para não falar daquilo que um dia foi a literatura – já não serve de instrumento para a autoconsciência. A linguagem dos publicitários e dos cabos eleitorais tomou tudo. O alvoroço de simular bons sentimentos e demonizar o inimigo pela via mais fácil bloqueia toda

possibilidade de reflexão séria sobre as próprias palavras. O sujeito lê o que escreveu ontem e não percebe que hoje está escrevendo o contrário. A impressão do momento é tudo, o senso de continuidade autobiográfica – para não falar da consistência lógica – se dissolve numa sucessão minimalista de lampejos inconexos. Com ele, vai embora toda aspiração de responsabilidade intelectual, mesmo vaga e remota. A coesão emocional do grupo – tão inconsistente nas suas idéias quanto em qualquer dos indivíduos que o compõem – torna-se o sucedâneo vantajoso da coerência. Vantajoso porque não dá trabalho e infunde no sujeito uma impressão de solidez absoluta e inquestionável, enquanto toda coerência genuína é um equilíbrio precário gerado na luta para vencer as contradições. Agora não há mais contradições. Foram abolidas pela solidariedade grupal, onde a mudança em uníssono se torna uma espécie de

continuidade, a única possível em tais circunstâncias.

Esse estado de coisas transparece em mil e um detalhes do dia a dia. Um dos mais interessantes dos últimos tempos é a facilidade, a desenvoltura com que jornalistas, intelectuais e políticos de esquerda, até ontem alinhados firmemente com o que quer que viesse do governo petista, aparecem de repente esbravejando contra o desarmamento civil e fazendo a apologia dos "direitos individuais" como se tivessem sempre pensado assim, como se não tivessem colaborado ativamente, com devota obediência, para a construção do Golem petista e a dissolução do individual no estatismo coletivista. Luís Fernando Veríssimo, Jô Soares, Mauro Santayana e o PSTU inteiro repetindo com a maior naturalidade argumentos que parecem saídos diretamente dos boletins da National Rifle Association são exemplos na infinita

plasticidade de caráter da elite esquerdista nacional, um fenômeno que não consigo explicar para os americanos de jeito nenhum.

Pelo menos a turminha do PSTU teve a prudência de amortecer a mudança hipócrita com uma mentira compensatória: inventou que o desarmamento é um truque sujo dos americanos para facilitar a invasão do território nacional, e com um firme sentimento de coerência saiu vociferando a apologia do "Não" como quem perseverasse fielmente numa doutrina já mil vezes reiterada.

Chomsky na "Folha" e no mundo

O Brasil inteiro perdeu a vergonha na cara, mas os garotos da *Folha de S. Paulo* nunca tiveram mesmo nenhuma e por isso ficam tão bem no quadro presente. "Chomsky é declarado o maior intelectual do mundo",

proclamam os safadinhos na edição do último dia 18, em cima do despacho da *France-Presse* que dá os resultados de uma enquete promovida entre vinte mil leitores pela revista inglesa *Prospect*. Entre o título e a realidade, a distância é imensurável.

Para começar, a revista não perguntou "qual o maior intelectual do mundo" e sim "qual o intelectual público mais influente do mundo". As diferenças são duas: "intelectual" *tout court* não é a mesma coisa que "intelectual público", e "maior" não é a mesma coisa que "mais influente".

O rótulo de "intelectual" aplica-se a qualquer pessoa envolvida em trabalhos de ciência, arte, filosofia, ensino, jornalismo etc. Sua gama de significados abrange desde os gênios criadores que moldam a cosmovisão dos séculos até o exército anônimo e inumerável de retransmissores, copiadores, etc. O "maior intelectual" não poderia em hipótese alguma estar entre estes últimos,

porque a grandeza no seu ofício consiste justamente em fazer sozinho algo que muitos deles juntos não teriam força para fazer.

"Intelectual público" é termo preciso que diferencia, no conjunto dos intelectuais, aqueles que rotineiramente opinam sobre as questões do momento e o fazem através de canais de comunicação de amplo alcance. O professor que analisa uma crise política para os alunos em sala de aula não é um intelectual público, assim como não o é o grande estudioso de problemas demasiado afastados do foco de atenção popular, mesmo que trate deles em artigos de jornal, mesmo que dê algum palpite esporádico a respeito em debates na TV e mesmo que alcance, no domínio da sua ocupação especial, aquela máxima celebridade que faria meio mundo apontá-lo no meio da rua. Nem as crianças desconheciam Albert Einstein, mas isto não o tornava um intelectual público, porque sua intervenção

em debates públicos era rara e ocasional. Para ser um intelectual público, é claro, o sujeito tem de ser primeiro um intelectual, grande ou pequeno. Mas não pode sê-lo se a interferência nessas discussões não é uma de suas atividades essenciais e costumeiras. Pensadores enormemente influentes, como Arnold Toynbee e Martin Heidegger, nunca foram intelectuais públicos, porque sua influência não foi exercida diretamente através dos meios de comunicação de massa, mas chegou até o público pela intermediação dos círculos acadêmicos.

O que constitui o intelectual público não é a publicidade apenas: é a publicidade constante e rotineira, incorporada aos seus meios usuais de trabalho.

A pergunta “Qual é o intelectual público mais influente do mundo?”, portanto, não visa a medir a relevância intelectual e nem mesmo a fama de um determinado homem

de idéias, mas a intensidade e a extensão da sua influência como força política constante.

Ninguém ignora, por exemplo – e escolho propositadamente dois pensadores que a mim não me dizem nada – que o pensamento de Heidegger foi decisivo para a formação das idéias de Jean-Paul Sartre. É a diferença entre o mestre e o epígono, o desbravador e o seguidor ou adaptador. Também ninguém ignora que Sartre atraiu muito mais atenção popular do que esse seu guru. Heidegger era mentor de filósofos, Sartre de ativistas estudantis. O próprio Heidegger marcou bem essa diferença, quando, solicitado a receber a visita do discípulo francês, respondeu: “Não atendo jornalistas”. Num concurso de influência filosófica, ou intelectual no sentido próprio, Heidegger só perderia para seu mestre Husserl. Sartre nem entraria no páreo. Mas Sartre era um intelectual público, e Heidegger não. Muito menos Husserl.

Mutatis mutandis, o filósofo Leo Strauss, um gênio incomum, não foi conhecido em vida senão por um seleto círculo de estudiosos, através dos quais sua influência foi se alastrando postumamente entre intelectuais, jornalistas e políticos até que o "straussismo" se consolidasse como doutrina oficiosa de uma facção dos conservadores americanos. Essa facção tem hoje representantes no governo e na mídia que usam o que aprenderam com Strauss para analisar e debater as questões do dia. Paul Wolfowitz e William Kristol são intelectuais públicos. O homem que formou a mentalidade deles jamais o foi.

Dar à pergunta sobre qual o mais influente intelectual público o sentido de "quem é o maior intelectual" resulta em colocar William Kristol e Paul Wolfowitz acima de Leo Strauss.

É isso o que a *Folha* faz com a pesquisa. Modifica tão radicalmente o seu sentido que

chega a invertê-lo. Posso assegurar isso com toda a certeza pelo simples fato de que eu mesmo, leitor costumeiro da *Prospect*, fui um dos vinte mil votantes, preenchi o formulário com minhas próprias mãos e decerto teria votado de maneira muito diversa se a eleição fosse a do maior intelectual do mundo. Tal como a questão estava formulada, a vitória de Chomsky era inevitável, porque, quantitativamente, ele é o intelectual de maior presença na mídia, o mais citado em trabalhos estudantis nos EUA e o de mais permanente atuação em campanhas políticas desde há quarenta anos. Ele é, ademais, o único que se dedica a isso com tanto comprometimento – muito acima de suas ocupações nominais de lingüista nas quais há décadas não produz nada de interessante –, que chega a ter para isso um corpo permanente de colaboradores, redatores, editores, tradutores, divulgadores e *public relations* profissionais. Eles o

acompanham por toda parte, gravando cada palavra dele e transformando tudo em livros que são publicados simultaneamente em dezenas de idiomas com aparato publicitário inigualável, reforçado pela rede multinacional de ONGs organizadas em torno da militância chomskista. Se vocês examinarem a bibliografia do homem, notarão que há mais de duas décadas quase tudo o que ele publica é fabricado assim. Chomsky é não apenas o intelectual público por excelência, é alguém que deu a essa atividade um sentido de organização profissional acima de tudo o que se conhecia antes na área. Nem mesmo Voltaire, o Chomsky do século XVIII, teve uma infra-estrutura tão sólida e tão vasta à sua disposição. No mínimo, ele teve de escrever pessoalmente cada palavra dos cento e tantos volumes de suas *Obras Completas*. Chomsky apenas ejeta pela boca a matéria-prima. A indústria faz o resto. Por

esses detalhes mede-se a hipocrisia do sujeito quando, notificado da vitória, declarou que "não presta atenção nessas coisas". Na verdade, ele nunca presta atenção em nada mais.

Numa competição para nomear "o maior intelectual", Chomsky talvez fosse cogitado nos anos 70, quando sua "lingüística geracional" ainda parecia uma descoberta substancial. Há três décadas paralisado por uma esterilidade científica completa enquanto sua velha teoria naufraga num mar de contestações,18 Chomsky defendeu firmemente sua posição de "intelectual público" ao ponto de já não poder ser considerado senão isso e nada mais. Talvez por essa razão a *Prospect* teve o cuidado de não apenas distinguir entre "intelectual" e "intelectual público", conceitos que a *Folha* embaralhou, mas também de não designar a posição de Chomsky na votação com a palavra *greatest* e sim com *top*, que não tem

a conotação solene associada ao termo "maior".

Porém a *Folha de S. Paulo* não se contenta com inverter o sentido da notícia. Mesmo diante do resultado da pesquisa, a *Prospect* teve a precaução de não tomar a preferência de seus vinte mil leitores como expressão da unanimidade mundial. Na capa do seu número 116, de novembro, que publica os resultados da pesquisa, o reconhecimento de Chomsky como intelectual público mais influente do mundo não é afirmado como verdade mas atenuado por um eloqüente ponto de interrogação, que a *Folha* suprimiu para transformar a possibilidade em fato consumado, ocultando dos leitores que fez isso por decisão própria e não da *Prospect*.

24 de outubro de 2005.

---

18 Ver "A Corrupted Linguistics", por Robert D. Levine e Paul M. Postal, em *The Anti-Chomsky Reader*. San Francisco, Encounter Books, 2004.

LOUCURA VISÍVEL

SE HÁ ALGO QUE ninguém neste país ignora é que o voto contra o desarmamento não foi só contra o desarmamento: foi contra o governo. Mas também não foi só contra este governo em particular: foi contra toda uma concepção providencialista do Estado, que durante uma certa época chegou a empolgar a imaginação popular mas cuja periculosidade intrínseca terminou por se tornar evidente para todo o eleitorado.

O atrativo dessa concepção residia na promessa de solução de mil e um problemas que, segundo se alegava, transcendiam as

forças dispersas da sociedade civil e requeriam a ação centralizada e centralizadora do Estado.

O perigo – já assinalado pelo economista Friedrich von Hayek nos anos 30 do século passado – era que as soluções prometidas tinham de ser adiadas até que fosse alcançada a quota de centralização necessária para empreendê-las, e portanto o eixo da atenção se desviava dos problemas originários para concentrar-se na luta contra os obstáculos à centralização. A conquista dos meios, sendo problemática em si mesma, protelava indefinidamente a consecução dos fins e se transformava em finalidade suprema ou única da vida política.

O Estado é expressão da sociedade natural. Quando promete fazer o que ela não pode, tende incoercivelmente a elevar-se acima dela para agir sobre ela como um *deux ex machina*, acreditando-se força autônoma geradora da sua própria causa. O melhor que

consegue então é destruir a sociedade, criando e impondo novos laços, novas obrigações, novos compromissos que já não correspondem à inclinação natural dos seres humanos e que na verdade não se destinam senão a alimentar, com o sangue da sociedade esmagada, a engenhoca estatal que a oprime.

Nunca isso se tornou tão evidente como durante a campanha contra o comércio de armas. Ao alegar que necessitava desarmar a sociedade para protegê-la de si mesma, o Estado incapaz de protegê-la de seus inimigos mostrou que sua prioridade máxima não era defender o povo mas sim defender-se do povo. A reivindicação de poder estatal ampliado não emergia de um plano sincero voltado ao controle da violência criminosa, mas do desejo de camuflar a própria impotência estatal de instaurar esse controle. Incapaz de reprimir

os delinqüentes, o Estado propunha a repressão das vítimas.

Tanto foi assim que, após ter ludibriado o povo durante anos com a promessa vã de que o desarmamento civil diminuiria a força do banditismo – como se bandidos houvessem algum dia operado com armas legalmente registradas –, os próceres mesmos da campanha tiveram de confessar que o objetivo visado não era esse, que o desarmamento não protegeria os cidadãos dos bandidos, mas apenas de si próprios. Esperar que a sociedade votasse "Sim", nessas circunstâncias, era o mesmo que pedir-lhe que assinasse um atestado de menoridade, nomeando o Estado seu tutor. A contradição interna do plano não escapou nem mesmo àqueles que não conseguiriam expressá-la verbalmente: de que valeria uma transferência de autoridade assinada por alguém que, nos próprios termos do

documento, era declarado juridicamente incapaz?

Na sua ânsia de poder ilimitado, os apologistas do Estado salvador não se vexam de apelar à incongruência e ao absurdo. Mas, desta vez, sua loucura se tornou visível aos olhos de todos.

25 de outubro de 2005.

DIREITA E ESQUERDA, ORIGEM E FIM

PROPONHO AO LEITOR, hoje, uma breve investigação de história das idéias. Ela pode ser um tanto trabalhosa no começo, mas renderá bons frutos para a compreensão de muitos fatos da vida presente.

A inconstância e a variedade dos discursos ideológicos da esquerda e da direita, para não mencionar suas freqüentes inversões e enxertos mútuos, tornam tão difícil apreender conceptualmente a diferença entre essas duas correntes políticas, que muitos estudiosos desistiram de fazê-lo e

optaram por tomá-las como meros rótulos convencionais ou publicitários, sem qualquer conteúdo preciso.

Outros, vendo que a zona de indistinção entre elas se amplia com o tempo, concluíram que elas faziam sentido na origem, mas se tornaram progressivamente inutilizáveis como conceitos descritivos.

Apesar dessas objeções razoáveis, as denominações de esquerda e direita ainda servem a grupos políticos atuantes, que, não raro imantando-as com uma carga emocional poderosa, as utilizam não só como símbolos de auto-identificação mas, inversamente, como indicadores esquemáticos pelos quais desenham em imaginação a figura do seu adversário ideal e a projetam, historicamente, sobre este ou aquele grupo social.

Quando surge uma situação paradoxal desse tipo, isto é, quando conceitos demasiado fluidos ou mesmo vazios de

conteúdo têm não obstante uma presença real como forças historicamente atuantes, é porque suas várias e conflitantes definições verbais são apenas tentativas parciais e falhadas de expressar um dado de realidade, uma verdade de experiência, cuja unidade de significado, obscuramente pressentida, permanece abaixo do limiar de consciência dos personagens envolvidos e só pode ser desencavada mediante a análise direta da experiência enquanto tal, isto é, tomada independentemente de suas formulações verbais historicamente registradas.

Dito de outro modo: a distinção de direita e esquerda existe objetivamente e é estável o bastante para ser objeto de um conceito científico, mas ela não consiste em nada do que a direita ou a esquerda dizem de si mesmas ou uma da outra. Consiste numa diferença entre duas percepções da realidade, diferença que permanece constante ao longo de todas as variações de

significado dos termos respectivos e que, uma vez apreendida, permite elucidar a unidade por baixo dessas variações e explicar como elas se tornaram historicamente possíveis.

Anos atrás comecei a trabalhar numa solução para esse problema e de vez em quando volto a ela desde ângulos diversos, sempre notando que permanece válida.

A solução, em versão dramaticamente resumida, é a seguinte: direita e esquerda, muito antes de serem diferenças "ideológicas" ou de programa político, são duas maneiras diferentes de vivenciar o tempo histórico. Essas duas maneiras estão ambas arraigadas no mito fundador da nossa civilização, a narrativa bíblica, que vai de uma "origem" a um "fim", do Gênesis ao Apocalipse. Note o leitor que a origem se localiza num passado tão remoto, anterior mesmo à contagem do tempo humano, que nem pode ser concebida historicamente.

Começa num “pré-tempo”, ou “não-tempo”. Começa na eternidade. O final, por sua vez, também não pode ser contado como capítulo da seqüência temporal, pois é a cessação e a superação do transcurso histórico, o “fim dos tempos”, quando a sucessão dos momentos vividos se reabsorve na simultaneidade do eterno. A totalidade dos tempos, pois, transcorre “dentro” da eternidade, exatamente como qualquer quantidade, por imensa que seja, é um subconjunto do infinito. O Apóstolo Paulo expressa isso de maneira exemplar, dizendo: “*N’Ele* [em Deus, no infinito, no eterno] *vivemos, nos movemos e somos* [agimos e existimos historicamente, isto é, no tempo]”. Estar emoldurado pela eternidade é um elemento essencial da própria estrutura do tempo. Sem estar balizada pela simultaneidade, a sucessão seria impossível: a própria idéia de tempo se esfarelaria numa poeira de instantes inconexos. Não é, pois, de espantar

que a consciência histórica se forme desde dentro do legado judaico-cristão como um de seus frutos mais típicos. Mas, quando entre os séculos XVIII e XIX essa consciência se consolida como domínio independente e floresce numa variedade de manifestações, entre as quais a “ciência histórica”, a “filosofia da história” e a voga das idéias de “progresso” e “evolução”, nesse mesmo instante a moldura eterna desaparece e a dimensão temporal passa a ocupar todo o campo de visão socialmente dominante.

Uma das primeiras conseqüências dessa restrição do horizonte é que as idéias de “origem” e “fim”, já não remetendo a uma dimensão supratemporal, passam a ser concebidas como meros capítulos “dentro” do tempo – uma incongruência quase cômica que infectará com o germe da irracionalidade muitas conquistas de uma ciência que se anunciava promissora. Entre as inúmeras manifestações da teratologia intelectual que

desde então sugam as atenções de pessoas bem intencionadas destacam-se, por exemplo, as tentativas de datar o começo dos tempos a partir de uma suposta origem da matéria, como se as leis que determinam a formação da matéria não tivessem de preexistir-lhe eternamente; ou os esforços patéticos para abranger o conjunto do transcurso histórico num sistema de "leis" que presumidamente o levam a um determinado estágio final, como se o estágio final não fosse apenas mais um acontecimento de uma seqüência destinada a prosseguir sem término previsível.

Se nas esferas superiores do pensamento florescem então por toda parte concepções pueris que empolgam as atenções por umas décadas para depois ser atiradas à lata de lixo do esquecimento, o distúrbio geral da percepção do tempo não poderia deixar de se manifestar também, até com nitidez aumentada, em domínios mais grosseiros da

atividade mental humana, como a política. E é aí que as balizas eternas do tempo, reduzidas a capítulos especiais da seqüência temporal, passam a ser vivenciadas como dois símbolos legitimadores da autoridade política.

De um lado, a mera antigüidade temporal do poder existente (que na realidade podia nem ser tão antigo assim, apenas mais velho que seus inimigos) parecia investi-lo de uma aura celeste. O famoso "direito divino dos reis", que de fato não era uma instituição muito antiga, mas o resultado mais ou menos recente do corte do cordão umbilical que atava o poder real à autoridade da Igreja, não é senão a tradução em linguagem jurídico-teológica de uma vivência de tempo que identificava a antigüidade relativa com a origem absoluta.

De outro lado, a perspectiva do Juízo Final, com o prêmio dos justos e o castigo dos maus quando da reabsorção do tempo na

eternidade, era espremida para dentro da imagem futura de um reino terrestre de justiça e paz, de um regime político perfeito, que, paradoxalmente, seria ao mesmo tempo o fim da história e a continuação da história.

Tal é a origem respectiva dos "reacionários" ou "conservadores" e dos "revolucionários" ou "progressistas". A direita e a esquerda modernas surgem de adaptações degradantes de símbolos mitológicos, roubados à eternidade, comprimidos na dimensão temporal e transfigurados em deuses de ocasião.

É evidente que, na estrutura do tempo real, não existe nem antigüidade sacra nem apocalipse terrestre – nem direito divino dos reis nem carisma do profeta revolucionário. São, um e outro, menos que mitos (pois uso o termo "mito" no sentido nobre de narrativa arquetípica, e não como oposto de "verdade"). O rei não é o poder de Deus e o revolucionário não é um profeta. São apenas

dois sujeitos que se imaginam importantes, o primeiro porque toma a antiguidade da sua família como se fosse a origem dos tempos, o segundo porque atribui a seus projetos de governo a grandeza mítica do Juízo Final.

Direita e esquerda passaram por inúmeras variações e combinações ao longo dos últimos séculos. Mas, onde quer que se perfilem com força suficiente para hostilizar-se mutuamente no palco da política, essa distinção permanece no fundo dos seus discursos: direita é o que se legitima em nome da antigüidade, da experiência consolidada, do conhecimento adquirido, da segurança e da prudência, ainda quando, na prática, esqueça a experiência, despreze o conhecimento e, cometendo toda sorte de imprudências, ponha em risco a segurança geral; esquerda é o que se arroga no presente a autoridade e o prestígio de um belo mundo futuro de justiça, paz e liberdade, mesmo quando, na prática, espalhe a maldade e a

injustiça em doses maiores do que tudo o que se acumulou no passado.

O fato de que tantas vezes os conteúdos dos discursos de direita e esquerda se mesclem e se confundam explica-se facilmente pela precariedade mesma de seus símbolos iniciais de referência – a antigüidade e o futuro –, os quais, não podendo dar conta da realidade concreta, exigem dialeticamente ser complementados pelos seus respectivos contrários, fazendo brotar, dentro de cada uma das duas regiões mentais em luta para distinguir-se e sobrepujar-se mutuamente, uma área que já não é antagônica à sua adversária, mas é a sua imitação. É assim que, por exemplo, a permanência conservadora pode ser projetada no futuro, numa espécie de utopia do existente, como as aventuras coloniais com que os reis prometiam a expansão da fé. E é assim que o hipotético mundo futuro do revolucionário busca revestir-se do prestígio das origens,

apresentando-se como restauração de uma perdida idade de ouro, como na doutrina do "bom selvagem" de Rousseau ou no "comunismo primitivo" de Karl Marx. É inevitável, pois, que os conteúdos dos discursos respectivos por vezes se confundam, mas só retoricamente, pois, na esfera da ação prática, tanto o reacionário quanto o revolucionário se apegam firmemente às suas respectivas orientações no tempo.

Por meio dessa distinção é possível captar a unidade entre diferentes tipos históricos de direitismo e esquerdismo cuja variedade, de outra maneira, nos desorientaria. Um adepto do capitalismo liberal clássico, portanto, podia ser um esquerdista no século XVIII, porque apostava numa utopia de liberdade econômica da qual não tinha experiência concreta num universo de mercantilismo e estatismo monárquico. Mas é um conservador no século XXI porque fala em

nome da experiência adquirida de dois séculos de capitalismo moderno e já não pretende chegar a um paraíso libertário e sim apenas conservar, prudentemente intactos, os meios de ação comprovadamente capazes de fomentar a prosperidade geral. Pode, no entanto, tornar-se um revolucionário no instante seguinte, quando aposta que a expansão geral da economia de mercado produzirá a utopia global de um mundo sem violência. Em cada etapa dessas transformações, o coeficiente de esquerdismo e direitismo de sua posição pode ser medido com precisão razoável.

É inevitável, também, que, pelo menos em certos momentos do processo, esquerdistas e direitistas se equivoquem profundamente no julgamento de si próprios ou de seus adversários. Da parte dos direitistas, tanto hoje como ao longo de todo o século XX, a grande ilusão é a da equivalência. Como estão acostumados à idéia de que direita e

esquerda existem como dados mais ou menos estáveis da ordem democrática, acreditam que essa ordem pode ser preservada intacta e que para isso é possível "educar" os esquerdistas para que se afeiçoem às regras do jogo e não tentem mais destruir a ordem vigente. Pelo lado esquerdista, porém, essa acomodação é impossível. No mundo dos direitistas pode haver direitistas e esquerdistas, mas, no mundo dos esquerdistas, só esquerdistas têm o direito de existir: o advento do reino esquerdista consiste, essencialmente, na eliminação de todos os direitistas, na erradicação completa da autoridade do antigo. Foi por essas razões que os EUA retiraram pacificamente suas tropas dos países europeus ocupados depois da II Guerra Mundial, acreditando que os russos iam fazer o mesmo, quando os russos, ao contrário, tinham de ficar lá de qualquer modo, porque, na perspectiva da revolução,

o fim de uma guerra era apenas o começo de outra e de outra e de outra, até à extinção final do capitalismo. A sucessão quase inacreditável de fracassos estratégicos da direita no mundo deve-se, no fundo, a uma limitação estrutural do direitismo: eliminar a esquerda completamente seria uma utopia, mas a direita não pode tornar-se utópica sem deixar de ser o que é e transformar-se ela própria em revolucionária, absorvendo valores e símbolos da esquerda ao ponto de destruir a própria ordem estabelecida que desejava preservar. O fascismo, como demonstrou Erik von Kuenhelt-Leddin no clássico *Leftism: From De Sade and Marx to Hitler and Marcuse* (1974), nasce da esquerda e arrebata a direita na ilusão suicida da revolução contra-revolucionária. Ser direitista é oscilar perpetuamente entre uma tolerância debilitante e acessos periódicos de ódio vingativo descontrolado e quase sempre vão. Mas a direita no Brasil

está em decomposição há décadas e não tem graça nenhuma falar dela.

A esquerda, por sua vez, como se apóia integralmente na imagem móvel de um futuro hipotético, não pode julgar-se a si própria pelos padrões atualmente existentes, condenados *a priori* como resíduos de um passado abominável. Seu único compromisso é com o futuro, mas quem inventa esse futuro e o modifica conforme as necessidades estratégicas e táticas do presente é ela própria. Por fatalidade constitutiva do seu símbolo fundador, ela é sempre o legislador que, não tendo autoridade acima de si, legisla em causa própria, faz o que bem entende e, a seus olhos, tem razão em todas as circunstâncias, embriagando-se na contemplação vaidosa de uma imagem de pureza e santidade infinitas, mesmo quando chafurda num lamaçal de crimes e iniqüidades incomparavelmente superiores a todos os males passados que

prometia eliminar. Ser esquerdista é viver num estado de desorientação moral profunda, estrutural e incurável. É mergulhar as mãos em sangue e fezes jurando que as banha nas águas lustrais de uma redenção divina.

Por isso não se deve estranhar que o partido mais ladrão, mais criminoso, mais perverso de toda a nossa História, o partido amigo de narcoguerrilheiros e ditadores genocidas, o partido que aplaudia a liquidação de dezenas de milhares de cubanos desarmados enquanto condenava com paroxismos de indignação a de trezentos terroristas brasileiros, o partido que condena os atentados a bomba quando acontecem na Espanha e aplaude os realizados no Brasil, o partido que instituiu o suborno e a propina como sistema de governo, seja também o partido que mais bate no peito alegando méritos e glórias excelsos.

Ser esquerdista é ser precisamente isso.

***

Direita e esquerda são politizações de símbolos mitológicos cujo conteúdo originário se tornou inalcançável na experiência comum. Elas existirão enquanto permanecermos no ciclo moderno, cujo destino essencial, como bem viu Napoleão Bonaparte, é politizar tudo e ignorar o que esteja acima da política. Não existirão para sempre. Mas, quando cessarem de existir, a política terá perdido pelo menos boa parte do espaço que usurpou de outras dimensões da existência.

1º de novembro de 2005.

Os iluminados

O advento da *internet* multiplicou de tal maneira as fontes de dados ao alcance do público, que para o estudioso capaz de tirar proveito delas – um tipo raro, admito –, a experiência rotineira de ler os jornais ou ver os noticiários de TV se tornou uma lição de psicopatologia social, a medição diária da distância entre a realidade e o universo subjetivo dos "formadores de opinião", incluídos nisto não só os jornalistas, é claro, mas o conjunto dos indivíduos e grupos que eles costumam ouvir: políticos, líderes

empresariais, professores universitários, gente do *show business* etc.

As conversações dessas pessoas constituem o foco da atenção pública. Tudo o que escape ao interesse habitual delas é, para o povo em geral, como se não existisse. Mesmo realidades patentes que o cidadão comum observa e comprova na sua vida de todos os dias podem ser relegadas a um segundo plano e desaparecer por completo do seu campo de visão consciente quando a importância delas não é legitimada pelo reconhecimento comum dos bons de bico. Se a coisa não aparece nos jornais e não é debatida na TV, não pesa na hora de tirar conclusões. No mínimo, aquilo que não entra nos debates das classes "cultas" não tem uma linguagem estabilizada na qual expressar-se, e seria ridículo esperar que o homem da multidão, desprovido do apoio de chavões consagrados, conseguisse inventar na hora os meios de transmitir impressões pessoais

diretas. O que não se consegue falar acaba-se esquecendo. O homem medíocre não acredita no que vê, mas no que aprende a dizer.

A premissa geral que fundamenta a tremenda autoridade das "classes falantes" – como as chamava Pierre Bourdieu – é que, pela lei das probabilidades, dificilmente algo de muito relevante pode escapar aos olhos de lince das parcelas supostamente mais esclarecidas da população. O problema é que estas acreditam na mesma premissa, e portanto só recebem informações do seu mesmo círculo, ignorando tudo o mais e imaginando que sabem tudo. Toda verdade relativa, quando se torna crença geral, acaba se revestindo de um sentimento de certeza absoluta que a transforma, quase que automaticamente, em erro mais que relativo.

Um mínimo indispensável de prudência recomendaria a essas pessoas duvidar um pouco das suas crenças grupais e tentar dar

uma espiada no subsolo da conversação dominante, nas zonas mais humildes da realidade, onde germinam as sementes do futuro. Toda gestação é envolta em sombras. Quem só olha para onde todo mundo olha condena-se a ignorar poderosas forças históricas que estão subindo desde as profundezas neste mesmo momento e que arriscam, de uma hora para outra, irromper no palco destruindo brutalmente o sentido usual do espetáculo. Quando vocês ouvirem algum figurão expondo com superior tranqüilidade as certezas do momento, lembrem-se disto: a máquina de corrupção petista, a maior já montada ao longo de toda a epopéia da safadeza nacional, foi negada pelos onissapientes durante mais de dez anos, por mais que gente de dentro do partido oferecesse informações de primeira mão a respeito. Negavam-na no mesmo tom de autoridade superior com que hoje negam a ajuda ilegal de Fidel Castro à campanha de

Lula. O tal do Cervantes, enquanto isso, tratou é de dar no pé. Uma só opinião expressa em atos vale mais que mil em belas palavras.

Nem vale a pena discutir as alegações dessa orquestra de silenciadores. Cuba não tem dinheiro? Fidel Castro tem. As Farc têm muito mais. A operação é tosca demais para o alto nível da estratégia cubana? Só acredita nessa desculpa quem não conhece a biografia militar de Fidel Castro, uma sucessão de erros pueris transmutados em vitórias publicitárias. Cuba está quietinha no seu canto, sem mexer na política de outros países? Leiam as atas do Foro de São Paulo. Cuba governa o continente.

Os subterfúgios bobos só pegam porque respaldados em três décadas de fantasias transfiguradas em senso comum pela mágica da mídia. Não há um só luminar do jornalismo brasileiro que não acredite, por exemplo, na balela das “conquistas de la

revolución". Em 1957, dois anos antes de Fidel Castro chegar ao poder, Cuba já tinha duas vezes mais médicos *per capita* do que os EUA (e não com o atual salário de trinta dólares por mês), sua taxa de mortalidade infantil era a mais baixa da América Latina (a décimo-terceira no mundo, inferior à da França, da Alemanha Ocidental, da Bélgica e de Israel), sua renda *per capita* era o dobro da espanhola, a participação dos trabalhadores cubanos no PNB era proporcionalmente maior que a dos suíços e a taxa nacional de alfabetização era de 80 por cento. E Cuba era lotada de imigrantes, não de virtuais fugitivos.

Esses dados jamais aparecem nos jornais e na TV. Sem eles, parece mesmo que Fidel Castro fez alguma coisa pelos cubanos. Não fez nada, além de enviar à morte uns cem mil deles, aprisionar outros quinhentos mil e atormentar tanto a população que a quinta parte dela fugiu para Miami, onde hoje

forma uma das comunidades mais prósperas dos EUA, enquanto os que ficavam na ilha alcançavam os dois únicos recordes espetaculares que podem ser atribuídos ao regime comunista: a quota de vigilantes, policiais e olheiros subiu para 28 por cento da população, enquanto a taxa de suicídios chegava a 24 para cada mil cubanos em 1986 (tendo desde então desaparecido das estatísticas oficiais).

Esses dados, repito, jamais aparecem na mídia popular brasileira. Suas fontes são muitas: o *Livro Negro da Revolução Cubana*, relatórios da ONU e da Anistia Internacional, os livros de Armando Valladares, Carlos Alberto Montaner, Humberto Fontova, Guillermo Cabrera Infante, Luís Grave de Peralta Morell, a imprensa cubana exilada em Miami. Quem, na mídia nacional, lê essas coisas? Jamais. Fontes confiáveis em assuntos cubanos, para os jornalistas brasileiros, só as que vêm com

o *imprimatur* de Fidel Castro. O resto descarta-se com três palavras: “Máfia de Miami”. Acompanhada de um muxoxo de desprezo, essa expressão tem efeito probante imediato. Como se a Máfia não estivesse em Havava, como se sucessivos traficantes cubanos presos nos EUA já não tivessem delatado o papel central de Fidel Castro no banditismo continental, como se um promotor federal americano não tivesse declarado ao *Miami Herald*, em julho de 1996, possuir “mais provas contra Fidel Castro do que aquelas que levaram ao indiciamento de Manuel Noriega em 1988”. Tudo propaganda da CIA, é claro.

Mas não pensem que a cegueira das classes falantes se limite a fatos sucedidos num país sem imprensa livre, onde a informação extra-oficial é inexistente. Elas não sabem nem o que se passa nos EUA. E não o sabem porque, nesse ponto igualmente, só confiam em seus semelhantes: a grande mídia

americana e os “intelectuais públicos” tipo Chomsky e Michael Moore. Por isso acreditam, por exemplo, que o vazamento de informações sobre a identidade de uma agente da CIA seja mesmo um caso sério, daqueles de derrubar governo. De dentro dos EUA, a coisa se mostra bem menor. Tudo o que o feroz promotor Fitzgerald conseguiu até agora foi indiciar o assessor de um assessor do vice-presidente. E indiciá-lo por perjúrio, crime pessoal que não tem como envolver os superiores do acusado. Fitzgerald apegou-se a isso justamente porque, na questão central do inquérito, nada podia fazer além de barulho na mídia. Milton Temer, um dos sábios de plantão na taba, diz que o vazamento “é episódio considerado dos mais graves, na legislação dos Estados Unidos, um ato de traição abominável, punido com 30 anos de cadeia, mais multa pesada”. Haja paciência. Dar o nome de um agente só é crime quando o

sujeito está no exterior, em missão confidencial, protegido pelo governo sob recomendação expressa de sigilo. A dona estava em casa, sem missão nenhuma. Juridicamente, ninguém pode fazer com isso nada contra Dick Cheney, Karl Rove ou o próprio Lewis Libby. Resta tentar dar uma bela impressão de crise para ver se vira crise de verdade. Sei que o que estou dizendo não é o que aparece no *New York Times*. Mas quem, aqui nos EUA, leva a sério o *New York Times*? Isso é leitura para pseudo-intelectuais do Terceiro Mundo. Uma pesquisa recente do próprio jornal mostrou que só trinta por cento dos seus leitores confiam nele. E trinta por cento de quanto? De um milhão e pouco de exemplares, num país de trezentos milhões de habitantes. É um crente contra mil céticos. Se você quer saber no que acredita o eleitorado americano, sintonize no programa de Rush Limbaugh: trinta e oito milhões de

ouvintes diários. Ou o do Sean Hannity: dezoito milhões. Os grandes jornais americanos são como a elite intelectual brasileira: um punhado de idiotas que se esfregam uns aos outros como drogados numa orgia, desprezando tudo do mundo em volta e se imaginando, por mera loucura, no topo da hierarquia universal.

O auto-engano coletivo que, partindo da grande mídia americana, penetra nos cérebros brasileiros como uma carga maciça de cocaína, chega ao ponto de abafar, com renitência obstinada e criminosa, os fatos mais essenciais da época, substituindo-os por frases-feitas que, depois de umas quantas repetições, se tornam dogmas da opinião pública e premissas incumbidas de sustentar com sua solidez inabalável as conclusões mais bobocas e mecânicas que um cérebro galináceo poderia produzir. Exemplo de silogismo:

Premissa maior: Não havia armas de destruição em massa no Iraque.

Premissa menor: Bush disse que havia.

Conclusão: Logo, Bush mentiu para matar criancinhas e encher a Halliburton de dinheiro iraquiano.

Bem, quem disse que não havia armas de destruição em massa no Iraque? A côrte dos iluminados. Os relatórios militares dizem que foram encontrados até agora:

· 1,77 toneladas métricas de urânio enriquecido;

· 1.500 galões de agentes químicos usados em armas;

· 17 ogivas químicas com ciclosarina, um agente venenoso cinco vezes mais mortal que o gás sarin;

· Mil materiais radiativos em pó, prontos para dispersão sobre áreas populosas;

· Bombas com gás de mostarda e gás sarin.

Se essas coisas não são armas de destruição em massa, são o quê? Peças do estojo "O Pequeno Químico"?

Não há no Pentágono quem as ignore. Mas o Pentágono, na guerra de mídia, é nada. Só fiquei sabendo dessas descobertas porque as li no livro de Richard Miniter, *Disinformation: 22 Media Myths That Undermine the War on Terror*. Miniter, veterano jornalista investigativo, foi colunista do *Wall Street Journal* e do *Washington Post*. Escreveu também no *New York Times*, que hoje pode não gostar muito do que ele diz mas não pode tirá-lo da sua lista de *best-sellers*, onde ele está entrando pela terceira vez (as duas anteriores foram com *Shadow War: The Untold Story of How Bush Is Winning the War on Terror* e *Losing Bin Laden: How Bill Clinton's Failures Unleashed Global Terror*).

Miniter também reduz a pó dois artigos-de-fé das classes falantes: mostra que

Bin Laden *não foi* treinado pela CIA e que a Halliburton *não está* ganhando dinheiro no Iraque.

Mas nem de longe pensem que, nos EUA, só a esquerda vive se intoxicando com seus próprios mitos. O *entourage* de George W. Bush conseguiu convencer o presidente de que, na América Latina, a única cobra venenosa é Hugo Chavez e de que o antídoto para a mordida da bicha é... Luís Inácio Lula da Silva. Os espertinhos chegaram a essa conclusão analisando o estado de coisas com olhos de mascates. Acham que não há encrenca que um bom acordo comercial não resolva. Pena que não contaram isso a Lenin, a Hitler, a Mao Dzedong, a Pol-Pot e ao próprio Fidel Castro. Não entendem sequer que a política latino-americana não se faz Estado por Estado, mas desde uma aliança continental forjada por Fidel Castro, a qual precedeu e criou a ascensão de Lula, Chavez, Kirchner e *tutti quanti*, sobre os quais tem

autoridade absoluta sedimentada no poder financeiro e militar das Farc. O economicismo insano que sai festejando uma vitória econômica quando fornece armas atômicas aos generais chineses que prometem destruir a América[19] é também a orientação básica da política de Washington para a América Latina há mais de uma década, e seus resultados são visíveis: todo o continente sob o domínio da esquerda e embriagado de ódio americano como nunca se viu no mundo. Bush foi persuadido a continuar na mesma linha, e o irrealismo da sua posição é tal que ele se obriga, num ritual masoquista, a tomar como amigo do peito o líder máximo do partido que organiza contra ele as mais vastas manifestações anti-americanas já observadas no Brasil.

Karl Marx, autor de tantas bobagens, disse uma coisa certíssima: “A maioria, quase sempre, está errada”. Esqueceu-se de ressalvar que essa observação não se aplica à

maioria das pessoas em geral, mas especialmente à maioria dos “intelectuais”, no sentido ampliado que Gramsci deu ao termo. Eles criam a “opinião pública” e depois apelam à autoridade dela para sentir-se seguros. Pintam um deus-asno na parede e se ajoelham diante dele, pedindo-lhe a verdade revelada.

Foram esses sujeitos que meteram na cabeça de Chamberlain que Hitler era um perfeito cavalheiro, na de Roosevelt que Stalin era um honrado homem do povo e Mao Dzedong um reformador cristão. Foram eles que convenceram a América de que as tropas soviéticas sairiam da Europa quando os soldados americanos voltassem para casa. Foram eles que anunciaram ao mundo que Fidel Castro iria restaurar a democracia em Cuba e que os comunistas vietcongues seriam gentis com as populações do Vietnã do Sul e do Camboja quando vissem os malditos ianques pelas costas. Foram eles

que persuadiram a humanidade de que a África, bastando livrar-se do “imperialismo”, se tornaria uma potência industrial em poucas décadas. Foram eles que, entre nós, criaram a lenda do “partido ético” e repeliram como insinuação maldosa cada denúncia de corrupção petista entre 1990 e 2005. São eles que asseguram, agora, que Fidel Castro não deu a Lula nenhum dinheiro por baixo do pano.

7 de novembro de 2005.

---

19 Ver o capítulo “A China no Walmart”, acima.

MENTALIDADE CRIMINOSA

A ESTRATÉGIA DE DEFESA adotada pela Presidência da República para esconjurar suspeitas por atacado e reprimir nas consciências o direito mesmo de suspeitar é o mais eloqüente sinal não somente das culpas que carrega, mas também de sua total falta de disposição de submeter-se à ordem legal que lhe incumbe representar e defender.

Nenhum dos presidentes anteriores, acusado do que quer que fosse, teve jamais o desplante, o cinismo supremo de negar à mídia o direito de publicar indícios, de pedir

investigações, de destampar impiedosamente quantos ralos e latrinas fosse necessário para que a transparência que todos diziam desejar não fosse somente a de um véu de retórica eleitoral por cima de uma montanha de obscuridades criminosas.

Só mesmo o governo chefiado por um semi-analfabeto pode exigir “provas” de uma denúncia de imprensa e ameaçar criminalizá-la por falta delas. Esse homem que se gaba de nunca ter lido um livro só mostra, com essa atitude, que não sabe nem ler jornal; mas seus assessores espertos, que o sabem perfeitamente, prevalecem-se da ignorância presidencial para se fazer eles próprios de ignorantes e impingir à opinião pública critérios de julgamento que nenhum cidadão letrado pode aceitar. Isso é, em sua forma mais pura e evidente, exploração da boa-fé popular. “Provar” a veracidade de uma declaração está infinitamente acima da capacidade e dos deveres do jornalismo.

Tudo o que o jornalista pode fazer é mostrar a fonte do que disse e demonstrar que reproduziu suas palavras o mais fielmente possível. Veracidade ou inveracidade *do conteúdo* dependem da fonte e somente dela. E só a justiça pode confirmar ou negar uma ou a outra. Ao jornalista não cabe antecipar-se à justiça, provando tudo logo na primeira denúncia, mas apenas levantar indícios razoáveis, sob a forma de documentos ou testemunhos – exatamente com fez *Veja* no concernente à ajuda ilegal de Cuba à candidatura Lula –, para justificar a investigação judicial que, esta sim, dirá se a acusação era verdadeira ou falsa.

Mesmo num processo judicial não se exige que a parte denunciante forneça provas cabais desde o início. Elas são oferecidas *no curso* do processo, que se chama "processo" justamente por isso e por nada mais. Se fosse preciso provar tudo de cara, não haveria processo nenhum. *O processo é o processo*

da descoberta progressiva da verdade. Dos primeiranistas de faculdade aos juízes do STF não há em todo o universo judicial brasileiro quem ignore isso. O único que o ignora está no Palácio do Planalto: é o sr. Luiz Inácio Lula da Silva. O povo brasileiro precisaria ser tão ignorante quanto ele – ou ser reduzido artificialmente a essa ignorância por uma feroz campanha de desinformação – para aceitar a idéia de que o jornalista, se não pode provar desde logo e por seus próprios recursos a veracidade de declarações colhidas de uma fonte, é um criminoso. Criminosos são os assessores presidenciais que querem enganar a opinião pública, levando-a a acreditar que esgares ameaçadores são justiça, quando são apenas a justiça da Rainha de Copas. Criminoso não é denunciar sem provas cabais: criminoso é exigir provas cabais no início para impedir que elas sejam obtidas no fim.

Tanto mais intolerável é esse procedimento porque vem justamente de indivíduos e grupos que, tendo promovido a cassação do ex-presidente Fernando Collor às pressas, sem esperar por provas judiciais de qualquer natureza, não tiveram sequer a honestidade mínima de retratar-se de seus discursos de acusação quando a própria Justiça, anos depois, sentenciou que essas provas simplesmente não existiam. Se esses mesmos, agora, numa inversão kafkiana da lógica judicial, requerem provas não somente como exigências prévias para a investigação que deveria buscá-las, mas como condições legitimadoras do direito mesmo de pedir uma investigação, revelam com isso o quanto é arraigada e natural, nos seus corações, a crença de que deve haver uma lei dura e exigente para seus inimigos e outra, branda e generosa, para eles próprios. Só que essa crença o traço mais básico e inconfundível da mentalidade criminosa.

13 de novembro de 2005.

O MILAGRE IDIOTA DA UTOPIA INVERTIDA

UM CUIDADO ÓBVIO, em História como nas ciências sociais em geral, é que uma dada situação não deve ser apontada como "causa" de tais ou quais desdobramentos a não ser quando seja razoável presumir que situação idêntica ou análoga, em condições gerais não muito diversas, possa ter produzido ou vir a produzir idênticos ou análogos resultados.

Outra precaução igualmente incontornável é que nenhuma situação socio-econômica, por si, gera movimentos políticos a não ser

através das interpretações, culturalmente condicionadas mas dependentes de mil e uma variáveis subjetivas, que determinam as respostas práticas dadas a essa situação.

Por fim, resta a diferença de enfoque, que há e deve haver, como já ensinava Aristóteles, entre o discurso dos agentes envolvidos e o do estudioso que procura compreender o processo. O primeiro tem por objetivo uma ação, o segundo, uma intelecção. Uma ação produz-se por meio da persuasão, uma intelecção por meio de descrição, comparação, classificação, análise e síntese. O discurso de persuasão busca chegar à sua finalidade pelo caminho mais rápido, contornando as dificuldades e contradições pelo atalho psicológico mais à mão. A busca da intelecção, ao contrário, atrai e exige propositadamente as dificuldades e contradições para certificar-se de não criar, no fim, uma síntese ilusória.

A rapidez fulminante e uniforme com que centenas de “analistas”, na grande mídia local e internacional, explicaram a rebelião na França como efeito das más condições de vida dos jovens imigrantes, passando por cima daquelas duas precauções como um exército de tratores mentais, mostra que esses não são verdadeiros discursos de análise, mas sim o próprio discurso dos agentes, com sua mesma justificativa e seu mesmo apelo à ação, apenas repetido em outra clave, num tom de distanciamento aparente, necessário para camuflá-lo em análise. Não buscam compreender nada, mas legitimar, fortalecer e expandir o processo. São propaganda, no sentido mais estrito e literal do termo. Entre o agitador que incita as massas a queimar tudo em volta e o comentarista que vende como explicação causal objetiva a simples transposição verbal das autojustificações subentendidas no discurso do próprio agitador, sem

confrontá-la com dados externos que possam contradizê-la, a diferença é somente de grau, não de substância. E quanto mais, ao fazê-lo, o segundo se empenhe em distanciar-se do estilo do primeiro, substituindo os gritos e as gesticulações pela afetação de serenidade de quem expressa verdades arqui-sabidas e incontestáveis, mais profunda e mais ardilosa a sua atuação no processo, atuação até mais consciente e deliberada que a do agente direto arrebatado pela emoção do momento.

As redações de jornais, rádios e canais de TV estão repletas de incendiários tranqüilos. E não há nisso realmente nada de estranho, para quem saiba ou recorde que o velho Lênin, o maior dos mestres nessas matérias, chamava aos atos terroristas “propaganda armada”, e “propaganda desarmada” a extensão jornalística, publicitária, psico-social e política dos seus efeitos, enfatizando ser esta, e não aquela, a

verdadeira medida da eficácia obtida. Evidentemente, na passagem de uma coisa à outra, podia haver falhas desastrosas. A propaganda desarmada podia converter-se em contrapropaganda, despertando ódio e desprezo aos agentes físicos em vez do temor respeitoso, da obediência servil, da passividade cúmplice ou de qualquer outro resultado favorável ao empreendimento criminoso. Mas, no caso, a continuidade perfeita entre os motivos alegados pelos agentes alucinados e a pretensa explicação oferecida de fora por seus comentaristas serenos é tão patente, linear e infalível, que não pode haver mais dúvida: uma parcela vasta e significativa da grande mídia, sobretudo na Europa e na América Latina, mas também nos EUA, se transformou em arma essencial da "guerra assimétrica" movida por um *front* comum de comunistas, pró-comunistas, neonazistas e radicais islâmicos contra a civilização do Ocidente,

com a cumplicidade solícita de forças depressivas e suicidárias espalhadas por toda parte no corpo desta última.

Voltando à primeira das precauções assinaladas, é mais que evidente que todas as gerações anteriores de imigrantes instalados nas nações ricas do Ocidente, vindos de onde viessem, enfrentaram aí condições incomparavelmente mais drásticas e desumanas do que esses meninos *enragés* instalados em conjuntos habitacionais do governo, beneficiados por instituições previdenciárias, programas assistenciais, educação gratuita e uma pletora de leis politicamente corretas que então simplesmente inexistiam até mesmo como hipóteses. Imagino um irlandês na Nova York do século XIX, um russo em Londres na década de 20, um judeu na Argentina do pós-guerra, um italiano no cafezal paulista dos anos 30, um cubano fugido de Fidel Castro na Flórida de 1959, esbravejando que

tem direito a isto e mais aquilo, metendo processos no governo que o acolhe e, não atendido imediatamente, ateando fogo em carros nas ruas sob os aplausos gerais da mídia elegante. Na quase totalidade dos casos, o que faziam era precisamente o contrário: aglomerados em porões ou barracos, separados do ambiente por um abismo de prevenções e suspeitas de parte a parte, hostilizados por outros imigrantes, não esperavam da nova pátria senão a oportunidade de trabalhar duro, mais duro até que nos seus locais de nascença, mas gratos por ter encontrado um abrigo contra o perigo de morte iminente e pela chance de alcançar uma vida melhor para seus netos e bisnetos. Às vezes se rebelavam, sim, mas por boas razões: desemprego sem a ajuda da previdência, discriminação racista ostensiva, supressão forçada de seus costumes e idiomas e, *last but not least*, fome pura e

simples. E, quando o faziam, a reação da sociedade em torno era imediata e brutal.

Sob qualquer ponto de vista que se examine, a situação dos imigrantes no Ocidente não piorou: melhorou formidavelmente, chegando a requintes de cuidados paternais estendidos até mesmo aos clandestinos, aos ilegais, aos abertamente delinqüentes. Nos EUA, a simples recusa de dar carteiras de motorista a imigrantes clandestinos provocou uma onda de exclamações indignadas nos meios bem pensantes. Em 1998, em Paris, vi uma agitação medonha de estudantes vietnamitas no Quartier Latin. Eram meninos e meninas de 12 a 15 anos, com os olhos fuzilando de ódio e as bocas espumando em vociferações anticapitalistas. Perguntei o que exigiam. Responderam-me alguma coisa sobre ensino. Indaguei se não tinham escolas gratuitas. Tinham. Mas – esta a razão da gritaria – não lhes pareciam tão boas quanto

os colégios tradicionais da burguesia francesa. O pressuposto do seu raciocínio era que qualquer recém-chegado, tão logo ali desembarcasse, devia receber do governo, com o dinheiro dos contribuintes, condições sociais idênticas àquelas que esses mesmos contribuintes e seus antepassados haviam construído ao longo de mil anos de esforços. E aquilo não lhes parecia antinatural de maneira alguma. Era a expressão literal do diagnóstico oferecido por Thomas Sowell: eles não queriam a justiça social, queriam a justiça cósmica. Queriam que o governo, por decreto, invertesse a estrutura da realidade, tomando do cidadão que produziu para dar ao estrangeiro que não produziu.

O caráter ao mesmo tempo miraculoso e injusto da inversão pretendida – como se fosse preciso um milagre para produzir nada mais que injustiça – mostra que não seria adequado classificá-la de “utópica”. Tratava-se, isto sim, de uma inversão

paródica da idéia de utopia como reino universal da justiça. O que ali se paramentava dos atrativos messiânicos da utopia era o roubo puro e simples. Não me ocorreu na hora, mas, revendo o caso anos depois, notei que essa inversão tinha precedentes intelectuais muito fundos na história da autodestruição ocidental. Um deles remontava a Maquiavel. Para ilustrá-lo, aproveito-me de umas notas que tomei para o primeiro capítulo de um livro que estou preparando.

A inversão paródica da Justiça aparece quando, nos *Discursos sobre a Primeira Década de Tito Lívio*, Maquiavel volta a um tema do *Príncipe*, o principado recém-criado e instável. Como fará o novo governante para consolidar o seu poder? A resposta é que ele deve radicalizar a novidade da situação, virando tudo do avesso repentinamente, "tornando os ricos pobres e os pobres ricos, tal como fez Davi ao tornar-se rei, o qual

‘*encheu os pobres de bens e enviou os ricos de volta sem nada*’”. Nesse parágrafo há três detalhes altamente significativos. Primeiro: ele contém a única citação bíblica que aparece nos *Discursos*. Segundo: ele ilustra a conduta ideal do príncipe mediante o precedente bíblico da ascensão do rei Davi, mas expondo esse precedente não com o trecho respectivo do Antigo Testamento (2 *Samuel* 5:1-16), e sim com um do Novo (*Lucas* 1;53), extraído de um contexto totalmente alheio ao episódio de Davi. Terceiro: da história de Davi não consta que ele fizesse nada de parecido com o que Maquiavel recomenda ao príncipe (bem ao contrário, o profeta Natã o acusa de explorar o pobre e poupar o rico), ao passo que nas palavras citadas do Novo Testamento a reversão das posições dos homens não é atribuída a rei nem príncipe, e sim ao próprio Deus: *Esurientes implevit bonis et divites dimisit inanes* – em latim no original.

São as palavras com que Maria, após a Anunciação, celebra o Deus que escolheu a mulher humilde e pobre para ser Mãe do seu Filho. Aí não se trata evidentemente de proceder a nenhuma subversão da hierarquia sócio-econômica, já que o privilégio concedido à Santa Virgem não tem como ser socializado entre os pobres nem tomado dos ricos. Em suma: o episódio alegado para legitimar o conselho não tem nada a ver com o conselho, o trecho usado para ilustrar o sentido do episódio não tem nada a ver com o episódio e as palavras citadas para explicar o episódio e o sentido do conselho não têm nada a ver com um nem com o outro. É a mentira dentro de uma falsificação embutida em conversa mole – tudo para chamar de justiça o exercício da prepotência arbitrária de um tirano amedrontado. Mas Maquiavel, pelo menos, teve a polidez de declarar: “Não digo uma só palavra do que creio nem creio numa só

palavra do que digo". Passado meio milênio, a gozação sinistra da utopia injusta tornara-se crença sincera de meninos vietnamitas em Paris. É nesse tipo de pensamento, marcado pelo fenômeno que chamo "paralaxe cognitiva" – o abismo entre realidade e construção teórica –, que se fundamentam as interpretações (v. acima, precaução 2) que transformam, com uma mistura verdadeiramente satânica de estupidez e cinismo, a melhoria das condições em motivo de revolta, e a reivindicação da injustiça em bandeira de justiça. A inversão aí embutida torna-se tanto mais vistosa para quem a enxerga – e por isto mesmo tanto mais invisível para quem não quer enxergá-la – quando se considera que, em defesa das reivindicações absurdas, que transformariam cada Estado ocidental num pai amoroso de seus inimigos odientos, se alegam justamente razões de "diversidade cultural", isto é, o respeito que o

país hospedeiro deve ter pela cultura original do hóspede. No caso do imigrante islâmico, essa cultura determina, precisamente, que ao estrangeiro, que ao não-muçulmano, se deve conceder, no máximo, um posto de cidadão de segunda classe, sem acesso não somente a benefícios sociais de qualquer natureza, bem como a cargos oficiais, mas à simples possibilidade de praticar sua religião em público ou de declarar suas crenças em voz alta. Ou seja: o que se pede às nações ocidentais é que demonstrem o seu profundo respeito pela cultura islâmica fazendo precisamente o contrário do que ela faz, e concedendo aos seus representantes tudo aquilo que ela os manda negar ao recém chegado do Ocidente. Qualquer político que, hoje, se recuse a fazer isso é, mais paradoxalmente ainda, chamado de nazista, justamente porque, malvado como ele só, nega refresco àqueles que, do alto dos seus púlpitos nas mesquitas, exibem os

Protocolos dos Sábios de Sião como o *nec plus ultra* da verdade histórica e em nome dela exigem a supressão dos judeus da face da Terra. Não é a situação real dos jovens imigrantes parisienses que cria a sua revolta, por mais que terroristas do teclado queiram transformar essa absurdidade em dogma inquestionável. A revolta nasce da interpretação invertida, sedimentada por séculos de autodestruição da inteligência, que começam com um florentino mentiroso e culminam no autoludíbrio geral das massas.

***

P. S. - Dezenas de leitores me perguntam se não errei no artigo anterior, ao assinalar a taxa de 24 suicídios para cada cem cubanos, em vez de cem mil. É claro que errei, e por pura distração, mas não tanto. Não são 24 em cem nem 24 em cem mil, mas 24 em mil

- a maior taxa da América Latina e o triplo da taxa de antes da Revolução. Está na página 60 do livro de Humberto Fontova, *Fidel, Hollywood's Favorite Tyrant* (Regnery, 2005). O autor acrescenta que o suicídio é a principal causa de mortes de cubanos entre 15 e 48 anos de idade, e que a taxa cubana de suicídios de mulheres é a mais alta do mundo.

14 de novembro de 2005.

Alquimia da islamização

Um vício generalizado da nossa época é o abuso das figuras de linguagem. Abuso não quer dizer uso excessivo, mas uso errado. Figuras de linguagem existem para três finalidades: expressar de maneira compacta um aglomerado de significações, enfatizar no objeto um valor ou nuance que o seu simples conceito não enuncia, dar voz à primeira impressão de um objeto ainda mal apreendido, na esperança de que esse artifício provisório ajude a apreendê-lo melhor. O primeiro desses usos é poético, o segundo retórico, o terceiro dialético ou

propriamente filosófico. Em cada um deles as relações entre o objeto apreendido e sua expressão verbal formam uma equação diferente. Em todos o emissor do discurso tem o domínio consciente da equação. A prova disto obtém-se pela análise que torna claro o que parecia obscuro: o aglomerado poético pode ser decomposto nas suas várias camadas de significado (se não pode, então não é poesia, é macumba); a qualidade retoricamente acentuada pode ser distinguida do objeto que a ostenta; a primeira impressão pode ser completada por impressões subseqüentes, expressas em outras tantas figuras de linguagem, até que da confluência das várias impressões e respectivas figuras surja, numa síntese intuitiva, a forma essencial do objeto visado.

A figura de linguagem é usada de maneira abusiva quando não serve para nenhuma dessas operações. As palavras não expressam então nem uma riqueza de significações

simultâneas, nem uma ênfase valorativa consciente, nem um esforço de chegar à realidade através do véu do discurso. Expressam a paralisia do pensamento que, não sabendo resolver a equação, isto é, passar do discurso à percepção intuitiva por meio da análise, se detém na repetição hipnótica do discurso mesmo, fazendo dele um substitutivo da realidade.

Se tantos intelectuais europeus não tivessem se habituado a pensar assim – se é que isso ainda é pensar –, jamais teria surgido uma escola como o desconstrucionismo, que nega a realidade em nome do discurso. O desconstrucionismo não é uma análise filosófica: é a simples transposição metalingüistica da própria patologia verbal que o alimenta. Mais ou menos como aquelas especulações complexíssimas, intermináveis e desesperadoramente fúteis com que um esquizofrênico letrado, acreditando analisar

seus sintomas, não faz senão produzir alguns novos – ou, pior ainda, um *upgrade* dos anteriores.

A doença, surgida na Europa, chegou até a América e, aqui, fez vítimas nos lugares mais inesperados. A metonímia – ou mais precisamente metalepse – "guerra contra o terrorismo", que algum iluminado soprou para dentro da cabeça do presidente Bush, prova que conservadores americanos são capazes de pensar tão esplendidamente mal quanto qualquer maoísta do Quartier Latin. Guerra contra o terrorismo é guerra contra quem? Terrorismo não é o nome de um inimigo, mas de uma de suas formas de ação. Adotaram essa expressão desastrada por dois motivos. Primeiro, por covardia: não queriam dizer "islamismo" para não ser politicamente incorretos, nem "marxismo" para não parecer "nostálgicos da Guerra Fria", nem muito menos "islamomarxismo" ou "marxo-islamismo" (nomes horríveis,

mas tecnicamente apropriados, descrevendo com exatidão os elementos do composto) porque os exporia à rotulagem fácil de "teóricos da conspiração". O segundo motivo, derivado do primeiro, é a pseudo-esperteza de usar um chavão publicitário em vez do nome da coisa. É fácil ser contra o "terrorismo" porque é um meio de ação hediondo, só aceitável naquele estado alterado de consciência que revela, precisamente, o "fanático". Como ninguém quer ser carimbado de fanático, todo mundo adere, pelo menos da boca para fora, à "guerra contra o terrorismo". E tão reconfortados se sentem ao ver que concordaram em lutar, que já nem ligam de continuar sem saber contra quem. Só que, sendo impossível combater por meios invariavelmente lícitos um inimigo tão protéico e evanescente, alguma violência com aparência de terrorismo todo mundo está sujeito a cometer a qualquer momento,

e no instante seguinte estarão todos, em nome da concórdia, se acusando uns aos outros de terroristas. Toda a chamada "ordem internacional" baseia-se, hoje, nessa absurdidade completa. E desta nascem muitas outras.

Os franceses, por exemplo, ficaram contentíssimos com a *fatwa* – decreto inspirado – com que a autoridade religiosa islâmica amorteceu em cinco minutos a baderna ante a qual o governo tivera de se contentar com gesticulações impotentes adornadas de palavreado pomposo. Nem de longe percebem que refrear as manifestações é demonstração de força ainda mais eloqüente do que produzi-las. Se os jovens muçulmanos rebelados se mostraram capazes de criar em poucos dias mais confusão e terror do que os meninos *enragés* de 1968, um único *mufti*, com umas poucas linhas escritas, provou ter mais autoridade do que o governo, a polícia, a mídia e a

opinião pública da França, todos somados. Criar o caos, qualquer bando de irresponsáveis pode, com um pouco de ousadia. Mas produzir o caos e em seguida transfigurá-lo em ordem é o máximo de controle que seres humanos podem ter sobre o fluxo dos acontecimentos. É a arte da transformação, como em alquimia: *Solve et coagula*. Primeiro a substância deve ser dissolvida e transformada numa pasta caótica pela ação corrosiva do "mercúrio" (entre aspas porque não corresponde ao mercúrio químico; designa a força dissolvente e desorganizante em geral). Quando está no ponto, joga-se nela o "enxofre", que a cristaliza, produzindo o "sal" – a nova ordenação interna desejada. Há séculos – documentadamente, pelo menos desde Ibn Khaldun (1332 - 1406) – os muçulmanos sabem que esses símbolos alquímicos podem designar também forças histórico-culturais, cujo manejo sutil está

então ao alcance de uma ciência política infinitamente mais fina do que aquilo que leva esse nome nas universidades ocidentais. A dialética de Hegel e Marx é uma caricatura de alquimia política em linguagem pedante. A superioridade intelectual dos muçulmanos, nesse ponto, é arrasadora (leiam Henry Corbin e Seyyed Hossein Nasr), e é nela – não na pura brutalidade do terrorismo, ou na força passiva da multiplicação genética – que reside o segredo da expansão islâmica. Por isso é que, por trás de sua aparência de imigrantes bárbaros, os muçulmanos têm manipulado os Estados ocidentais com a facilidade de quem tapeia crianças. Querem um exemplo?

Com o apoio da *British Advertisings Standards Authority*, desde janeiro de 2005 os muçulmanos ingleses lançaram uma campanha para proibir *outdoors* que, pela exibição ou insinuação de nudez, fira os seus sentimentos religiosos. O Canadá foi um

pouco além: está discutindo seriamente, por sugestão de um ex-procurador geral, a hipótese de adotar a *shari'a* (conjunto de mandamentos corânicos) como lei reguladora para os residentes muçulmanos, que assim teriam direitos e deveres diferentes daqueles que pesam sobre o restante da população (com a conseqüência inevitável de que, com o crescimento demográfico desproporcional, logo a shari'a dominará todo o Canadá). Nos EUA, inúmeras escolas oficiais – notem bem: oficiais – punem qualquer crítica ao Islam submetendo o faltoso a um estágio obrigatório de "reeducação da sensibilidade", que inclui horas e mais horas de recitações do Corão e audição de pregações islâmicas.

Ou seja: uma comunidade carente, que chegou anteontem trazendo nada mais que sua miséria e seu ódio ao país hospedeiro, em pouco tempo conquista direitos especiais e uma posição privilegiada na sociedade, e

sua religião é tratada com a deferência devida a uma prima-dona autoritária e ranheta.

Enquanto isso, o que se passa com a religião local, cujos santos e mártires, mediante sofrimentos e trabalhos indescritíveis, criaram a civilização e a cultura desses Estados e lhes ensinaram os primeiros princípios da moralidade que fundamentam suas leis?

Em várias cidades da Europa e dos EUA, a exibição pública de um crucifixo é banida por lei como atentatória aos direitos dos ateus; o professor ou aluno que entre numa escola oficial portando uma Bíblia corre o risco de ser suspenso ou expulso; a prece em voz alta é vetada em certos edifícios estatais, os festejos de Natal são proibidos nas praças públicas, e inscrições com os Dez Mandamentos são arrancadas por iniciativa da autoridade ciosa de não ferir os sentimentos politicamente corretos.

Não vou me prolongar na descrição do estado de coisas. Digo apenas que é aviltante e criminoso. Quem quiser saber mais – e tiver estômago para isso – que leia *Persecution*, de David Limbaugh, *The Criminalization of Christianity*, de Janet L. Folger, *The ACLU Versus America*, de Alan Sears e Craig Osten ou simplesmente acompanhe as notícias diárias sobre anticristianismo militante no site *www.wnd.com*.

A religião declaradamente inimiga do Ocidente[20] é tratada nos países ocidentais como se fosse senhora do espaço inteiro, enquanto as religiões-mães da nossa civilização, judaísmo e cristianismo, são escorraçadas como cães sarnentos, por iniciativa das próprias autoridades governamentais que, por outro lado, se dizem em "guerra contra o terrorismo islâmico".

Cada vez mais a posição da religião cristã e judaica no Ocidente, principalmente na Europa e nos Estados americanos governados pela esquerda, se torna a mesma que têm nas ditaduras islâmicas – como por exemplo o Irã, onde todo culto não-muçulmano só pode ser praticado em recinto fechado, sendo proibida toda pregação pública, distribuição de livros, etc. – ao mesmo tempo que o Islam se coroa dos direitos e privilégios de uma religião hegemônica.

Mas, partindo daquela premissa inicial incongruente, muitas análises da situação, correntes na mídia e nos meios universitários, conseguem inverter os termos do problema, seja por maquiavelismo cínico, seja por ignorância:

> A batalha subjacente (à luta contra o terrorismo) será entre a civilização moderna e os fanáticos antimodernistas; entre aqueles que acreditam no primado dos indivíduos e os que

> acreditam que os seres humanos devem obediência cega a uma autoridade mais alta; entre os que dão prioridade à vida neste mundo e aqueles que acreditam que a vida humana não é senão a preparação para uma existência além da vida...

Quem escreveu isso foi o ex-secretário do Trabalho do governo Bill Clinton, que se gaba de ser um grande "analista simbólico" das mudanças civilizacionais. Movido por seu ódio à "direita religiosa" americana, ele descreve um campo mundial dividido entre "fundamentalistas" ou "transcendentalistas", como George W. Bush e Bin Laden, e "modernistas" ou "laicistas" como ele próprio, e conclui: "O terrorismo rompe e destrói vidas. Mas o terrorismo não é o único perigo que enfrentamos".

Não é. O "perigo que enfrentamos" são inscrições dos Dez Mandamentos, são crianças cristãs cantando canções de Natal, são padres, pastores e rabinos recitando

Salmos, são famílias religiosas que não aceitam o casamento gay e o abortismo em massa, é, enfim, tudo aquilo que se opõe à ética materialista, atéia e politicamente correta.

Só há um problema: essa ética é que, em nome do "multiculturalismo", concede direitos especiais à minoria muçulmana enquanto sufoca tradições ocidentais milenares. Como poderia então ser ela a grande inimiga do radicalismo islâmico? Ela é o instrumento mesmo de que este se serve para debilitar a cultura da Europa e da América e subjugá-la ao seu ímpeto revolucionário e destruidor.

E não há nisso nenhuma estranha coincidência. A origem dessas modas culturais é bem conhecida: remonta, através de uma cadeia de intermediários fiéis, à Escola de Frankfurt e ao filósofo húngaro George Lukacs. Elas são o chamado "marxismo cultural" em estado puro – a

arma mortífera concebida dentro do próprio Ocidente para destruir sua civilização.

Impressionados com o fracasso da revolução socialista na Europa Ocidental no começo do século XX, e especialmente com a defecção geral dos proletários que foi a sua causa imediata, os frankfurtianos e Lukacs começaram a especular se, além da resistência político-militar da "burguesia", não haveria outro fator, como direi, astravancându us pogréssio do çossializmu. Chegaram à conclusão de que havia: eram milênios de herança judaico-cristã, o universo simbólico inteiro da civilização Ocidental. "Quem nos livrará da civilização Ocidental?", perguntava Lukacs.

A resposta não demorou a vir de Moscou. Stalin, transferindo para as nações a teoria da luta de classes, dividiu o mundo em Estados proletários e Estados burgueses. Os primeiros estavam, evidentemente, no chamado "Terceiro Mundo". A ideologia do

terceiromundismo começou a nascer aí, entre as duas guerras, com o intuito de levantar contra o Ocidente burguês todas as forças políticas, culturais, psicológicas e psicopáticas da Ásia, da África e da América Latina. Os "condenados da Terra" libertariam da civilização Ocidental o pobre Lukacs por meio do intenso trabalho dos partidos comunistas para arregimentar, treinar e armar a grande "nação islâmica" para a guerra mortal contra o Ocidente. A história é longa para contar em detalhes, mas a leitura do segundo volume de *The Sword and the Shield. The Mitrokhin Archive*, de Christopher Andrew e Vassili Mithrokin, recém publicado sob o título *The World Was Going Our Way. The KGB and the Battle for the Third World*, é um bom começo para compreendê-la.

A invasão física e cultural do Ocidente por hordas de imigrantes ao menos implicitamente solidários com o terrorismo é

a bomba de efeito retardado plantada pela estratégia global stalinista. É claro que, nisso, o Islam não teve o papel passivo de massa de manobra. Elites islâmicas versadas tanto nas tradições muçulmanas quanto nas doutrinas ocidentais, especialmente o marxismo, o positivismo (no sentido amplo da palavra), o existencialismo e o estruturalismo-desconstrucionismo, tinham suas próprias ambições e um plano de longo prazo.

Nos anos 50, um suíço islamizado, Frithjof Schuon, voltou da Argélia, transfigurado por uma longa imersão nas ciências espirituais islâmicas, àquela altura praticamente desconhecidas no Ocidente fora de um reduzido círculo de interessados. Sua promessa ao chegar foi: “Vou islamizar a Europa”. Disse e fez. Sem comícios nem bombas. Tornou-se o guia espiritual de eminentes intelectuais, milionários e homens de governo europeus. Almas de elite,

que haviam perdido a conexão íntima com o cristianismo, recuperaram um sentido de ordem islamicamente moldado. Não se "converteram" ao Islam, pelo menos exteriormente. Apenas, suas almas foram dissolvidas e recristalizadas no forno da alquimia espiritual islâmica. Discípulo do principal discípulo de Schuon – o lituano naturalizado britânico Martin Lings – é, por exemplo, o futuro rei da Inglaterra, o príncipe Charles. Só por essa amostra vocês imaginam o poder da coisa. O rombo por onde o Islam invadiu o Ocidente não está em baixo, entre o povão revoltado e estudantes furiosos. Está acima do que o comentário político usual enxerga.

Pode parecer absurdo que altas doutrinas espirituais convirjam com o marxismo, mas a identidade do alvo – a destruição do Ocidente – é patente demais para que a diversidade de inspirações originárias constitua problema. Ademais, inúmeros

teóricos marxistas e muçulmanos vêm fazendo há décadas um profundo trabalho de harmonização das duas grandes utopias: o socialismo planetário e o califado global. A orientação mais geral é tomar o islamismo como um coroamento espiritual do socialismo meramente "terrestre".

A visão monstruosamente invertida que Robert Reich apresenta da invasão islâmica – visão hoje compartilhada por quase todos os defensores "modernistas" do Ocidente – é, como a expressão mesma "guerra contra o terrorismo", produto de um pensamento auto-impugnante que toma figuras de linguagem como objetos reais. "Fundamentalismo" é figura de linguagem. "Modernidade" é figura de linguagem. "Fanáticos" é figura de linguagem. "Choque de civilizações" é figura de linguagem. Nenhuma delas usada como utensílio provisório para a investigação da verdade, mas todas como fetiches verbais com que a

confusão mental se camufla a si própria, fazendo-se passar por discurso de conhecimento.

21 de novembro de 2005.

---

20 Ver *The West's Last Chance. Will We Win The Clash of Civilizations?*, de Tony Blankley, Regnery, 2005.

Mais sábios que Deus

Ao chegar à América em 1623, o governador William Bradford encontrou a colônia de Plymouth numa situação desesperadora: magros, doentes, em farrapos, sem atividade econômica organizada, os peregrinos estavam à beira da extinção. Muitos, depois de vender aos índios todas as suas roupas e demais bens pessoais, tinham lhes vendido sua liberdade: eram escravos, vivendo de cortar lenha e carregar água em troca de uma tigela de milho e um abrigo contra o frio.

Interrogando os líderes da comunidade em busca da causa de tão deplorável estado de coisas, Bradford descobriu que a origem dos males tinha um nome bem característico. Chamava-se “socialismo”.

Os habitantes de Plymouth, revolucionários puritanos exilados, trouxeram para a América as idéias sociais esplêndidas que os haviam tornado insuportáveis na Inglaterra, e tentaram construir seu paraíso coletivista no Novo Mundo. As terras eram propriedade comunitária, a divisão do trabalho era decidida em assembléia e a colheita se dividia igualitariamente entre todas as bocas. O sistema havia resultado em confusão geral, a lavoura não produzia o suficiente e aos poucos a miséria havia se transformado naturalmente em anarquia e ódio de todos contra todos.

A um passo do extermínio, a comunidade aceitou então a sugestão de mudar de rumo,

voltando ao execrável sistema de propriedade privada da terra. “Isso teve muito bons resultados”, relata Bradford. “Muito mais milho foi plantado e até as mulheres iam voluntariamente trabalhar no campo, levando suas crianças para ajudar”. O surto de prosperidade que se seguiu é bem conhecido historicamente: ele permitiu que os colonos fincassem raízes na América e começassem a construir o país mais rico do mundo.

Homem de fé, Bradford não atribuiu a salvação da colônia aos méritos dela ou dele próprio, mas à mão da providência divina. O sucesso do sistema capitalista, escreveu ele, “bem mostra a vaidade daquela presunção de que tomar as propriedades pode tornar os homens mais felizes e prósperos, como se fossem mais sábios que Deus”.

Encontrei essa história na coluna de Mike Franc no semanário *Human Events*. Para mim ela era novidade completa, mas depois

descobri que por aqui até os meninos de escola a conhecem. O documento clássico a respeito é o livro do próprio Bradford, *Of Plymouth Plantation, 1620—1647*. Uma edição confiável é a de Samuel Eliot Morison (New York, Modern Library, 1967).

A experiência socialista em dose mínima teve no corpo da América o efeito de uma imunização homeopática. A arraigada ojeriza do povo americano às experiências coletivistas dura até os dias de hoje, malgrado as tentativas cíclicas de reintroduzi-las subrepticiamente por meio de manobras burocráticas que escapam ao controle do eleitorado, as quais terminam sempre no fracasso geral e no subseqüente retorno à constatação de Bradford: "Deus, na sua sabedoria, viu um outro rumo melhor para os homens".

Há muita gente que, não gostando do socialismo, se curva de bom grado à sua pretensa necessidade histórica, sob a

alegação de que o povo “precisa passar por isso” para aprender com a experiência. Uma das poucas coisas de que me gabo é nunca ter apelado a essa desculpa idiota para justificar meus erros. Adotei como divisa a máxima atribuída pelo povo gaiato ao ex-presidente Jânio Quadros – “Fi-lo porque qui-lo” – e, sem nada conceder ao fatalismo retroativo, considero-me o único autor de minhas próprias cacas (afinal, a gente tem de se orgulhar de alguma coisa na vida).

O problema com a experiência é a dose: a quantidade de veneno de cobra numa vacina não é a mesma da mordida real. O que educa não é propriamente a experiência, mas a rememoração meditativa depois dela. A condição para isso é que você saia da experiência vivo e não muito danificado. Uma coisa é a miniatura de socialismo numa colônia de peregrinos. Outra são décadas de ditadura socialista em extensões territoriais continentais como a da Rússia e a da China.

O Brasil ainda não chegou a esse ponto, mas já passou muito além do limite em que a experiência pode ensinar alguma coisa em vez de lesar o aprendiz para sempre. O vício estatista e coletivista é muito antigo e pertinaz, a intromissão do Estado na economia é muito vasta e profunda para que se possa simplesmente parar tudo de uma hora para a outra e meditar sobre o fracasso da experiência. Nem se pode designar com esse nome o que já se tornou um estilo de vida, uma cosmovisão, uma religião, um imperativo categórico investido de fatalidade quase cósmica: um empresário brasileiro sem subsídio estatal se sente tão desamparado quanto um inglês sem guarda-chuva, um russo sem vodca ou um italiano sem mãe. Inversa e complementarmente, não chegou a ser uma experiência a tentação de capitalismo liberal do brevíssimo governo Collor, punida exemplarmente pelo superego estatista sob o

pretexto de crimes jamais provados e abortada na gestão subseqüente pelo escândalo das pseudo-liberalizações monopolistas, que um presidente socialista, patrono da revolução no campo e membro de carteirinha da Internacional Socialista temporariamente disfarçado em adepto da liberdade econômica, forçou para dar a seus correligionários o pretexto que queriam para voltar correndo aos braços do Estado-babá.

A imersão do Brasil na poção miraculosa do estatismo já durou tempo demais para que um mergulho ainda mais profundo e duradouro possa valer como experiência didática, exceto no sentido em que é didático trancar-se numa jaula com um tigre faminto para averiguar se come gente.

Mas até essa advertência é tardia: já demos esse mergulho, já estamos dentro da jaula. O tigre já está lambendo os beiços. Os que quiserem esperar para só tirar conclusões quando ele começar a palitar os dentes não

terão tempo para isso, pois estarão espetados no palito, reduzidos à condição de fiapos de si mesmos.

Não há covardia mais torpe que a covardia da inteligência, a burrice voluntária, a recusa de juntar os pontos e enxergar o sentido geral dos fatos. Toda a chamada "oposição" nacional é culpada desse pecado que terminará por matá-la. Não faltam aí políticos e intelectuais que protestem contra afrontas isoladas, mas não há um só que consinta em apreender a unidade estratégica por trás delas, clara e manifesta, no entanto, para quem tenha algum estudo, por modesto que seja, da técnica das revoluções sociais.

Muitos são os que se sentem insultados pela proposta indecente de cursos especiais para o MST em universidades públicas, com concessão de diploma superior e dispensa de exame escrito, tendo em vista o direito dos doutores ao analfabetismo, já consagrado como um mérito na pessoa do sr. presidente

da República e em parte na do próprio ministro da Cultura (seja isto lá o que for). Mais ainda são os que se revoltam contra a obstinada impossibilidade de punir qualquer mandatário petista, mesmo com provas cabais de crimes incomparavelmente superiores ao de um juiz Lalau, de um Maluf e de um P. C. Farias, todos somados.

O que não percebem é que, em ambos os casos, se trata da aplicação de um mesmo princípio básico da estratégia revolucionária, que é a progressiva substituição do sistema de legitimidades vigente por um novo sistema fundado na solidariedade partidária mafiosa. Não se trata nem de sugar vantagens ocasionais para o MST, nem de proteger improvisadamente um criminoso vermelho de colarinho branco. Estas são apenas oportunidades para a aplicação do princípio. Ao postular abertamente vantagens ilícitas para seus protegidos ou festejar descaradamente a impunidade do

corrupto-mor, o esquema esquerdista dominante está enviando à nação uma mesma mensagem, que os analistas de plantão podem não perceber, mas que cala fundo no subconsciente do povo e impõe, com a força do fato consumado, o império da nova lei. Traduzida em palavras, a mensagem diz: "A velha ordem constitucional acabou. O Partido-Príncipe está acima de todas as leis. Ele é a fonte única de todos os direitos e obrigações".

Em todas as revoluções socialistas, essa mudança do eixo da autoridade é ao mesmo tempo o mecanismo básico e o objetivo essencial. Na Rússia, anos de boicote à administração oficial e de parasitagem das suas prerrogativas pelos sovietes antecederam a proclamação explícita de Lênin ao voltar do exílio: "Todo o poder aos sovietes". Há décadas o MST, que tem uma estrutura e composição interna absolutamente idênticas às dos sovietes –

não constituindo uma organização agrícola, mas um todo político-militar complexo, com especialistas em todas as áreas, do marketing à técnica de guerrilhas – já vem habituando a opinião pública a aceitar passivamente a sua cínica usurpação de direitos auto-legados, passando por cima da lei. Desde o instante em que o governo do sr. Fernando Henrique Cardoso – cúmplice consciente de um processo que ele conhece mais do que ninguém – aceitou alimentar com uma pletora de verbas públicas uma entidade legalmente inexistente, estava instaurado o direito à ilegalidade em nome da superior legalidade revolucionária. Destruindo voluntariamente a ordem estabelecida, o sr. Cardoso teria sido objeto de *impeachment* se sua pantomima de "neoliberal" não tivesse entorpecido as lideranças políticas e empresariais hipoteticamente direitistas, tornando-as insensíveis ao desmantelamento da ordem,

porque era preferível que viesse “de um de nós” em vez do espantalho petista. Cardoso elegeu-se com o simples endosso da frase “Esqueçam o que eu escrevi”. Poucos meses depois, seu conluio com o MST trouxe a prova de que ele próprio não se esquecera de nada.

Com a ajuda de uma popularíssima novela da Globo, as invasões de terras foram então legitimadas: a entidade sem registro recebia o registro daquilo que roubava. Muito mais importante do que a posse das terras era, para o MST, essa imposição da sua vontade como força superior às leis. Era, já, a transferência tácita do poder aos sovietes.

As terras podiam não servir de grande coisa, excluída a sua posição estratégica ao longo das estradas, nem sempre boa para o plantio, mas apta a paralisar o país numa futura e talvez até desnecessária hipótese insurrecional. Usá-las para plantar jamais entrou em consideração exceto no mínimo

suficiente para jogar areia nos olhos da opinião pública. A prova é que, transformado pelo roubo oficializado no maior proprietário de terras que já houve neste país, o MST não produz sequer o necessário ao sustento dos seus membros, que se nutrem de alimento muito mais substancioso: verbas públicas, direitos usurpados, ocupação do espaço aberto pela legalidade acovardada que recua.

Quanto à impunidade do sr. José Dirceu, é extensão lógica da transformação do STF em assessoria jurídica do Partido-Príncipe. Não é um improviso espertalhão: é um capítulo previsível da história da imposição do poder revolucionário pelos meios esquivos e anestésicos concebidos por Antonio Gramsci mais de sete décadas atrás. Desde 1993 venho tentando chamar a atenção do empresariado, das Forças Armadas e dos intelectuais não comprometidos com o poder esquerdista para a obviedade da aplicação do esquema gramsciano não só pelo PT, mas

pelo conjunto dos partidos esquerdistas aglomerados no Foro de São Paulo. Passo por passo, etapa por etapa, anunciei antecipadamente cada novo lance da implementação da estratégia. Em vão. Excetuando cinco ou seis homens sensatos que compartilharam imediatamente das minhas preocupações, mas cujo número e poder eram inversamente proporcionais ao mérito da sua coragem intelectual, a resposta que recebi foi sempre a mesma, vinda das mais variadas fontes. Neste país de gente pomposa e burra, o estudo mais extenso, o conhecimento mais preciso dos fatos, a descrição mais exata do seu encadeamento racional nada valem diante do apelo a um chavão tranqüilizante. Despediam-se do problema por meio do rótulo “teoria da conspiração” – e iam descansar seus traseiros gordos e suas consciências balofas no leito macio da traição passiva. Não perdôo ninguém: ricaços presunçosos,

generais perfumados, senadores de musical pornô. E não me venham com patacoadas pseudo-evangélicas: Jesus ordenou perdoar as ofensas feitas a nós pessoalmente; jamais nos deu procuração para perdoar as ofensas feitas a terceiros, muito menos a uma nação inteira. Por isso lhes digo: vocês todos são culpados da degradação sem fim que este país está sofrendo. Tão culpados quanto qualquer José Dirceu. E nem falo daqueles que, percebendo claramente a debacle, se adaptaram gostosamente a ela, distribuindo medalhas a criminosos, subsídios a vigaristas, afagos a quem só não os mata porque não chegou a hora. Esses não pecaram por omissão: ao contrário, nunca agiram tanto. Alguns já colheram o fruto amargo da bajulação: foram esmagados sob o peso dos sacos que puxavam. Outros não perdem por esperar. Quando a injustiça se eleva ao estatuto de norma geral,

ironicamente sobra sempre um pouco de justiça nos detalhes.

Mas, cavando um pouco mais fundo no estudo dos fenômenos acima apontados, descobre-se que a imposição cínica de direitos auto-arrogados não é nem mesmo um simples instrumento da estratégia de tomada do poder: é um traço constante e uniforme da mentalidade revolucionária, nascido muito antes de que esse instrumento fosse concebido por Lênin no contexto da via insurrecional e adaptado por Gramsci à estratégia capciosa da revolução anestésica.

Norman Cohn, em *The Pursuit of the Millenium* (Oxford University, 1961), assinala uma característica proeminente de certas seitas gnósticas medievais: seus adeptos sentiam-se tão intimamente unidos a Deus que se imaginavam libertos da possibilidade de pecar. “Isto, por sua vez, os liberava de toda restrição. Cada impulso que sentiam era vivenciado como uma ordem

divina. Então podiam mentir, roubar ou fornicar sem problemas de consciência."

Enquanto essas seitas se refugiavam em círculos estreitos de iniciados esotéricos, a pretensão de imunidade essencial ao pecado não passou de um delírio de auto-adoração grupal. Na entrada da modernidade, porém, como observou Eric Voegelin em *The New Science of Politics* (University of Chicago, 1952), essas seitas se exteriorizaram em poderosos movimentos de massas. Foi quando começou a Era das Revoluções. Transposta para a esfera da ação política, a autobeatificação permissiva deu origem à moral revolucionária que isenta o militante de todos os deveres morais para com a sociedade existente, santificando as suas mentiras e seus crimes em nome dos méritos de um estado social futuro que ele se autoriza a exibir desde o presente como salvo-conduto para praticar o mal em nome do bem.

Uma das primeiras manifestações dessa transmutação de uma falsa sabedoria esotérica em movimento revolucionário de massas foi, precisamente, a Revolução Puritana na Inglaterra. Nela já estão presentes todos os elementos da autobeatificação petista – e não só petista, mas esquerdista em geral, com especial destaque para a "teologia da libertação": a absoluta insensibilidade moral aliada à reivindicação de méritos sublimes; a idealização do "pobre" como portador de uma sabedoria excelsa não apesar mas em razão de sua incultura mesma; a vontade férrea de impor seu próprio critério grupal de justiça acima de toda consideração pelos direitos dos outros; o mito da propriedade coletiva; a pseudomística de um Juízo Final terrestrializado e identificado com o tribunal revolucionário.

Pois bem, foram esses mesmos puritanos que, fracassado o intento revolucionário na

Inglaterra, vieram criar seu simulacro de paraíso no Novo Mundo. A resistência da sociedade, que encontraram na Europa, ainda podia ser explicada como obstinação dos maus que não se rendiam à autoridade dos “Santos”. Mas o que os “Santos” encontraram do outro lado do oceano não foi nenhuma discordância humana: foi a resistência implacável da natureza material, a estrutura da realidade – ou, em linguagem teológica, a vontade de Deus. A ela souberam no entanto conformar-se, diante da segunda derrota, os teimosos puritanos. Trocando seu orgulho pela humildade que lhes ensinava o sábio Bradford, tornaram-se mansos e herdaram a Terra.

No Brasil, a soberba dos revolucionários, alimentada pela covardia geral e pela cumplicidade de muitos Cardosos, ainda vai levar muito tempo para se chocar de encontro aos limites da realidade. Comparadas as proporções entre a

experiência dos puritanos e a deles, não é provável que isso aconteça sem uma dose de sofrimento superior àquela da qual pode resultar algum aprendizado.

28 de novembro de 2005.

A APOTEOSE DA VIGARICE

A GRAVIDADE DOS FATOS na atualidade brasileira contrasta de tal modo com o estilo eufemístico dos discursos, que se diria que o medo de ter medo paralisou todas as inteligências, trocando-as pela compulsão geral de exibir bom-mocismo e pensamento róseo. Ninguém quer dizer o que vê, apenas o que imagina que os outros querem ouvir.

Iludem-se tragicamente aqueles que pensam que o problema do Brasil é o predomínio de um partido, que basta tirá-lo do poder e tudo voltará à normalidade. O que se passa neste país é a total destruição

do sentido de ordem, legalidade, honestidade e racionalidade, é a dissolução dos princípios básicos da vida civilizada, mesmo nas mentes daqueles que se opõem ao partido dominante e se acreditam melhores que ele.

Um breve exame do projeto da lei do aborto, que será votado hoje na Câmara Federal, basta para ilustrar o estado de barbárie, de selvageria, de estupidez a que foi reduzida a mentalidade nacional.

Não nos referimos, com isso, à liberalização do aborto em si, mas à estratégia torpe e criminosa que seus adeptos vêm usando para aprová-la mediante o ludíbrio geral da opinião pública.

Nos seus parágrafos primeiro e segundo, a lei estabelece que o aborto será liberado até a décima-segunda semana da gravidez, só podendo ser autorizado depois disso em casos de risco imediato para a mãe ou de temível má-formação fetal.

A lei foi redigida assim – e nesses termos é enaltecida pela propaganda oficial – com o objetivo de tornar mais palatável a idéia do aborto, rejeitada, segundo dados do Ibope, por 95 por cento da população brasileira. Sua aprovação, portanto, não parecerá nenhuma revolução dos costumes, nenhuma mudança social drástica, mas apenas um arranjo diplomático entre os que não conseguem erradicar o aborto e os que não conseguem liberá-lo por completo.

Acontece que, nos seus parágrafos finais, o projeto derroga todos os artigos do Código Penal que classificam o aborto como crime. Como no texto eles são citados apenas por número, sem menção ao seu conteúdo, o público não atina de imediato com a importância de sua revogação. E o fato é que, cancelada a vigência desses artigos, nenhum aborto será crime, mesmo praticado depois de doze semanas de gravidez, mesmo praticado cinco minutos antes do parto,

mesmo praticado em bebês completamente formados e sãos.

A aparência de uma permissão limitada encobre, na verdade, a liberação total. Fica pois legalizado no país, sob pretexto de liberação parcial, o aborto à vontade, o aborto por encomenda, o aborto por motivo fútil.

A redação mesma da lei foi obviamente calculada para que o público e os próprios parlamentares, acreditando aprovar uma coisa, consentissem em outra completamente diversa. O engodo vem ainda reforçado pela propaganda, que alardeia a permissão limitada, bem como pela totalidade da mídia cúmplice que esconde da população o sentido real do projeto.

Quando a própria redação das leis se torna instrumento de fraude, sem que uma só voz se levante para denunciá-la, é que a desonestidade e o crime já se tornaram socialmente aceitos como procedimentos

normais, aprovados oficialmente, protegidos pelo Estado.

Não se conhece exemplo de tamanha vigarice legislativa em toda a História do direito universal. Talvez ainda mais deplorável que o fenômeno em si é a placidez indiferente com que os "formadores de opinião" assistem a essa completa degradação do sentido mesmo da ordem jurídica. A perfídia de uns e a insensibilidade covarde de outros permitiram que o país descesse a esse ponto. Depois disso, quem terá autoridade para protestar contra qualquer delito que seja?

1º de dezembro de 2005.

Papai Noel em depressão

Quem, no Brasil, convidado a assistir a um show de Natal com elenco amador numa igreja evangélica de província, seria louco o bastante para ir lá com a expectativa de encontrar um espetáculo artisticamente relevante? Pois bem, acabo de sair da Assembléia de Deus do West End de Richmond, Virginia, ainda mal refeito de um choque cultural. *Sincerely Yours*, comédia musical natalina com *script* de Kathy Craddock baseado numa idéia de Pat Bragg e equipe, música e regência de Ron Klipp e direção de Bob Laughlin, é um espetáculo

digno da Broadway, mais caprichado do que tudo o que já vi nos palcos brasileiros. São mais de duzentos atores cantando, dançando e fazendo acrobacias, numa coreografia complexíssima dirigida por mão certeira. A platéia vibra com a ação rápida, e a música entusiasticamente alegre se impregna na sua alma deixando uma impressão inesquecível.

Sátira

O enredo é uma sucessão de situações cômicas absurdas, no melhor estilo Frank Capra, concebidas a partir da pergunta: como reagiria Papai Noel (*Santa Claus*, para os americanos) diante da atual campanha dos ateus, materialistas e anticristãos para escorraçar o Natal da vida pública? Sátira de um conflito muito real que põe em risco o destino de toda a sociedade americana, a história começa na véspera do Natal, com os ajudantes do velhinho, na maior excitação,

enchendo o trenó de presentes e esperando a partida para mais uma viagem através do mundo. Mas o chefe não aparece: está trancado em casa, mortalmente deprimido, diante de uma pilha de cartas de meninos e meninas modernizados, insolentes, que desprezam o nascimento de Jesus e só querem saber de brinquedos caros – um deles prefere até sua parte em dinheiro. Um *show* de egoísmo e insensibilidade. Dar presentes, nessas circunstâncias, só serve para fomentar a vaidade e o orgulho. Sentindo-se um corruptor involuntário da infância, Papai Noel se condena: "Todo o trabalho da minha vida foi um tiro que saiu pela culatra".

Doutorzinho

A sra. Claus tenta animá-lo, juntando um grupo de crianças para fazer uns afagos no ego do velho, mas as crianças só dão gafes

freudianas e reforçam a impressão de que a infância está mesmo estragada. Erguendo placas para formar o nome *Santa*, conseguem até trocá-lo por *Satan*. Papai Noel afunda no total desespero. A esposa, atendendo à sugestão de tagarelas da vizinhança, vai ao cabelereiro se embonecar toda para ver se desperta algum ânimo no marido, mas enquanto isso ele é removido a um hospital pelo *Social Security*. Em vão ele protesta que não há nada de errado com ele, que o problema é com as crianças. Em cenas de uma comicidade alucinante, o paciente é submetido a todas as humilhações radiológicas, dietéticas, sexológicas e psiquiátricas de que é capaz a medicina moderna, personificada num doutorzinho de dez anos de idade. Quando volta, com a bunda doendo das injeções, Santa Claus nem repara no penteado da mulher, que então lhe passa um sabão em regra, acusando-o de ter perdido seu antigo entusiasmo visionário e

se transformado num egoísta senil, rabugento, intoxicado de autopiedade, como o Scrooge de Conto de Natal de Dickens (leitura proibida em escolas "politicamente corretas"). Quanto mais ela fala, mais o marido piora. No fim, ele está decidido: não vai a parte alguma, as crianças do mundo que se danem. A sra. Claus resolve então entregar ela própria os presentes, mas os ajudantes não parecem considerá-la muito convincente nas funções de Papai Noel.

Conspiração

Nesse ínterim, um investigador nomeado pela comunidade descobre que por trás de tudo há uma conspiração para desmoralizar o Natal sob argumentos hipócritas. A trama vem de uma ONG internacional do crime que reúne os piores tipos de todos os tempos: Lex Luthor, o Pingüim, Cruela, a Rainha Malvada, o Capitão Gancho e outros da

mesma laia – uma caricatura cruel da ACLU, a União Americana dos Direitos Civis, cujo nome encobre uma quadrilha de puxa-sacos de Saddam Hussein, Bin Laden, Fidel Castro e Hugo Chávez, empenhados em proibir árvores de Natal, monumentos religiosos e qualquer menção pública ao nome de Deus (exceto, é claro, para os muçulmanos). Só que os bandidos da peça foram mais inteligentes que a ACLU: em vez de atacar diretamente o Natal, empreenderam contra ele uma campanha de desinformação, trocando as cartas de crianças para Papai Noel por mensagens forjadas para desorientar o velhinho.

Mas, antes mesmo que lhe chegue a revelação da trama, ele recebe uma carta atrasada, que escapou à falsificação geral. O remetente, Aaron Williams, de Richmond, Virginia, não quer nada para si: pede apenas algum consolo para sua mãe, entristecida pela morte de um cãozinho doméstico. Ao ler

as palavras de despedida, *Sincerely yours*, "sinceramente seu", Papai Noel se dá conta de que o sentido do Natal não está perdido enquanto subsistir numa só alma viva. É a lembrança de um Deus que se oferece em sacrifício a cada pessoa numa mensagem de amor: *sincerely yours*. Reencorajado pelos bons sentimentos do menino, ele já começa a voltar atrás na sua recusa de viajar, quando chegam os mensageiros do detetive e, contando tudo, lhe mostram que, por trás da imagem de um mundo totalmente materialista e descristianizado, fabricada de propósito pelos conspiradores para denunciá-la em seguida e culpar o capitalismo, ainda existem milhões de Aarons Williams. O sr. e a sra. Claus partem então para entregar os presentes, e a primeira casa em que param é, evidentemente, a de Aaron. Junto à cama do menino adormecido há um presépio que se

transfigura em realidade. Jesus Cristo está nascendo naquele momento.

Já é o terceiro Natal em que a Assembléia de Deus do West End, com uma nova peça a cada ano, mostra o poder da sua inventividade teatral e musical. Vale a pena uma espiada no site do grupo, *www.gloriouschristmasnights.com*.

Lex Luthor

O espetáculo, porém, não é um fato isolado. Por toda parte pipocam as reações tardias mas vigorosas da sociedade americana contra quatro décadas de "revolução cultural" planejada para expulsar o cristianismo da cena pública. A tropa-de-choque anticristã, financiada em grande parte por George Soros, o Lex Luthor do mundo real, bem como por governos estrangeiros interessados na destruição cultural dos EUA, atua nas universidades, no

show business, na grande mídia e nas corporações milionárias, mas sua arma decisiva é o ativismo judicial, que permite mudar o sentido das leis sem ter de passar pela fiscalização democrática. “Os juízes – confessou cinicamente Leo Pfeffer, um dos mentores da campanha anticristã – podem obrigar o povo a aceitar o que eles julgam melhor para ele, mas que ele não aceitaria de legisladores eleitos”.

Superstições

O momento decisivo da revolução cultural foram os anos 60-70 – uma época de estupidez sem igual, em que, com seus nomes trocados para eufemismos publicitários encantadores, a escravização da humanidade ocidental aos traficantes de drogas, a elevação do banditismo às alturas de uma força político-militar de escala mundial, a transformação do processo

educacional num sistema de repressão sistemática da inteligência, a liquidação em massa dos bebês no ventre de suas mães, o abandono dos valores judaico-cristãos e sua substituição pelas superstições grotescas da "Nova Era", a destruição generalizada dos laços familiares e, por fim, a entrega da Indochina à sanha assassina dos comunistas (que aí acabaram matando em dois anos de paz cinco vezes mais gente do que a guerra havia matado em quase duas décadas) foram celebrados como vitórias imorredouras da liberdade e da civilização contra a barbárie e as trevas. Todos esses jihads demoníacos eclodiram juntos, com um sincronismo e uma unidade de fontes que já deveriam bastar para desmoralizar a crença numa transformação cultural espontânea, infundida na população pelos próprios regentes dessa orquestração de campanhas, com o propósito de camuflar sua autoria e dar ao processo, postiçamente, a autoridade

avassaladora de uma fatalidade histórica ou de um desígnio da Providência.

Os efeitos de longo prazo do ataque multilateral foram devastadores. Seus frutos mais maduros são a recente universalização do terrorismo e a farsa mundial das ditaduras sangrentas da China e do mundo islâmico prometendo libertar a humanidade da "opressão americana" com a ajuda do narcotráfico internacional, dos sanguessugas da ONU e das fundações Soros, Ford e Rockefeller, financiadoras de tudo o que não presta no mundo. O mero discurso dessa gente soaria grotesco se a capacidade de discernimento da platéia ocidental não tivesse sido embotada por quatro décadas de intoxicação cultural. A aliança de comunistas, radicais islâmicos e burocratas globalistas é demasiado parecida com um conluio entre o Pingüim, o Coringa e a Mulher-Gato para não ser notada logo à

primeira vista, exceto por um Batman de porre.

Na ocasião em que as coisas começaram, foi tudo tão rápido que a impressão de uma origem impessoal e espontânea se tornou difícil de evitar. Mas hoje sabe-se muito mais sobre a meticulosa – e caríssima – engenharia da revolução cultural. Quem, tendo uma boa retaguarda de conhecimentos sobre estratégia revolucionária e marxismo cultural, leia os livros de E. Michael Jones (*Libido Dominandi: Sexual Liberation and Political Control* e *John Cardinal Krol and the Cultural Revolution*), Charlotte Thomson Iserbyt (*The Deliberate Dumbing Down of America*), Lee Penn (*False Dawn*), Janet L. Folger (*The Criminalization of Christianity*), Pascal Bernardin (*Machiavel Pedagogue*) e Ricardo de la Cierva (*Las Puertas del Infierno*), não terá dificuldade em juntar os pontos e perceber como tudo isso foi montado, quem montou e quanto custou

(mais que o suficiente para eliminar a fome de muitos Terceiros Mundos). A internet colocou uma infinidade de materiais preciosos à disposição dos interessados em compreender o processo cuja unidade estratégica e financeira já não se pode negar nem muito menos ocultar mediante o surrado apelo ao carimbo de "teoria da conspiração".

Suprema corte

Na escala local dos EUA, o processo, por trás da inabarcável vastidão dos seus efeitos, foi até bem simples na sua concepção estratégica. O ataque, desferido desde várias fontes, começava com propaganda de massas e guerra psicológica, e culminava em decisões judiciais que, atendendo a pressões do ativismo, consagravam em obrigação legal propostas imorais e criminosas que jamais passariam no Congresso. Os tribunais e

especialmente a Suprema Corte, usurpando sistematicamente as atribuições do Legislativo, foram o instrumento encarregado de dar, em cada batalha da revolução cultural, o tiro de misericórdia, (o livro-padrão a respeito é *Men in Black. How the Supreme Court Is Destroying America*, de Mark R. Levin). Assim foi, por exemplo, com as decisões da Suprema Corte que proibiram a prece nas escolas públicas, suprimiram a ajuda estatal às escolas religiosas, liberaram a indústria da pornografia e, no processo fraudulento *Roe vs. Wade*, legalizaram o aborto. Essas batalhas continuam: sob a liderança da ACLU, as tropas da revolução cultural buscam agora remover monumentos religiosos dos edifícios públicos e proibir que as árvores de Natal sejam chamadas de árvores de Natal (devem ser *holyday trees*, "árvores de boas-festas", genericamente), para não ferir os sublimes sentimentos dos

ateus, dos materialistas e principalmente dos muçulmanos, cuja religião tem cada vez mais direitos especiais.

Humanismo laico

Nas primeiras décadas do ataque, a intelectualidade cristã, auto-intoxicada pelas esperanças insensatas do Concílio Vaticano II (intensamente manipulado desde dentro e desde fora pela KGB – v. o livro citado de Ricardo de La Cierva), estava justamente tratando de abrir os braços para seus inimigos sem nem de longe imaginar que tramavam a sua morte iminente. Deslumbrados pelos avanços da ciência econômica, os liberais clássicos e conservadores, por seu lado, começavam a embebedar-se de entusiasmo mágico pelos poderes da economia de mercado e passaram a apostar tudo nela, unilateralmente, descuidando da luta cultural e até

permitindo-se aderir ao “humanismo” laico e materialista que, nos EUA e na Europa, se disseminou entre as classes ricas como o principal aliado do comunismo e do radicalismo islâmico na guerra contra a civilização ocidental. Só muito recentemente começaram a emergir desse estado de idiotice útil e a colaborar na reação dos cristãos ao cerco opressivo que os torna marginais no país que fundaram.

Essa reação tem crescido muito nos últimos anos. Não há nenhum Soros ou Rockefeller por trás dela, mas a massa dos cristãos provou ser capaz de mobilizar recursos formidáveis e atacar nos pontos certos. Milhares de livros, revistas, jornais e sites da internet defendem hoje os direitos dos religiosos. Um militante cristão colocou a ACLU em palpos de aranha com um processo pela sonegação de milhões de atestados de estupro em abortos de meninas menores de idade. O direito de rezar em

público foi devolvido em centenas de escolas por via judicial. O jornalismo pró-cristão (Foxnews, *WorldNetDaily*, *Newsmax*, Rush Limbaugh) ocupa um espaço cada vez maior, aproveitando a vaga aberta pela desmoralização de gigantes "politicamente corretos" como a CBS e o *New York Times*. E muitas cadeias de lojas que haviam suprimido de suas propagandas de fim de ano a expressão "árvores de Natal" acabaram cedendo à pressão de milhões de cartas de cristãos indignados, mobilizados por uma campanha da American Family Association. A Lowe's e o Walmart já afinaram. A Walgreens pediu desculpas e prometeu que no ano que vem o bom e velho Natal estará de volta nos seus cartazes.

Pró-cristão

Mas, é claro, toda essa mudança não surgiu do nada. A recuperação começou na esfera

da intelectualidade superior, muitos anos atrás, quando a cena pública parecia definitivamente seqüestrada pelo materialismo militante. Entre as décadas de 80 e 90, discretamente, o pensamento cristão e pró-cristão já havia conquistado uma superioridade intelectual inegável. Nada no campo adversário se comparava às obras de Bernard Lonergan, Eric Voegelin, Thomas Molnar, Roger Kimball, Hilton Kramer, John Ellis e muitos outros. Enquanto os materialistas perdiam até mesmo o embalo do pensamento marxista e voltavam às fórmulas simplistas do século XIX (darwinismo, materialismo não-dialético, etc.), os cristãos se mostravam capazes de uma criatividade sem par na filosofia, nas ciências humanas, na crítica cultural. Entre os liberais clássicos da economia, uma retomada da consciência dos fundamentos morais e religiosos do capitalismo (v. Alejandro Chafuen, *Faith and*

Liberty) tende cada vez mais a neutralizar o apelo do humanismo laico. E um fenômeno particularmente auspicioso foi o surgimento de uma intelectualidade judaica fortemente pró-cristã. Com o tempo, escritores judeus como Michael e David Horowitz, Don Feder e o rabino Daniel Lapin acabaram se destacando entre os mais eloqüentes defensores dos direitos dos cristãos nos EUA. A situação, no conjunto, tende a melhorar muito.

O espetáculo da Assembléia de Deus do West End de Richmond é apenas um entre inumeráveis sinais dessa mudança. Santa Claus ainda sofre dores na bunda, mas já saiu da depressão.

Vindo quase juntos como vieram, a rejeição nacional do desarmamentismo, a CPI da Terra que condena as invasões de fazendas como crimes hediondos, a espetacular cassação de José Dirceu e a crescente reação anti-aborto entre os parlamentares – criando

a esperança de que o projeto-fraude da deputada Jandira Feghali venha a ser rejeitado – talvez indiquem algo mais do que a simples desmoralização geral do petismo. Talvez sejam o sintoma de uma mudança mais profunda. O que me leva a pensar isso é que tudo se produziu sem a interferência de nenhuma oposição conservadora politicamente organizada (nunca as acusações de "conspiração" soaram tão forçadas) e até sem nenhuma campanha cultural anti-esquerdista. Ao contrário: o establishment inteiro – partidos, universidades, mídia, movimento editorial – continua impregnado de esquerdismo até à medula, e completamente ignorante das idéias conservadoras, que ele facilmente substitui por suas caricaturas esquerdistas tomadas como realidades. Como é possível que opiniões ignoradas, sem qualquer representação pública e sem um só canal de atuação política, terminem por prevalecer

sobre a ideologia dominante sustentada em verbas praticamente sem fim?

O que me parece é que o sucesso da revolução cultural gramsciana alcançou seus limites naturais quando a longa preparação da mentalidade popular para que aceitasse qualquer proposta vinda da elite esquerdista cedeu lugar à conquista ativa e ao exercício do poder de Estado. A pura sedução dos "corações e mentes" não faz senão criar predisposições vagas, simpatias hipotéticas, a confiança da boca para fora em mudanças futuras só nebulosamente vislumbradas. É fácil manter o povo num estado de apatetado deslumbramento ante os ideais esquerdistas enquanto estes não têm nenhuma tradução prática e não sofrem o teste da realidade. Uma vez que se passa da simples hegemonia psicológica à conquista e exercício do poder, é preciso usar de meios concretos de ação que, fatalmente, não se parecem em nada com a imagem rósea da pureza socialista.

Qualquer militante sério sabe disso perfeitamente bem. Um José Dirceu jamais caiu na esparrela de achar que poses de Madre Teresa fossem um substitutivo eficaz do maquiavelismo gramsciano ou da amoralidade leninista. Ele é de certo modo um herói das esquerdas. Foi o homem que se incumbiu da tarefa indispensável de sujar as mãozinhas "éticas" para transfigurar possibilidades etéreas em armas efetivas. Um partido revolucionário sem roubo, fraude, propinas, dinheiro ilícito do Exterior, é uma impossibilidade pura e simples. Desde os tempos em que garganteava superioridade ética o PT já sabia que teria de mergulhar fundo na delinqüência para realizar suas ambições políticas maiores, e já se preparava para isso pelo menos desde a fundação do Foro de São Paulo, em 1990. O que não sabia é que, na passagem, podia se atrapalhar ao ponto de quebrar a pata como um jumento na travessia de um mata-burros.

Ao contrário do que aconteceu nos EUA, onde a revolução cultural entrou em refluxo sob os golpes de uma intelectualidade cristã e conservadora diligente e criativa, no Brasil quarenta anos de maquiavelismo gramscista estão sendo abortados simplesmente desde dentro, pela mágica inexplicável da burrice. O problema é que, quando a força hegemônica se extingue a si mesma, sem um único adversário para sequer remover o seu cadáver, o mau cheiro da sua decomposição pode se impregnar por muito tempo no campo de batalha vazio.

5 de dezembro de 2005.

Consciências deformadas

Semanas atrás, escrevi aqui que as denúncias contra Tom De Lay não passariam na Justiça; que eram apenas um truque sujo concebido para afastar de seu cargo na Câmara o líder republicano que constituía um pesadelo para os democratas. Dito e feito: as acusações principais já caíram. De Lay agora prepara o contragolpe judicial contra o promotor Ronnie Earle e provavelmente vai acabar com a carreira do distinto. Mas nem por isso conseguirá voltar à liderança em tempo de reconquistar seu prestígio antes das eleições parlamentares de

2006. O golpe baixo acertou em cheio. Uma coisa é estar limpo perante os tribunais; outra é lavar uma imagem coberta de infâmia pela vasta e persistente campanha de mídia que secundou (até no Brasil, para vocês verem como essas coisas vão longe) a investida de Ronnie Earle, tarimbado difamador judicial de inimigos políticos. Não que a palavra dos jornalistas pese alguma coisa nas eleições: uma recente pesquisa da Gallup mostra que apenas 24 por cento dos americanos acreditam um pouco neles. Mas pesa no ambiente social em torno, que pode oprimir com todo o peso do inferno. A prova de inocência não remove esse peso um só milímetro. De Lay continuará com a fama de escroque, e a esquerda ainda ganhará mais um mártir: Ronnie Earle.

Ninguém, como o pessoal da mídia e da *intelligentzia* esquerdista, tem a capacidade de continuar fingindo crença numa mentira longo tempo depois de desmascarada.

Vejam, por exemplo, o último filme de George Clooney, *Good Night, and Good Luck*, que glorifica um jornalista medíocre, Edward R. Murrow (personificado por David Strathairn), por haver combatido o senador Joe McCarthy. A velha choradeira antimacartista ainda funciona, mais de uma década depois de provado que nenhum dos investigados do famoso Comitê McCarthy era vítima inocente, que todos eram mesmo devotados colaboradores secretos de uma ditadura genocida, usando dos direitos democráticos para destruir a democracia. Depois da abertura dos arquivos de Moscou e da publicação dos comunicados entre a embaixada soviética e o Kremlin no período da Guerra Fria, pode-se acusar McCarthy de tudo, inclusive de melar a campanha anticomunista por inabilidade afoita, mas não de ter errado os alvos. Se têm dúvidas, leiam *Joseph McCarthy*, de Arthur Herman (Free Press, 1999), e *Venona: Decoding*

Soviet Espionage in America, de John Earl Haynes e Harvey Klehr (Yale Univ. Press, 2000). O filme é tão besta que, falando o tempo todo de inocentes acusados, não é capaz de mostrar um só deles. Mas a República Popular de Hollywood é capaz de ver nisso mesmo a prova de que eles existiam aos milhares. Um só chavão vale mais do que mil imagens que o desmintam.

O hábito da mentira e do auto-engano está de tal modo arraigado na elite esquerdista que se tornou como que sua segunda natureza. A amplitude do fenômeno está tão bem documentada hoje em dia que ninguém pode se considerar bem informado se ainda se surpreende com ele. Para quem está habituado ao assunto, é até redundante, por exemplo, a proposta do livro, no mais interessantíssimo, *Do As Say, Not As I Do* ("Faça o que eu digo, não o que eu faço", New York, Doubleday, 2005), em que o jornalista Peter Schweitzer, autor de uma

maravilhosa biografia de Ronald Reagan, compara os discursos do *beautiful people* esquerdista aos seus feitos na vida real. A maldade que Paul Johnson fez com os gurus clássicos do pensamento esquerdista em *Intellectuals*, Schweitzer faz com seus seguidores na política, na academia e no *show business*. O resultado, como não poderia deixar de ser, é arrasador. O enfatuado Michael Moore, fiscal número um da moralidade alheia, demoniza a Hallyburton, acusando a empresa de petróleo de lucrar com a guerra. Quando se vai ver, o próprio Moore é acionista da Hallyburton – e, tal como os demais acionistas, não ganhou coisa nenhuma com a guerra. Aliás ele vivia declarando que não tinha ações da bolsa: Scweitzer publica a lista de todas elas, extraída da sua declaração de rendimentos, com a assinatura do declarante. Al Franken, assanhado comentarista da estação clintoniana Radio

America e pretendente a adversário do conservador Rush Limbaugh, chama a América inteira de racista e posa de entusiasta da lei de quotas – mas, entre seus empregados, a quota de negros é de menos de um por cento. Nancy Pelosi, enfezadíssima líder democrata na Câmara, é tão famosa como defensora dos direitos sindicais que suas campanhas eleitorais se tornaram recordistas de contribuições dos sindicatos – mas suas empresas vinícolas, hoje entre as mais prósperas dos EUA, não aceitam empregados sindicalizados. Noam Chomsky, acusador emérito do Pentágono, vive de um discreto contrato milionário com... o Pentágono. Já nem falo nada de Ted Kennedy, dos Clintons e de George Soros. Não vou tirar de vocês o prazer de ler o livro – em inglês, é claro, pois obras dessa natureza não furam o cinto de castidade que protege a virgindade intelectual brasileira.

Se depois de saber dessas coisas vocês ainda tiverem estômago para agüentar lixo esquerdista de maior tonelagem, sugiro a leitura de *Stalin: The Court of The Red Tsar*, de Simon Sebag Montefiore (Vintage Books, 2003), de *Mao: The Unknown Story*, de Jung Chang e Jon Halliday (Knopf, 2005) e de *Fidel: Hollywood's Favorite Tyrant*, de Humberto E. Fontova, já citado aqui (Regnery, 2005). Estão, na opinião geral, entre os melhores estudos biográficos dos três líderes esquerdistas mais conhecidos do mundo. E o traço mais saliente das vidas dos três é a sua total inescrupulosidade, sadismo, crueldade, com doses de malícia e covardia quase inimagináveis para o cidadão comum. Tudo isso aliado, é claro, à pretensão de personificar a autoridade da presciência histórica, habilitada a julgar os vivos e os mortos desde as alturas de uma virtude quase angélica. Sem dúvida, o movimento esquerdista mundial criou um tipo humano

característico, marcado pela presunção de impecabilidade, pela licença ilimitada para praticar o mal com consciência tranqüila e sobretudo pela compulsão autovitimizante que leva cada um desses indivíduos, no alto do poder despótico, a sentir-se um pobre menino incompreendido pelo coração duro dos pérfidos conservadores.

Junte todo esse material na sua cabeça e depois medite o seguinte ponto: quem conhecesse essas coisas em 2002 teria caído no engodo da "ética" petista, mesmo não possuindo nenhum indício concreto de corrupção no partido? A resposta é um decidido "Não".

Mas, saltando por cima da atualidade, os dados também sugerem a pergunta sobre as origens: como foi possível, historicamente, o surgimento e a ascensão de tipos humanos tão formidavelmente ruins, perto dos quais qualquer tirano da antigüidade, qualquer inquisidor da Idade Média, qualquer

corrupto do Renascimento ou, mais ainda, qualquer líder conservador como Disraeli, Churchill ou a sra. Thatcher, por mais estragado que seja, fica parecendo São Francisco de Assis?

A resposta tomaria vários volumes, mas um fator incontornável é a mudança do eixo da auto-imagem moral íntima dos indivíduos humanos, inaugurada pelo movimento revolucionário entre os século XVIII e XX. Os documentos mais vivos dessa mudança são, evidentemente, as narrativas autobiográficas, que se tornam abundantes nessa época e, a partir das *Confissões* e *Devaneios* de Jean-Jacques Rousseau, contrastam agudamente com suas precursoras antigas e medievais, cujo modelo são as *Confissões* de Sto. Agostinho. Todo discurso, ensina a arte retórica, tem um destinatário ideal. Sto. Agostinho faz por escrito o traslado ampliado do que seria uma confissão sacramental. Seu ouvinte, por

definição, não pode ser enganado, porque é onissapiente. A consciência da sua presença permanente defende Agostinho contra a tentação da mentira interior, mas defende-o também do desespero, da autocondenação radical, da dramatização excessiva dos próprios males, porque aquela presença é também a do perdão universal.

Jean-Jacques, por seu lado, fala para a "opinião pública", cujos favores solicita. Não é de espantar que procure enganá-la por todos os meios, enganando-se a si próprio por tabela. Quando fala de seus pecados, ele ou os esconde por completo ou, ao contrário, os exagera histrionicamente, deleitando-se nas suas próprias misérias, quase ao mesmo tempo que admite, com modéstia exemplar, ser portador de qualidades morais jamais superadas e, pensando bem, a alma mais linda e pura da Europa. Substituída a onissapiência amorosa do ouvinte pela extensão quantitativa de um "público" que o

autor ao mesmo tempo corteja e despreza, a imagem da alma refletida também se modifica proporcionalmente, deformando-se à medida da ilusão coletiva, móvel e incerta, na qual o autor busca um espelho onde enxergar-se objetivamente, sem lembrar-se que é ele mesmo que a está criando pela influência que exerce sobre o público.

Nenhum homem alcança a onissapiência, mas saber que ela existe o ajuda a não se enganar, quando ele, ao ingressar na aventura do autoconhecimento, se sente observado por olhos eternos que “sondam os rins e os corações”. Durante séculos a disciplina do exame de consciência, à luz dos Dez Mandamentos, deu a cada homem o máximo de objetividade possível no julgamento de si. Já os olhos da platéia se movem conforme os gestos do ator, que a manipula ao mesmo tempo que se submete às suas preferências do momento.

A modernidade começa com essa mutação fraudulenta da consciência de si. Que ainda levasse dois ou três séculos para que monstros de falsa consciência como Stalin, Mao e Fidel fossem considerados modelos de virtude, é algo que se deve, é claro, à subsistência discreta do antigo critério de julgamento no seio mesmo da cultura que o nega e que desejaria extingui-lo para sempre.

Se ainda há um pouco de moral e dignidade no mundo, é porque algo da consciência de ser visto por um observador onissapiente, imune às flutuações da alma individual e da platéia coletiva, subsiste no coração humano. Em plena apoteose do laicismo moderno, ainda há muitos seres humanos que caminham diante dos olhos do Senhor. Eles são a única régua e medida para o julgamento dos demais. Por isso o Evangelho diz que vão julgar o mundo. O que os outros pensem ou deixem de pensar não pesa nisso no mais mínimo que seja.

12 de dezembro de 2005.

Lá vem encrenca

Quarta-feira da semana passada, li num despacho da agência Efe, reproduzido em vários jornais brasileiros, o seguinte: “O presidente George W. Bush afirmou hoje que admite a responsabilidade pelos erros existentes nos dados dos serviços de Inteligência, que foram determinantes na decisão de lançar a guerra contra o Iraque”. O jornalista que escreve uma coisa dessas deveria ser processado e preso por fraude. Bush, que não teve responsabilidade nenhuma por aqueles erros, estaria mentindo contra si mesmo se a assumisse.

Ele se declarou responsável pela decisão de ir à guerra, não pela produção dos erros de inteligência que afetaram parcialmente essa decisão. O texto do seu discurso do dia 13 é claro e não dá margem a nenhuma confusão entre uma coisa e outra. O despacho da Efe é, com toda a evidência, falsificação proposital, não sei se fabricada diretamente pela agência internacional ou resultado de maquiagem aplicada nas redações brasileiras. Mas, como se sabe, contra Bush vale tudo. Nos EUA, todo mundo entendeu o pronunciamento do presidente como um sinal de recuperação do seu poder de iniciativa depois de um período de inércia e paralisia. O discurso atemorizou e confundiu os democratas, ao ponto de jogá-los num esforço desesperado para tentar apagar da memória pública a pregação derrotista de uns dias atrás, com que esperavam fazer dano ao presidente e que só serviu para colocá-los numa posição humilhante. O

discurso foi, manifestamente, uma vitória de George W. Bush. Transformar uma exibição de superioridade moral numa patética confissão de culpa é o suprassumo da falsificação.

Ademais, as informações que Bush recebeu do serviço secreto britânico sobre armas de destruição em massa não estavam tão erradas quanto o público imagina. Muitas dessas armas foram realmente encontradas (já mencionei aqui a lista publicada no livro de Richard Miniter, *Disinformation*). Dizer que elas não existiam, que Bush as inventou, é desinformação criminosa, colaboração ativa com o inimigo. Bush sabe disso, mas o número de traidores nos altos círculos de Washington é tão grande que, se ele dissesse a verdade a respeito deles, desencadearia a maior crise política da história americana. Ele tem procurado contornar a situação, tentando desarmar os traidores pouco a pouco, discretamente, ao mesmo tempo que,

em público, os trata como se fossem patriotas bem intencionados. Aqui todo mundo sabe que é fingimento, que a elite esquerdista do Partido Democrata é uma quinta-coluna, que Bush está simplesmente tratando de ganhar terreno aos poucos por não sentir que tem força para sustentar ao mesmo tempo uma guerra no exterior e uma crise de governabilidade no interior. Os Clintons, os Kennedys e *tutti quanti*, por sua vez, fazem de conta que querem a volta dos soldados americanos, mas, na hora H, votam contra ela. Agem assim porque sabem que, quando Bush se livrar da carga iraquiana, estará pronto para esmagá-los como quem pisa numa lagartixa. Ele tem informações suficientes para mandar muitos deles para a lata de lixo ou para a cadeia. Tem evitado usá-las, porque isso seria o fim do Partido Democrata, a destruição do tradicional equilíbrio bipartidário que é a base da democracia americana. Mas, se acuado, não

terá remédio senão lançar o ataque final. E aí haverá choro e ranger de dentes. Os republicanos estão tão armados que têm medo de si mesmos.

Um item importante do arsenal, guardado com a maior discrição durante meses e que está para ser liberado pelo secretário Rumsfeld para discussão no Congresso, é o sumiço de um dossiê que, um ano antes do 11 de setembro, revelava a presença em território americano de uma célula da Al-Qaida chefiada pelo terrorista Mohammed Atta, um dos mentores do atentado ao World Trade Center. Na época, o investigador do Departamento de Defesa que estava seguindo essa pista, o tenente-coronel Tony Shaffer, foi simplesmente impedido de passar a informação ao FBI, que assim não pôde desmantelar a célula. Impedido por que? Porque o então presidente Clinton – conforme escrevi na *Zero Hora* de Porto Alegre 30 de maio de 2004 – "havia

centralizado na Casa Branca o controle direto de todos os órgãos de segurança e bloqueado propositadamente as comunicações entre eles. A CIA, o FBI e outras agências estavam então conduzindo investigações paralelas sobre as verbas ilegais de campanha dadas ao candidato Clinton pelo exército da China e os subseqüentes favores que, uma vez eleito, o gratíssimo presidente prestou aos serviços de espionagem chineses. Sem intercâmbio de informações, os investigadores não puderam, na época, juntar os fios da trama".

Paulo Francis costumava dizer que Clinton sairia da Casa Branca algemado. Saiu livre, mas a nação pagou por isso um preço intolerável: as informações sobre Mohammed Atta não chegaram ao FBI e a operação terrorista que poderia ter sido abortada foi levada a cabo com sucesso literalmente... estrondoso. Foi decerto o maior crime que um presidente dos EUA já

cometeu contra o país, com o agravante do motivo torpe: esquivar-se de pagar por um crime anterior.

Mas a sujeira não terminou aí. Em 2003, estava reunida a famosa comissão parlamentar de inquérito cuja principal ocupação foi abafar a responsabilidade do Congresso pela declaração de guerra baseada em informações inexatas e jogar a culpa de tudo em George W. Bush. Ela improvisou para isso até mesmo um heroizinho postiço, Richard Clarke, que brilhou por quinze minutos e depois desapareceu para sempre na noite dos tempos quando se comprovou que não só seu depoimento era falso como sua identidade também era (isso já deveria ter bastado para esvaziar a comissão, mas a mídia, que emprestara todos os seus megafones a Clarke, foi discretíssima ao noticiar sua desmoralização). Pois bem: o coronel Shaffer passou a essa comissão um dossiê com todas as informações sobre a

célula de Mohammed Atta e sobre a supressão delas pelo governo Clinton. A comissão fez de conta que não viu. No seu relatório final, um tratado de antibushismo, nem sequer mencionou o dossiê. Nenhuma ocultação de crime é perfeita se não se oculta a si mesma. A comissão completou o trabalho sujo de Bill Clinton.

Para vocês entenderem por que ela fez isso, têm de saber um detalhe: a assessora que Clinton designou para tapar os canais de comunicação entre os serviços de inteligência chamava-se Jamie Gorelick. Quem é ela? Entre os favores prestados pelo governo Clinton à China em retribuição da ajuda de campanha, favores que os órgãos de inteligência estavam justamente investigando na ocasião, estava a permissão dada a uma subsidiária da General Electric para vender ao exército chinês equipamentos que, segundo se revelou depois, serviam para a fabricação de mísseis intercontinentais

direcionados ao território norte-americano. Jamie Gorelick era advogada dessa subsidiária. Se ela tivesse saído do palco no fim do governo Clinton já teria levado para casa uma bela folha de serviços criminosos. Mas em 2003 ela era deputada – e foi designada para qual comissão? Essa mesma comissão da qual eu estava falando. Ou seja: a criadora do bloqueio geral que paralisou os serviços de segurança e possibilitou o atentado de 11 de setembro foi encarregada de investigar as falhas de segurança que possibilitaram o atentado de 11 de setembro. Não é de espantar que o dossiê de Tony Shaffer fosse para o beleléu.

O tenente-coronel, depois disso, andou denunciando a sujeira toda, com o apoio do deputado Curt Weldon (que já mencionei aqui). Mas a denúncia teve boa cobertura só na Foxnews, em programas de rádio, na *internet* e nuns poucos jornais pró-Bush. A grande mídia, que tem mais amor por Bill

Clinton do que a mãe dele, abafou a história até fazê-la desaparecer por completo. E o próprio presidente Bush, cuja persistente discrição quanto aos crimes dos seus adversários políticos beira a abnegação suicida, simplesmente proibiu que Weldon convocasse Shaffer a depor no Congresso. Às vezes não entendo a cabeça desse sr. Bush, uma espécie de Gonçalo Ramires americano, tão desengonçado, tão inarmônico consigo mesmo, tão ousado numas coisas e tímido em outras quanto o personagem de Eça de Queiroz. O homem capaz de declarar guerra ao mundo parece preferir antes deixar que os adversários internos o matem a agulhadas do que jogar logo sobre eles a bomba que tem na mão, capaz de destrui-los todos de uma vez. Ele me lembra o verso de Rimbaud, "*par délicatesse j'ai perdu ma vie*". Mas, quaisquer que fossem as suas razões íntimas para manter o silêncio, elas parecem não ter resistido à queda de popularidade. Curt

Weldon disse esta semana na CNN que o secretário Rumsfeld está para liberar a convocação de Shaffer. “Finalmente o povo americano vai saber a verdade”, afirmou o deputado. Quando acontecer, nem todo o clintonismo da mídia chique poderá abafar a explosão. Talvez nem mesmo a mídia brasileira, a mais mentirosa do mundo, consiga esconder um escândalo desse porte.

A campanha de ódio movida pelos democratas contra George W. Bush é tão violenta, tão histriônica, tão forçada, tão desproporcional com os modestos pecados do presidente – e sobretudo tão injusta para com o sucesso alegadamente impossível que ele está obtendo em consolidar a democracia no Iraque –, que não pode se inspirar tão-somente em motivos ideológicos. A eles soma-se uma desesperada articulação de esforços para salvar a pele de Bill Clinton, de Jamie Gorelick e da comissão do 11 de setembro inteira. É preciso muitos crimes

imaginários para encobrir tanta corrupção, tanto perjúrio, tanta alta traição. Tal como aconteceu com o PT no Brasil, os campeões do moralismo indignado, os donos da tribuna de acusação, acabarão se revelando os maiores criminosos de todos. Weldon e Shaffer são dois rottweilers mantidos na coleira só pela mão incerta de Donald Rumsfeld. O secretário está só medindo o tamanho da encrenca que a dupla vai armar quando ele a soltar no galinheiro democrata. E parece que está começando a gostar da idéia.

***

Estou acompanhando, divertido, o bate-boca entre Diogo Mainardi e Alberto Dines sobre quem manda no jornalismo brasileiro, o PT ou a *Opus Dei*. Até o momento, dez a zero para o Mainardi. Dines não conseguiu apontar um só agente daquela

organização católica nos altos escalões da mídia nacional. Se algum há, está bem camuflado ou é um monstro de timidez, pois não ousa sequer dizer uma palavrinha contra o anticristianismo militante que erigiu em norma de redação o hábito de carimbar de "extremismo de direita" a simples oposição à lei do aborto. Diga-se de passagem que o próprio Mainardi aprova essa lei, apenas recusando-se a defendê-la pelos meios torpes que se tornaram de praxe entre os coleguinhas – e essa recusa já basta, é claro, para que ele próprio seja catalogado na temível "extrema direita".

O "Observatório da Imprensa" de Alberto Dines não é uma entidade independente. É um órgão militante, ponta-de-lança do esquerdismo internacional que lhe paga as contas. Já provei isso e nunca fui desmentido. Mainardi, que eu saiba, não recebe dinheiro de nenhuma organização política, mas, pelos critérios da esquerda, o

simples salário de jornalista profissional, tão limpo quando pago a esquerdistas, se torna uma espécie de propina corruptora quando vai parar num bolso politicamente incorreto. No jornalismo brasileiro, todos os valores foram invertidos. Quando Dines é subsidiado diretamente pelos interesses políticos que defende, pratica jornalismo idôneo ao ponto de ser aceito como juiz da credibilidade alheia. Quando Mainardi escreve com liberdade aquilo que pensa, é um corrupto a soldo de interesses tenebrosos.

É de espantar que, quantos mais brasileiros aprendem a ler, menos sejam entre eles os interessados em ler jornal?

19 de dezembro de 2005.

UMA DESCRIÇÃO QUE FALA POR SI

A DIVISÃO DE FORÇAS no mundo nunca esteve tão nítida. De um lado, os EUA, Israel, a Inglaterra, o Japão, Taiwan, os antigos satélites da URSS e, na América Latina, uns quantos países da América Central mais o Chile e a Colômbia. No mundo islâmico essa aliança tem um enclave no Iraque e outro no Kuwait.

Do outro lado, o aglomerado islâmico, a China, a Rússia, um punhado de ditaduras africanas e, na América Latina, todos os países governados pelos partidos do Foro de

São Paulo, destacando-se Cuba e a Venezuela.

Não é impróprio chamar esses dois blocos de aliança americana e aliança anti-americana respectivamente.

Todas as nações da aliança americana têm economias de mercado em franca prosperidade, governos democráticos, eleições livres e uma intensa fiscalização do governo pela opinião pública.

Praticamente todas as nações do outro lado têm governos ditatoriais ou em vias de tornar-se ditatoriais, economias miseráveis fortemente estatizadas ou em acelerado processo de estatização (quando não de militarização) e, *last not least*, uma folha de realizações na área dos direitos humanos que, só na última década, não ficou abaixo dos três milhões de mortos e algumas centenas de milhares de prisioneiros políticos.

Ambigüidades oportunistas do Brasil, do México, da Índia e da União Européia podem confundir um pouco as linhas de fronteira, mas não é difícil entender que, ressalvada a hipótese de um *tour-de-force* diplomático americano, essas forças tendem a se alinhar com o segundo bloco no momento decisivo.

Tal como veio acontecendo regularmente há pelo menos cem anos, é justamente o lado miserável, ditatorial e genocida que fala em nome de promessas de um mundo melhor, levantando a bandeira da justiça, da liberdade e dos direitos humanos, enquanto as nações onde existem essas três coisas são apresentadas como opressoras imperialistas e ameaças à segurança da espécie humana.

Ideologicamente, as linhas de fronteira não coincidem com as divisões do espaço geopolítico, pois, dentro da própria aliança americana, para não falar da União Européia, a opinião dominante na mídia e nas instituições de cultura é maciçamente

anti-americana. Dentro da área anti-americana, por sua vez, a opinião favorável aos EUA é minoritária, sem meios para se expressar e fortemente reprimida pelos governos ou por organizações militantes.

A composição ideológica do bloco anti-americano é heterogênea, a diversidade caótica das suas propostas contrastando singularmente com a unidade de ação estratégica que tem demonstrado. Ela abrange:

1. Comunistas e neocomunistas.
2. Radicais islâmicos.
3. Nacionalistas de direita do Terceiro Mundo fortemente impregnados de anti-americanismo.
4. Nazistas, neonazistas, fascistas e anti-semitas em geral.
5. Planejadores, financiadores, adeptos, militantes e serviçais do projeto de governo mundial já abraçado oficialmente pela ONU,

subsidiado por fundações bilionárias como George Soros, Rockefeller e Ford e apoiado formal ou informalmente por toda a esquerda norte-americana, encravada especialmente no Partido Democrático mas com algumas extensões no Republicano.

Do outro lado encontram-se:

1. Conservadores empenhados explicitamente em defender os valores judaico-cristãos, a economia de mercado e as instituições democráticas de molde anglo-americano.

2. Nacionalistas americanos e os componentes da chamada “direita religiosa”.

3. Judeus sionistas.

4. Anticomunistas professos em geral, notadamente os foragidos de regimes comunistas ou egressos de movimentos de esquerda.

5. Liberais pragmáticos sem nenhum amor especial aos valores personificados pelas quatro últimas facções mas levados na

prática a aliar-se com elas contra o intervencionismo estatal e o globalismo burocrático.

A simples descrição do estado de coisas é suficiente para mostrar quem tem razão e de que lado devem ficar as pessoas decentes. Se muitas delas não chegam a perceber isso, é apenas graças à hegemonia anti-americana dos meios de comunicação, uma quinta-coluna a serviço do que existe de pior no mundo. O destino da humanidade depende, quase que integralmente, de que essa hegemonia seja destruída o quanto antes.

20 de dezembro de 2005.

O DIREITO DE INSULTAR

RAROS PRESIDENTES AMERICANOS tiveram planos tão ambiciosos como George W. Bush, e a razão pela qual ele é tão odiado é que esses planos, aparentemente inviáveis mesmo a longuíssimo prazo, estão se realizando com velocidade alucinante. A consolidação da democracia no Iraque é tão irreversível que a minoria sunita desistiu de boicotar o processo e até os terroristas abdicaram de tentar anarquizar as últimas eleições (o número de ataques baixou em setenta por cento). Os países em torno improvisam reformas, não querendo ser

passados para trás pela onda democratizante, enquanto as tropas americanas continuam firmes no apoio às metas do presidente, resistindo a todas as chantagens e seduções que, na guerra do Vietnã, debilitaram tão facilmente o seu espírito de combate.

Espalhar a democracia no Oriente Médio é uma realização que não fica abaixo da vitória de Ronald Reagan na Guerra Fria. A diferença é que esta se tornou visível da noite para o dia, com a queda do muro de Berlim e a autoliquidação da URSS, ao passo que os resultados visados pelo presidente Bush só podem aparecer aos poucos, espalhados em diversos países e diluídos no fluxo de notícias desfavoráveis que a oposição democrata, firmemente encastelada na grande mídia, produz diariamente para encobri-los.

"Notícias" não é bem a palavra. "Factóides" seria mais apropriado. No começo,

impressionaram muito. Chegaram quase a persuadir a opinião pública de que gritos, sustos e gozações humilhantes, impostos a terroristas presos em Guantanamo ou Abu-Ghraib, eram crimes contra a humanidade comparáveis às torturas físicas hediondas que levam os prisioneiros políticos de Cuba, da China ou das ditaduras islâmicas ao desespero e à morte. Aos poucos, a diferença escamoteada acabou aparecendo naturalmente. A orquestra de exageros premeditados conseguiu mesmo é dissolver o impacto da palavra "tortura", fazendo dela uma mera figura de linguagem.

Houve também as denúncias escabrosas contra figurões do Partido Republicano. Mas os lucros fabulosos da Hallyburton no Iraque acabaram se mostrando inexistentes, enquanto a acusação de "ruptura de sigilo" jogada contra o vice-presidente Dick Cheney vai se revelando cada vez mais uma pegadinha montada pelo marido mentiroso

de uma agente da CIA. E, vendo que as imputações criminais lançadas contra Tom De Lay não vão mesmo dar em nada, os democratas já passaram ao plano B: espalhar na mídia que o ex-líder republicano na Câmara gasta muito dinheiro de campanha passeando de avião e hospedando-se em hotéis de cinco estrelas. Mesmo que nisso De Lay não ficasse muito abaixo da gastadora Hillary, restaria ainda a pergunta: e daí?

Revoltados de ter de contentar-se com resultados jornalísticos, sem trazer dano judicial substantivo ao *entourage* do presidente, os democratas voltaram seu ódio contra os jornalistas conservadores. Queriam vingar-se das revelações desmoralizantes que acabaram com a carreira de Dan Rather e baixaram as vendas do *New York Times*. Gastaram uma nota preta em investigações para queimar alguma reputação, mas tudo o que conseguiram foi descobrir que o radialista Rush Limbaugh, desde uma

operação na coluna, ficara viciado em analgésicos. Rush passou umas semanas entalado numa confusão judicial, mas emergiu mais perigoso e aplaudido do que antes.

Então os frustrados, no auge do desespero, resolveram vingar-se em alguém mais fraco: saltaram sobre Michele Malkin, uma linda colunista filha de imigrantes vietnamitas, que escreve artigos arrasadores contra o esquerdismo chique do *establishment* democrata. Mas, não descobrindo nada contra ela, espalharam na *internet* o grito de dor da impotência enraivecida: "Alguém precisa dar um tiro entre aqueles dois olhinhos puxados".

A própria Michele, notando os progressos da apelação entre as fileiras da esquerda, dedicou a eles seu último livro, *Unhinged*: "Destrambelhados". É a palavra que melhor descreve o estado de espírito de uma facção que, vendo desfazer-se um a um seus ideais,

seus argumentos, sua razão de ser, já não dispõe senão do último consolo: o direito de insultar.

Mas o esvaziamento moral não significa, ainda, derrota publicitária ou eleitoral. As realizações de Bush, complexas e abrangentes, precisam de tempo para consolidar-se e ser compreendidas pelo público. Enquanto isso, a confusão favorece o adversário. A curto prazo, o xingamento puro, sem pé nem cabeça, pode ainda ser uma arma mortífera.

22 de dezembro de 2005.

Feliz Ano Novo? Que cinismo!

O Brasil entra em 2006 nas seguintes condições: (1) O governo federal está nas mãos de um partido que, subindo ao poder sobre os cadáveres das reputações de seus adversários, usou de sua fama de restaurador da moralidade como camuflagem para poder criar o mais vasto e eficaz sistema de corrupção política já observado neste país.

(2) Ao longo de sua ascensão, apoiada na hegemonia previamente conquistada pela "revolução cultural" gramsciana, esse partido desarmou completamente seus possíveis

adversários ideológicos, ao ponto de nas eleições presidenciais de 2002 seu candidato não ter de concorrer senão com imitadores do seu discurso, cada um tentando provar que era o mais esquerdista dos quatro. E tão completo era o domínio exercido pela esquerda sobre a mentalidade pública, que essa disputa em família, com total exclusão de discordância ideológica por mais mínima que fosse, foi celebrada por toda a mídia cúmplice como "a mais democrática de toda a nossa História". Neurose, dizia um grande psicólogo que conheci, é uma mentira esquecida na qual você ainda acredita. O Brasil continuará doente enquanto não recordar e desmascarar a farsa com que aceitou alegremente colaborar em 2002.

(3) O deslocamento do fiel da balança para a esquerda falseou todo o quadro das opções políticas, ao ponto de que hoje a hipótese mesma de um discurso de direita, na linha do Partido Republicano americano ou do

Partido Conservador inglês, se tornou inviável e inconcebível no Brasil. O máximo de direitismo admitido é o do PSDB, partido pertencente à Internacional Socialista e comprometido a implantar no Brasil todas as mutações sociais e culturais defendidas pela esquerda mundial, como o abortismo, o casamento gay, o "direito alternativo" etc. Eliminada a possibilidade de divergências de fundo, sobraram apenas a disputa de cargos e o bombardeio mútuo de acusações de corrupção: a política reduziu-se a um bate-boca entre quadrilhas de ladrões. O PFL, que poderia ter representado a alternativa ideológica ao consenso socialista, abdicou de seu dever e acomodou-se à função de tropa auxiliar de uma das quadrilhas.

(4) Como nem a esquerda petista nem seus adversários tucanos conseguiram conceber nenhuma alternativa viável à política econômica "ortodoxa" do FMI, esta se

mantém como orientação dominante desde o governo FHC, sem perspectiva de ser abandonada por qualquer das facções que suba ao poder. À sombra da estabilidade econômica, erigida em único bem digno de ser preservado, a máquina de subversão instalada no governo está livre para transformar o sistema judiciário em instrumento da luta de classes, o ensino público em pregação do ódio anticapitalista, as instituições de cultura em megafones do discurso comunista mais estúpido e grosseiro que o mundo já ouviu. Ninguém liga. A lepra socialista pode se alastrar por todo o corpo da sociedade, dominar as consciências, perverter todas as relações humanas. Enquanto não mexer diretamente nas contas bancárias dos senhores barões, estes continuarão achando tudo lindo. A classe chamada dominante já não domina nada há muito tempo, está cercada e acuada, reduzida a viver de favores mendigados à

elite comunista, mas como ainda tem dinheiro para gastar em Londres e Nova York, mantém a pose. E se tentamos lhe explicar o perigo que corre, responde com a clássica reação do covarde orgulhoso: estrangula o mensageiro das más notícias.

(5) A criminalidade triunfante já ultrapassou de há muito os limites dentro dos quais podia ainda se considerar um problema corrigível. Tornou-se um fato consumado, uma constante da natureza, um modo de ser, uma instituição. Segundo dados oficiais da ONU, são 50 mil homicídios por ano. Segundo pesquisas locais do jornalista espanhol Luís Mir, 150 mil. A polícia, intimidada pela superioridade bélica dos narcotraficantes e sobretudo pelo temor que lhe inspira o olhar malicioso da classe jornalística, se ocupa apenas de sobreviver e mostrar-se o mais inofensiva possível. Enquanto isso, o governo continua de namoro com as FARC e a intelectualidade

esquerdista clama pela libertação de qualquer agente da narcoguerrilha colombiana que por acaso vá parar na cadeia, onde aliás é poupado de qualquer pergunta comprometedora.

(6) As Forças Armadas, enfraquecidas por sucessivos cortes de verbas, humilhadas e aviltadas por mentiras escabrosas alardeadas na mídia, começam a reagir como vítimas da síndrome de Estocolmo: distribuem condecorações a seus acusadores e buscam lisonjeá-los mediante efusões de anti-americanismo pseudopatriótico (o brigadeiro Ferola e a ESG em geral são ótimos nisso), na esperança de desviar contra um inimigo comum a hostilidade do *establishment* esquerdista ante o qual generais de inumeráveis estrelas tremem como dozelas assustadas.

(7) Os tribunais são dominados por juízes semi-analfabetos que abertamente desprezam a lei em nome de suas convicções

políticas improvisadas, achando que a mais alta missão da Justiça é punir os capitalistas como exploradores do proletariado e libertar os assassinos e narcotraficantes como vítimas da sociedade malvada.

(8) Curiosamente, a maioria da população permanece apegada aos ideais proibidos: moral judaico-cristã, propriedade privada, direito de portar armas etc. Mas já não há ninguém que fale em nome dessa maioria. Mesmo os que compartilham das crenças populares não ousam defendê-las abertamente. O imenso espaço que a decadência de tudo o mais abre para o ingresso de um autêntico partido conservador no cenário nacional não tem quem o preencha. Conservadorismo significa fidelidade, constância, firmeza. Não é coisa para homens de geléia.

(9) Culturalmente, o Brasil está morto e enterrado. Já não tem nada em comum com aquele país dos anos 30-60, que se espelhava

numa geração de escritores, pensadores e artistas capazes de ombrear-se aos de qualquer nação do mundo. Na época, "cultura" significava Gilberto Freyre, Graciliano Ramos, Marques Rebelo, Annibal M. Machado, José Guilherme Merquior, Nelson Rodrigues, Heitor Villa-Lobos, Herberto Sales, Manuel Bandeira, Carlos Drummond de Andrade, Miguel Reale, Vicente Ferreira da Silva, Mário Ferreira dos Santos, Otto Maria Carpeaux, Gustavo Corção, Álvaro Lins, Augusto Meyer. Hoje cultura é o sr. Gilberto Gil, um pseudo-intelectual de miolo mole segundo ele próprio admite, não sem certo orgulho. Os discípulos da grande geração – Carlos Heitor Cony, João Ubaldo Ribeiro – esgotam-se na indecisão entre a fidelidade à consciência literária, que requer a sinceridade das "impressões autênticas", como as chamava Saul Bellow, e o desejo de agradar os amigos bem situados na vida.

Escritores e poetas autênticos – Alberto da Cunha Melo, César Leal, Ângelo Monteiro – vegetam na província, mais ignorados nos grandes centros do que o seriam nos tempos da Colônia. E o gênio fulgurante de Bruno Tolentino, sumido dos debates públicos, desprezado por suplementeiros literários que não seriam dignos de lhe amarrar os sapatos, vai se conformando com um papel obscuro, esquecido da missão de educador literário do Brasil, que um dia lhe coube por natureza e direito.

(10) Espiritualmente, a alma nacional oscila entre o oportunismo sociopático transformado em *Ersatz* do senso prático e o ódio político transfigurado em sucedâneo da moralidade. Ensinado nas escolas a papaguear *slogans* politicamente corretos, obrigado por lei a considerar que o canibalismo, os sacrifícios humanos ou rituais para tornar os inimigos sexualmente impotentes são expressões religiosas tão

respeitáveis quanto a fidelidade judaica e a piedade cristã, o povo ainda não abdicou de seus velhos sentimentos morais, mas só os vive na esfera dos sonhos, incapaz de lhes dar a menor expressão concreta na vida real. O Papa João Paulo II acertou na mosca quando disse que "os brasileiros são cristãos na emoção, mas não na fé". Quando querem expressar sua emoção religiosa em atos e palavras, a única linguagem que lhes resta é a da teologia da libertação ou a daquela velha mistura, tipicamente brasileira, de mística positivista-evolucionista, ocultismo vulgar e pseudomessianismo nacionalisteiro.

O mais impressionante de tudo é que a chamada elite, diante dessa destruição completa das bases civilizacionais do país, se recusa a tomar consciência da gravidade da situação e se apega desesperadamente à ilusão de que tudo se resolverá por si, sem nenhuma ação da parte dela.

O cinismo brutal de um lado, a irresponsabilidade covarde de outro – eis os dois pilares da sociedade brasileira do futuro, na qual só mesmo os cínicos e os irresponsáveis podem esperar sentir-se bem.

Votos de Ano Novo? Ora, façam-me um favor! Quem pode fazer votos de que tudo o que está acontecendo pare de acontecer, de que tudo o que não acontece, mas deveria, comece a acontecer? O Brasil não precisa de um milagre. Precisa da mais extraordinária conjunção de milagres que se poderia imaginar. E milagres, mesmo individualmente, jamais acontecem quando os possíveis interessados estão pedindo exatamente o contrário.

Tarados

Um sintoma miúdo, mas revelador, pode ilustrar o estado presente da alma nacional, tal como descrito acima.

Há um grupo de tarados na comunidade Orkut, da *internet*, que já escreveram mais de trinta mil páginas contra mim e, para cúmulo, esperam que eu leia tudo – como se eu me achasse tão interessante quanto eles me imaginam. Não criticam propriamente minhas opiniões, pois não chegam a apreendê-las com clareza bastante para isso. Fixam-se em detalhes que, por motivos ignorados, os irritam e desconcertam, entre os quais o meu penteado, não sei se demasiado provocante ou inócuo, a minha idade, que consideram um vício moral revoltante, e o fato insólito de eu ter filhas bonitas sem preencher as condições ideológicas requeridas para isso. Descritos com abundância de minúcias, meus defeitos ali apontados abrangem aparentemente toda a gama das possibilidades humanas, pois apareço ao mesmo tempo como gay e homofóbico, anti-semita e fanático sionista, moralista auto-reprimido e putanheiro

assanhado etc. etc. Tendo-me colocado assim no centro da *coincidentia oppositorum*, os redatores do *site* chegaram a um ponto em que já nada podiam dizer contra mim que não fosse desmentido por alguma acusação anterior. A solução encontrada para essa dificuldade foi inventar-me de novo, moldando a minha figura segundo os requisitos apropriados para uma esculhambação em regra, sem contradições ou ambigüidades. Criaram então uma página especial do Orkut, usando o meu nome e fotografia e fazendo-se passar por mim. Preencheram a página com uma confissão de nazismo e espalharam convites para que os trouxas a freqüentassem, constatando com seus próprios olhos e até cérebros, caso os tivessem, a minha militância nazista em ação. Ficou assim provado ser eu um completo F. D. P., *quod erat demonstrandum*. Com base em evidências tão sólidas, tornou-se mesmo imperativo

reeditar ali uns velhos e já quases esquecidos apelos à supressão física da minha execrável pessoa, acompanhados de indicações, infelizmente um tanto desatualizadas, dos lugares onde os interessados na minha execução sumária podem mais facilmente me encontrar e me pegar de jeito.

Há mais de mil pessoas envolvidas nesse empreendimento, a maioria delas portadora de diplomas universitários e pertencente, destarte, à parcela mais esclarecida da população, pela qual não se chega sequer a formar uma vaga idéia do que poderiam ser as menos esclarecidas.

Nenhuma dá sinal de perceber algo de criminoso nas ações do grupo, e suspeito que muitas, ou quase todas, se informadas de que estão sujeitas às leis brasileiras como quaisquer outras criaturas residentes no país, se mostrariam sinceramente indignadas ante essa pretensão intolerável.

Bem ao contrário, todas se acreditam movidas pelos mais altos sentimentos humanos, pairando angelicamente acima de mesquinharias penais que só um grosseirão inconveniente como eu seria capaz de querer introduzir numa conversação tão sublime.

Somente umas duas ou três vezes examinei o material ali publicado, comentando-o da maneira que me pareceu esteticamente mais adequada ao ambiente, isto é, mediante qualquer gozação sarcástica e cabeluda que me ocorresse no momento.

Eu queria só que vocês vissem a expressão de susto e revolta com que aquelas almas delicadas reagiram às minhas vulgaridades! Nunca vi tanta dignidade ofendida, tanta santidade aviltada, tantas lágrimas de autopiedade coletiva, tantas efusões de consolação mútua, carinho reparador e juras de vingança acompanhadas de menções pejorativas aos membros da minha família. Uma coisa comovente mesmo.

Se eu quisesse inventar essa situação, não conseguiria. Não sou nenhum Franz Kafka, nenhum Karl Kraus, nenhum Eugène Ionesco para conceber personagens como esses. Só a realidade brasileira do momento, moldada por quatro décadas de "revolução cultural", pode criá-los. E até a capacidade de descrevê-los me falta, como faltaria talvez até àqueles três autores, cuja imaginação do absurdo tinha limites.

26 de dezembro de 2005.

SEIS DIFICULDADES

PARA RESTAURAR UMA política conservadora no Brasil há seis condições indispensáveis:

1. É inútil esperar que o país progrida na direção de uma democracia capitalista quando se tem inibição de defender abertamente a superioridade do capitalismo e se permite que o discurso anticapitalista, explícito ou implícito, monopolize todos os canais de comunicação e cultura.

2. É inútil proclamar a superioridade do capitalismo quando se tem a inibição de afirmar que essa superioridade é também de

ordem moral e não somente técnica e prática. Se as pessoas admitem que o capitalismo funciona melhor, mas continuam achando que o socialismo é o bem, a única conclusão que podem tirar disso é que a eficiência é um pecado. E então perdoarão toda ineficiência e prejuízo, se for o preço do socialismo.

3. É inútil afirmar a superioridade moral do capitalismo quando não se entende que ela só veio a existir historicamente porque incorporou e perpetuou os valores da civilização ocidental, fundados na revelação judaico-cristã, na filosofia de Platão e Aristóteles e na experiência político-jurídica romana. Quem pretende que a pura força espontânea da liberdade de mercado possa tornar-se um princípio fundante e substituir esses valores não entende que a liberdade de mercado é a simples expressão deles na ordem econômica e não sobrevive à extirpação das raízes civilizacionais que a

fundam e a alimentam. O capitalismo prosperou nos EUA porque protegeu e fortaleceu essas raízes; definhou na França porque quis colocar no lugar delas o mito da sociedade plenamente laicizada. O liberalismo materialista é a quinta-coluna do socialismo atuando dentro da cidadela mesma do capitalismo.

4. É inútil, por fim, tentar defender a democracia capitalista, mesmo com todos os seus valores associados, quando no plano da política internacional se cede às pressões e chantagens do bloco anticapitalista, anti-americano, anticristão e antijudaico. Esperar que o Brasil progrida com a ajuda da China ou da Rússia – para não falar da Líbia ou do Irã – é querer que estes países nos dêem o que não têm nem para si próprios. A única aliança que pode nos ajudar é com os EUA e Israel. A União Européia, hesitante e ambígua, deve ser mantida em banho-maria até que decida de que lado está.

5. Mas a causa fundamental de que essas realidades óbvias fossem esquecidas reside no acovardamento da própria política exterior americana no continente, que desde a gestão Clinton se absteve de defender os valores tradicionais do americanismo e os substituiu por uma estratégia de auto-sabotagem, que desde o início já parecia calculada para produzir exatamentamente o resultado que produziu: a ascensão geral da esquerda e a maré montante do anti-americanismo. É inútil, portanto, lutar pela restauração de uma sensata política conservadora no Brasil sem exigir, ao mesmo tempo, uma mudança radical da política externa americana para com a América Latina (em artigos vindouros analisarei este ponto mais detalhadamente).

6. Porém ainda mais inútil que tudo isso é sonhar com essa restauração sem mobilizar em favor dela a única classe que pode ainda ter alguma consciência de que ela é

necessária. O empresariado nacional cedeu demais ante as exigências "politicamente corretas" impostas por intelectuais ativistas que sabem lisonjeá-lo mas que no fundo só desejam a sua morte. Deixou-se seduzir e intoxicar demais pela capciosa "novilíngua" que recobriu de uma aparência inofensiva, caritativa e benemérita, os velhos engodos estatistas e socialistas de sempre. Por isso está hoje culturalmente desarmado, confuso, ideologicamente esvaziado, chegando a lutar mais contra si próprio do que contra seus inimigos notórios. Sem uma genuína política conservadora não haverá esperança para o Brasil. Mas sem um profundo revigoramento cultural do empresariado não haverá política conservadora nenhuma.

28 de dezembro de 2005.

Apoteose da Vigarice: Cartas de um terráqueo ao planeta Brasil (vol. I)
Olavo de Carvalho
Publicado no Brasil
1º edição – agosto de 2013
2º edição – fevereiro de 2014
Copyright (c) 2013 by CEDET

Gestão Editorial
Diogo Chiuso

Editor
Silvio Grimaldo de Camargo

Editoração
Arno Alcântara Júnior

Revisão de Provas
Thomaz Perroni

Conselho Editorial
Adelice Godoy
César Kyn d'Ávila
Diogo Chiuso
Silvio Grimaldo de Camargo

Desenvolvimento de eBook

Loope – design e publicações digitais
www.loope.com.br

A VIDE Editorial agradece ao srs. Rogério Amato, presidente da Associação Comercial de São Paulo e Moisés Rabinovici, editor do Diário do Comércio.

Os direitos desta edição pertencem ao
CEDET - Centro de Desenvolvimento Profissional e Tecnológico Rua Ângelo Vicentin, 70
CEP: 13084-060 - Campinas - SP
Telefone: 19-3249-0580
e-mail: livros@cedet.com.br

Reservados todos os direitos desta obra. Proibida toda e qualquer reprodução desta edição por qualquer meio ou forma, seja ela eletrônica ou mecânica, fotocópia, gravação ou qualquer meio.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Carvalho, Olavo de

Apoteose da Vigarice: Cartas de um Terráqueo ao Planeta Brasil - Volume I / Olavo de Carvalho - Campinas, SP: VIDE Editorial, 2014.

e-ISBN: 978-85-67394-12-1

1. Filosofia Moderna 2. Ensaios e Estudos Filosóficos. 3. I. Olavo de Carvalho II. Título

CDD - 501.01

Índices para Catálogo Sistemático

1. Filosofia Moderna: Ensaios - 190.2

SOBRE A OBRA

A série Cartas de um terráqueo ao planeta Brasil traz ao leitor todos os artigos do filósofo Olavo de Carvalho publicados em sua coluna Mundo Real, no Diário do Comércio de São Paulo. Neste primeiro volume, Apoteose da vigarice, estão reunidos os artigos e editoriais que o autor escreveu em 2005, seu primeiro ano como correspondente nos EUA. O leitor encontrará nessas páginas as notícias que a nossa grande imprensa não deu, além de exposições da política americana e mundial que por aqui não se viu, algumas análises da cultura brasileira e também lições de ciência política nas quais jamais se pensou, tudo fundamentado nos princípios de uma

filosofia que o autor vem desenvolvendo há pelo menos duas décadas.

Conheça também o Seminário de Filosofia

O Seminário é, em primeiro lugar, um curso de filosofia, com o objetivo de ajudar os alunos a praticar filosofia em vez de apenas repetir o que outras pessoas disseram a seu respeito. O Seminário é também um sistema de educação integral, aberto a variadas áreas do conhecimento, como Letras e Artes, Comunicação e Expressão e Ciências da natureza.

www.seminariodefilosofia.org

@Created by PDF to ePub